

**MONISE CRISTINA BERNO**

**ENTRE A CRUZ E A ANTENA DE TV: “Um Dia sem TV” em prol do  
“bom senso” (Assis, 1978 – 1983)**

**ASSIS  
2010**

MONISE CRISTINA BERNO

ENTRE A CRUZ E A ANTENA DE TV: “Um Dia sem TV” em prol do “bom  
senso”  
(Assis, 1978 – 1983)

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista para a obtenção do título de Mestre em História (Área de Conhecimento: História e Sociedade).  
Orientador: Dr. Áureo Busetto

ASSIS  
2010

Berno, Monise Cristina.

Entre a Cruz e a Antena de TV: “Um Dia sem TV” em prol do “bom senso”  
(Assis, 1978 – 1983) / Monise Cristina Berno. Assis, SP, 2010.

x, 126 f. : il. ; 31cm

Dissertação (mestrado) - Faculdade de Ciências e Letras de Assis da  
Universidade Estadual Paulista, 2010.

Área: História e Sociedade.

Orientador: Dr. Áureo Busetto.

Referências Bibliográficas: p. 113-124.

1. História 2. Meios de comunicação social 3. Televisão 4. Igreja Católica -  
Brasil I. Busetto, Áureo, orient. II. Título.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Dr. Áureo Busetto – Orientador

---

Dr. Ivan Aparecido Manoel  
(Suplente: Dr. Maximiliano Martim Vicente)

---

Dr. Wilton Carlos Lima da Silva  
(Suplente: Dr. Ricardo Gião Bortolotti)

Assis, 26 de fevereiro de 2010.

## **DEDICATÓRIA**

Dedico o resultado deste trabalho aos meus pais, Edison e Valéria, que sempre a seu modo, estiveram ao meu lado, respeitando minhas convicções, meus sonhos e minha vontade de crescer.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao meu orientador, Áureo Busetto, pela paciência e confiança em me ensinar o caminho da realização de um correto trabalho acadêmico. Ao professor Wilton Carlos Lima da Silva, pela atenção aos detalhes muitas vezes não perceptíveis a um autor no calor da produção acadêmica. Agradecimento póstumo ao professor Eduardo Basto de Albuquerque, pelas preciosas contribuições durante o exame de qualificação. A CAPES, pelo subsídio que proporcionou a tranquilidade material necessária para a pesquisa; agradeço a todos aqueles que de alguma forma colaboraram, com seu trabalho, para a realização desta pesquisa. Aos amigos, em especial à Arize, Helena, Ligia, Lucas, Marcos, Mila e Roberta que, desde alguns anos acompanham a minha trajetória intelectual e a quem devo eterna gratidão pela torcida e pelo tempo que se dedicaram a mim e a nossa amizade; e aos novos amigos, a quem devo agradecer pela alegria que a convivência quase que diária me trouxe para a concretização deste trabalho e para a vida.

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b> .....	10
<b>I - Os meios de comunicação e cultura na metrópole e no interior: desenvolvimento e interação.</b> .....	28
<b>II – Ação Evangelizadora da Igreja Católica nos meios de comunicação e sua aplicação pela Diocese de Assis.</b> .....	61
<b>III – “Um Dia sem TV” em favor do “bom senso”.</b> .....	83
<b>Conclusão</b> .....	110
<b>Referências Bibliográficas</b> .....	114
<b>Fontes</b> .....	122

BERNO, Monise Cristina. Entre a Cruz e a Antena de TV: “Um Dia sem TV” em prol do “bom senso” (Assis: 1978 – 1983). Dissertação (Mestrado em História). UNESP – Faculdade de Ciências e Letras de Assis: Assis, 2010.

## RESUMO

A presente dissertação de mestrado, que tem por objetivo primeiro ser entendida como um capítulo da história da TV e da recepção televisiva no Brasil, foi elaborada buscando historiar o fenômeno ocorrido na cidade de Assis, interior paulista, denominado “Um Dia Sem TV”. Uma campanha prioritariamente criada em repúdio à programação televisiva que era recebida pelas telinhas de televisão assisense, entre os anos 1970 e 1980. Coordenada pela Igreja Católica local e apoiada por diversos setores da sociedade, em um período em que o “ver televisão” passaria a ser incentivado e ainda mais popularizado, em nome do avanço tecnológico, da unidade nacional em torno de uma “mesma linguagem” – e ainda em nome da liberdade de escolha que acompanhava a redemocratização política no país -, a Campanha ganhou sonoridade e adesão popular. Sob a justificativa de uma ação educativa, a Diocese de Assis conseguiu, por seis anos consecutivos, manifestar suas opiniões a respeito de novelas, tele-seriados, filmes, propagandas e outros produtos da grade de programação oferecida pelas emissoras brasileiras que tinham recepção na cidade. Baseando-se em suas doutrinas e práticas, a igreja de Assis pretendeu modificar o modo como os cidadãos recebiam as mensagens dos programas (ou recebiam os programas) televisivos.

Palavras Chave: Televisão, Igreja Católica, Assis.

BERNO, Monise Cristina. Between the Catholic Cross and the TV antenna: “One Day Without TV” for the “good sensus” (Assis: 1978 – 1983). Dissertation (Master in History). UNESP – College of Sciences and Letters of Assis: Assis, 2010.

### **ABSTRACT**

The present research has as first objective to be understood as a chapter of the history of TV and its acceptance in Brazil. Beyond the general discussion, it was elaborated focusing and recounting a very particular phenomenon occurred in Assis, a small town in São Paulo state, denominated "One Day Without TV" This campaign, created primarily in repudiation of the television programming received by the screen television of the town between the years 1970 and 1980, was coordinated by the local Catholic Church and supported by many sectors of the society in a period when the "watch TV" would be encouraged and further popularized in the name of technological advancement, national unity around the "same language" and also in the name of freedom of choice that accompanied the democratization policy in the country . The campaign won popular support. Under the justification of an educational activity, the Diocese had, for six consecutive years, their views about novels, serials, movies, advertisements and other programming offered by Brazilian television partners who had signal reception in the city. During this management, according to their doctrines and practices, the Church intended to change the way the citizens received the messages of those programs.

Key Words: Television, Catholic Church, Assis.

## INTRODUÇÃO

A vida social é, desde muito tempo, permeada pela ação cotidiana dos meios de comunicação social. Textos publicados em jornais e revistas, programas de rádio e televisão das mais diversas temáticas, inúmeras publicações on-line acessadas no mundo todo via internet acabam por, diariamente, contribuírem para o curso dos acontecimentos que movimentam os campos sociais – atuando como verdadeiros agentes nestes campos e dentro do próprio campo midiático -, influenciando, assim como outras esferas do mundo social, a política, a cultura e a história.

Programas pensados e produzidos para levar aos espectadores conhecimento, entretenimento e informação, além de ideários de um sem número de origens teóricas pulverizadas em diferentes formatos – novelas, seriados, crônicas, reportagens, entrevistas, matérias jornalísticas, educativos, infantis, religiosos e políticos, entre outros -, juntamente com os reflexos dos conceitos transmitidos pelos produtos pensados por agentes do campo da propaganda, fazem surgir uma série de fenômenos ligados à recepção desta gama de produtos midiáticos que acabam por tornar-se objeto de estudo de diversas ciências sociais. Tais acontecimentos – manifestações de apoio de espectadores em casos que “viram notícia”, protestos contra ações governamentais que são divulgadas pelos meios, contra aspectos da programação, notadamente a televisiva, contra formatos e pontos específicos de programas, protestos estes muitas vezes levados a cabo por grupos sociais preocupados com o conteúdo daqueles programas, e com a influência que podem exercer no comportamento de espectadores de faixas etárias diversas, e na vida social como um todo.

Fenômenos como estes podem ser considerados capítulos da história dos meios de comunicação, e da recepção destes produtos midiáticos. Essa recepção não pode ser medida apenas por pesquisas de opinião pública ou simples medidas de níveis de audiência, determinadas por interesses que levam em conta a lógica do mercado, abrangendo grupos restritos em regiões distintas. Aquilo que é produzido, o que é apreendido pelos receptores midiáticos em seu dia-a-dia, e o modo como tal produção é difundida, isto é, as formas como a produção é sentida pelos agentes diretos do campo midiático – o modo como o meio recebe os produtos televisivos e aqueles oriundos da recepção televisiva tornam a história da mídia mais interessante e completa.

Movimentos e discussões relacionadas ao uso dos meios de comunicação social – notadamente ligadas ao ato de ver televisão são muitos, e há algumas décadas promovem inquietações de ordem material, moral, social e espiritual nos telespectadores. Inquietações

diferentes daquelas suscitadas pela mecânica prática diária da visão das imagens que povoam o meio social de qualquer indivíduo, quer seja por busca a informação ou conhecimento, seja por puro entretenimento. Muitas instituições e associações envolvidas com debates sobre o tema da televisão, da recepção desta e das modificações provocadas pelo uso dos meios de comunicação em geral – igrejas, associações de bairro, organizações não governamentais e órgãos pertencentes ao poder público – promoveram e até hoje idealizam campanhas contra o que nomeiam propagação maciça do consumo e ideologias feita pela televisão. Alguns destes movimentos caracterizam-se por serem radicais em sua abordagem contra a telinha da TV, levantando teorias e estratégias de ação – tomadas na maioria das vezes por educativas – que teriam por objetivo primeiro o auxílio para o surgimento de um espírito crítico na população consumidora da TV.

Passar uma hora em determinado dia sem ver televisão, ou um dia diferente, escolhido e divulgado para ser um dia de reflexão sobre o mundo midiático, seu conteúdo e sua prática durante as horas em que milhares de pessoas sentam-se confortavelmente em seus lugares para acompanharem o show diário de telejornais, novelas, filmes e seriados, nacionais ou importados, tem sido a proposta de ação de muitos destes movimentos, para promover a conscientização político-social de profissionais do meio e telespectadores comuns.

É o caso da igreja Metodista do Brasil, que em 2001, lançou a campanha “Dia sem Televisão – IBOPE zero para a TV”<sup>1</sup>, a qual propunha discussões em todas as suas sedes sobre o conteúdo da programação e os modos de seus fiéis se protegerem “dos malefícios causados pelo desrespeito aos valores cristãos e morais”, e valendo-se do direito constitucional dos cidadãos de opinar sobre o que lhe é enviado pela TV. A campanha da igreja Metodista baseava-se em um texto produzido por um grupo de pastores da igreja e divulgado entre os fiéis, que deveria ser pauta de discussão entre estes no dia escolhido para a ação, primeiro de maio daquele ano. O resultado das discussões e do tempo passado longe da televisão seria medido por meio de cartas dos fiéis participantes remetidas as sedes da igreja.

Um segundo exemplo encontra-se na campanha elaborada por organizações não – governamentais brasileiras em 2004 contra a “programação apelativa” que seria veiculada<sup>2</sup>, analisada pelas mesmas como propagadoras de aspectos grotescos de violência e preconceitos de diversas raízes. O pedido era para que se desligassem os televisores entre as 15h00 e 16h00

---

<sup>1</sup> Retirado de: <http://www.metodistavilaisabel.org.br/artigosepublicacoes/descricao4colunas.asp?Numero=907>. Acessado em novembro de 2009.

<sup>2</sup> Retirado de: <http://www.midiaindependente.org/pt/red/2004/10/292455.shtml>. Acessado em novembro de 2009.

do domingo, 17 de outubro. Em contexto mundial, também foram elaboradas campanhas atentando para o modo como a televisão e sua programação vêm sendo utilizadas, a exemplo da ação conjunta da Federación Ibérica de Asociaciones de Telespectadores y Radioyentes - FIATYR e da Associação Portuguesa de Espectadores – AC Media, promovida na União Ibérica entre os anos 2006 e 2007, com o intuito de “levar a sociedade civil a refletir sobre sua relação com a televisão, e no futuro levar o desafio a todos os meios de comunicação social”, preocupações com aspectos da saúde dos telespectadores, bem como: “evitar os aspectos nefastos de uma coisa que também é uma maravilha da informação, do divertimento – uma chamada de atenção para os riscos do visionamento excessivo, que já estão fundamentados por vários estudos na área da investigação científica”<sup>3</sup>.

Com este mesmo objetivo, durante o ano de 1978, na cidade de Assis, interior de São Paulo, foi pensada e criada a campanha “Um Dia sem TV”. A promotora da Campanha foi a Diocese de Assis, embora posteriormente recebesse apoio de outros setores sociais e instituições locais. Esta campanha é, portanto, o objeto de análise da presente dissertação de mestrado.

Com argumentos bem definidos, a igreja assisense defendeu o retorno aos valores morais e cristãos, então considerados por ela como deturpados pela “modernidade” apresentada pela televisão de forma sólida e diferenciada. A campanha foi iniciada em um período da história brasileira em que se processava a diminuição da censura aos meios de comunicação por parte do regime de exceção instaurado desde 1964. O abrandamento da censura já podia ser sentido nos produtos midiáticos, e, por vezes, até na programação televisiva, posto que os meios eletrônicos ainda seriam os últimos a se livrarem da vigilância dos órgãos censores da ditadura militar. O sentido de fazer e ver televisão estava se modificando. A liberdade de criação que voltavam a sentir autores, produtores e artistas televisivos era crescente, e seu resultado nos trabalhos era evidente. Porém, segundo a igreja assisense, aqueles que eram contagiados pela recepção destes produtos, o faziam de forma inocente e brutal, e não estariam preparados para absorver a grande mudança de padrões de âmbito nacional que estava por vir com o restabelecimento da democracia.

Elaborada para ocorrer entre as comemorações católicas da Semana da Família, até hoje programada para o mês de outubro, a Campanha “Um Dia Sem TV” tornou-se uma

---

<sup>3</sup> Retirado de: <http://lua.weblog.com.pt/arquivo/170255.html> para o ano de 2006; e de: [http://jn.sapo.pt/paginainicial/interior.aspx?content\\_id=670573](http://jn.sapo.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=670573) sobre o ano de 2007. Acessado em novembro de 2009.

constante entre os anos de 1978 a 1983. Tinha caráter educativo e evangelizador, envolvendo não apenas análises propriamente católicas, mas em sentido mais amplo, buscava a formação do espírito crítico nas mentes dos telespectadores da cidade, o qual deveria funcionar como auto-censor da programação exibida pelas emissoras, a qual era fortemente atacada por integrantes da Campanha nas inúmeras chamadas de adesão dirigidas à população, e que eram, então, publicadas nos periódicos de circulação local. Com sua re-edição em 1979 e 1980, a Campanha ganhou força regional e certa projeção nacional, tendo no ano de 1981 seu ápice, com diversas matérias publicadas na grande imprensa, que tratavam da proposta da Diocese de Assis para “Um Dia Sem TV”, inclusive com exibição de matérias na própria telinha da televisão (RIXA, 2000, p. 147). A partir de 1982, a expressão da campanha passou a diminuir, tendo sua última edição no ano de 1983, quando ocorreu juntamente com a Novena de Natal, tendo sido empregada uma nova tentativa de abordagem, com as discussões de seu mote principal conjuntamente com problemas sociais, tais como o desemprego.

A análise e as interpretações que confluíram para a elaboração da pesquisa histórica sobre a Campanha “Um Dia Sem TV”, se cercaram de conhecimentos formulados em ciências como a Sociologia, Antropologia, e de autores oriundos da Comunicação, além da historiografia. Destes trabalhos surgiu um panorama sobre a história dos meios de comunicação – notadamente da televisão no Brasil – e fora dele -, aliada à história do passado recente do país, da história da Igreja Católica brasileira em interação com a Santa Sé, e da cidade de Assis, um município distante das capitais, porém interligado à movimentação urbana dos grandes centros de forma mais intensa, pela profusão da tecnologia empregada na área da comunicação nacional.

O sociólogo Dominique Wolton entende que a televisão desempenha “um importante papel de laço social”, porém tal função do meio somente se realiza com o modelo geralista de TV que, praticado por grandes redes e voltado para a grande massa, difere-se da TV temática, produzida por emissoras a cabo e pautada pela segmentação. Para Wolton, a grande ameaça atual em termos de TV não é a massificação e a estandartização, mas sim a individualização e atomização, pois o fim do modelo geralista e o avanço da TV temática poderão restringir os cidadãos a guetos e aprisionar o telespectador nas malhas das desigualdades sociais e culturais. Sua argumentação se faz com base numa análise histórica comparativa sobre o desenvolvimento da televisão na Europa, Estados Unidos e América Latina, dedicando inclusive um capítulo à análise do caso da TV brasileira, com destaque para a Rede Globo, a qual situa como “um dos símbolos da identidade brasileira”, qualificando seu

desenvolvimento como hegemônico, não um monopólio (1996, p.158). O desafio presente no mundo da comunicação social é, para o sociólogo, a convivência entre o modelo de TV temática e o de TV geralista e não a substituição dessa última, dado que a interatividade desse último estimula os cidadãos a superar dificuldades sociais e seria a chave para a real democracia (1996, 122-124). Ademais, ciente de que ninguém interpreta da mesma maneira a mensagem que recebe, Wolton toma o telespectador como inteligente e crítico, provocando, dessa forma, a necessidade de repensar a TV e sua inserção na sociedade como veículo de democratização da vida social. As contribuições de Wolton para a presente dissertação encontram-se na análise da influência da televisão em Assis, na unidade de pensamentos e ações resultantes do ato de ver TV na cidade, que a manteria, de certa maneira, ligada aos grandes centros e ao resto do país, pela recepção da mesma grade de programação. Contribuem ainda, na análise da Campanha como um modo encontrado por um determinado grupo – a Diocese de Assis e seus adeptos – de repensar as influências que as transmissões televisivas estariam trazendo à vida cotidiana dos grupos sociais locais.

Preocupado com as relações entre comunicação social e opinião pública, o historiador Jean-Noël Jeanneney historia e analisa o modo como se processou a conquista da liberdade de imprensa, cuidando da diversidade de esforços despendidos, a partir da época moderna, por agentes sociais públicos ou privados, para influenciarem, inicialmente, a imprensa impressa e, mais tarde, o rádio e a TV. Sobre essa última dedica dois capítulos em seu livro: “A emancipação política da TV” e “As virtudes do duplo setor”. Naquele, trata do desenvolvimento da TV no ocidente, desde a sua “pré-história” ocorrida no entre-guerras, em cujo período o meio nada mais era do que um “apêndice insignificante do rádio”, até ganhar status de “arma absoluta” para o mundo da política (1996, p. 221-228). Salienta como todos os experimentos com a TV sempre foram, mesmo em sua fase primária, acompanhados de perto pelo poder político, assim como pelo capital. Para tanto, apresenta dados históricos relacionados à formação e ao avanço do meio em diversos países da Europa e nos EUA, acentuando diferenças e proximidades no funcionamento e controle social e político do meio naquelas localidades. Ressalta, ainda, que a capacidade de ação do Estado sobre as informações televisivas está intimamente ligada às pressões do capital privado empregado na indústria da TV, mas pondera que o veículo não deixa, em nenhum momento, de ter seu papel crítico na sociedade. No segundo capítulo dedicado à TV, Jeanneney cuida da necessidade e das vantagens sociais do duplo setor (público e privado) no âmbito das emissões televisivas, as quais, dada a expansão do consumo dos produtos televisivos em razão das facilidades

técnicas para operar o meio, têm influenciado hábitos, práticas culturais, comportamentos cívicos e representações sociais. Influência que ocorre num duplo movimento da TV, de um lado, a sua tendência à “universalização” da curiosidade e, em sentido contrário, o seu papel no reforço à identidade nacional. Igualmente ao capítulo anterior, traz informações históricas sobre a convivência da TV pública e da privada em vários países europeus e nos EUA. Em um artigo publicado no livro organizado por René Rémond (1996), Jeanneney (1996, p. 215-225) descreve em linhas gerais as influências que os meios de comunicação social trazem para a política e para a sociedade audiovisual. Com exemplos da história francesa, aponta a evolução de análise dos efeitos da televisão na população, política e comportamentalmente, além de evidenciar o poder de pequenos grupos e associações não necessariamente partidárias, e da interação destes com agentes do político. Ambos os textos servem para o pesquisador brasileiro como manancial de dados que possibilitem comparar o caso da TV brasileira com os demais existentes no mundo ocidental, e foram utilizados na elaboração do texto sobre “Um Dia sem TV” como subsídio para a reflexão sobre as mudanças provocadas pela TV no mundo da comunicação social e a democratização dessa esfera, que passou a pertencer, em mesmo tempo, também às esferas do político e do social.

Asa Briggs e Peter Burke, preocupados em “mostrar a importância do passado em relação ao presente, trazendo a história para o interior dos estudos de mídia, e a mídia para dentro da história” (2004, p. ix), elaboram um manual de história da comunicação social centrando a atenção sobre as mudanças ocorridas nos meios de comunicação desde a invenção da prensa gráfica até à Internet, sempre destacando o universo social em que tais mudanças ocorreram. Os três capítulos que dispõem de tópicos referentes à TV são de autoria de Briggs, o qual destaca, respectivamente, a série de experimentos científicos e tecnológicos que permitiram as primeiras emissões regulares de tevê na Europa e EUA durante o entre-guerras, a retomada e os novos investimentos técnicos do meio a partir dos primeiros anos pós-Segunda Guerra e, por fim, a nova configuração que a TV apresentou com as transmissões via satélite e a criação da TV a cabo. No segundo item, traz um levantamento de teorias e reflexões sobre a TV, inclusive acentuando idéias e pontos de vista de pensadores e pesquisadores pouco citados na bibliografia brasileira ocupada com a temática da comunicação social, elemento que torna o livro valioso para o pesquisador brasileiro, pois traz a possibilidade de conhecer, ainda que de forma introdutória, análises sobre a TV pouco divulgadas em nosso país. A linha de análise temporal exposta ao longo dos capítulos reforça a tese de que o desenvolvimento dos meios de comunicação social convergiram

historicamente visando o patamar de tecnologia e interatividade em que se encontram na atualidade, ressaltando ainda que a necessidade de informação das sociedades estaria diretamente associada com a necessidade de alguns grupos de controlar “o presente e o futuro por motivos pessoais, políticos e econômicos” (BRIGGS e BURKE, 2004, p. 267).

Pesquisador da área de Comunicação, Sérgio Mattos (2002) elaborou um manual sobre a história da TV no Brasil, no qual, não de todo satisfatoriamente, procura apontar a influência do meio na sociedade brasileira. Busca precisar a “interferência” do Estado brasileiro nas emissoras de TV, desde as concessões até a propaganda oficial obrigatória, além de buscar caracterizar a parcialidade da produção televisiva, levando em conta a influência do capital, e as pressões políticas e culturais dos grupos sociais dominantes sobre o setor televisivo no país. Argumenta que a TV brasileira, por seu alto nível técnico, figura amadurecida para a competição no mercado internacional do entretenimento, e sua história é reflexo do desenvolvimento econômico, político e social do país e contribui para entender tais processos, baseando-se para isso em dados notadamente estatísticos sobre a TV.

O livro organizado por Eugênio Bucci (2000) busca analisar o cinquentenário de existência da TV brasileira pelo ponto de vista dos problemas relacionados à recepção da TV, às interações entre o meio e a política e o capital, à legislação voltada para a TV, às relações entre a TV e os espaços artísticos, sobretudo o literário, às possibilidades e necessidades do ensino sobre a TV na escola, a massificação e padronização dos programas televisivos. Tomando como ponto de partida a “onipresença” da televisão no país e o crescimento do status de sua programação para o mundo, os autores do livro coordenado por Bucci promovem reflexões sobre “a idéia de Brasil” e o sentimento de “integração nacional” criados pelas elites econômicas, políticas e culturais e a difusão destas idéias pela tevê. Gabriel Priolli (2000, p. 9-17), trabalha a questão das “identidades nacionais”, que seriam deixadas de lado em nome de uma “determinada imagem do Brasil construída no sudeste” e transmitida para o resto do país como a imagem e o modelo social “sugerido” como correto (2000, p. 13-14). Mais adiante, Inimá Simões (2000, p. 46-67) trata em seu artigo da censura e auto-censura durante os primeiros cinquenta anos da TV no Brasil, partindo das relações da telinha com o público, ressaltando fenômenos de recepção inscritos em práticas como o banimento de canais por parte da população, comunicados por escrito e passeatas públicas com vistas à recusa da programação televisiva e à salvaguarda da moral e da retidão da conduta nacional. Aponta, também, o importante papel do Estado no “cuidado” junto à programação televisiva, às transmissões radiofônicas e à imprensa escrita, observando que dentro da crise do regime

militar, o afrouxamento da censura oficial não trouxe o fim definitivo do expediente de censura, pois pressões políticas e econômicas contribuíram para a instalação da auto-censura nas empresas de comunicação. Já Nusdeo Lopes (2000, p. 117-128) retrata e analisa a legislação para meios de radiodifusão no Brasil, comparando-a com as suas congêneres norte-americana e européia. Argumenta que a legislação brasileira não reflete a importância da televisão para a sociedade, e as responsabilidades do “fazer TV” são desprezadas em nome do padrão de excelência dos produtos das redes nacionais. Critica a “omissão do Estado” quanto a uma regulamentação efetiva para TV, fato gerado em razão das pressões de grupos sócio-políticos dominantes e devido aos efeitos do capital investido no setor.

A antropóloga Esther Hamburger propõe em três de seus trabalhos (1998; 2000; 2005) uma análise da produção televisiva muito próxima do método utilizado para a produção da dissertação sobre “Um Dia sem TV”. A autora analisa o grau de envolvimento do público espectador de televisão com os programas consumidos, estuda em que medida o cotidiano dos receptores era influenciado e alterado pelas mensagens transmitidas pela TV. Aproximando-se das idéias de Michel de Certeau, Hamburger buscava reconhecer os diferentes significados que um programa televisivo pode adquirir de acordo com a faixa etária e a camada social que o consome. Estabelece a conexão entre personagens e espectadores, e a formação de “laços de cumplicidade” (2005, p.20) entre eles, laços estes que definem a diversidade de significados que a produção cotidiana dos consumidores pode revelar. O principal produto de sua análise são as telenovelas brasileiras, notadamente uma das fórmulas de programas mais bem sucedidas da história do meio no Brasil. Qualifica a novela como o programa que proporciona interação diferenciada, sendo acompanhada por várias faixas etárias, gêneros e camadas sociais; a novela atinge ao mesmo tempo “a vida doméstica e a privada, mas também a vida pública e a política” (2000, p. 47).

A bibliografia sobre o regime militar foi estudada de acordo com seu desenvolvimento acadêmico desde a década de 1960, quando os autores atentavam para as causas imediatas do golpe e estudos sobre o “aparato ideológico” da corporação militar. Na segunda metade da década de 1970, trabalhos de ênfase econômica foram muitos, e buscavam esclarecer o crescimento econômico proporcionado pelo “milagre econômico”. Após a Abertura, a história da ditadura pôde contar com novas fontes, como testemunhos orais de civis e militares, arquivos liberados para pesquisa entre outros, e surgiram grandes trabalhos revelando as tensões entre os grupos militares divergentes, a verdadeira face dos órgãos de repressão e censura, entre outras práticas (SOARES e D’ARAÚJO, 1994, p. 1-13). Os textos sobre a

história do Brasil deram dimensão à interpretação gerada pelas questões analisadas em âmbito local, além de auxiliarem no entendimento das relações entre os campos que levaram não só à realização de “Um Dia sem TV”, mas a tantos outros processos sociais, relacionados ou não à televisão.

Dentro desta perspectiva de análise do regime militar, destacam-se os trabalhos do historiador Carlos Fico (1997; 2003; 2004), os quais tratam da censura, da propaganda ideológica do regime militar e seus efeitos sobre os diferentes grupos sociais. Fico trabalhou a utilização, por parte dos militares, dos meios de comunicação para a transmissão massificada da propaganda do regime. Ressaltou, também, os efeitos diversos desta veiculação nas diferentes camadas da população, as reações e contestações conhecidas e ocultas de grupos que discordavam do que lhes era transmitido como realidade e verdade. Sobre a censura, afirma que tal prática não foi uma exclusividade do regime militar, mas sim atingiu seus níveis mais catastróficos nesse período. Analisou o contexto da criação de leis durante os governos Costa e Silva e Médici que instituía a censura prévia e propunham punições sem precedentes para contestadores atuantes na imprensa escrita, no rádio e na TV. Destaca que, após o início do processo de abertura política, a prática de auto-censura foi adotada pelos veículos de comunicação social. Trata de aspectos importantes da recepção midiática do período, presente em manifestações de grupos sociais contra programas específicos e cartas enviadas às emissoras e ao Departamento de Censura de Diversões Públicas (DCDP), cuja alegação era de que o formato adotado pelas empresas de comunicação feria a ética e os valores da moral nacional.

A coletânea de textos presente no quarto volume da coleção *O Brasil republicano*, organizada por Ferreira e Delgado (2003), traz detalhados trabalhos sobre o período militar brasileiro, chegando inclusive aos anos em que a distensão trouxe de volta a democracia, com grande atenção ao funcionamento do aparelho militar, a censura e os movimentos sociais existentes no período. Nesse volume, Nilson Borges (2003, p. 13-42) desvenda a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) e sua presença nos governos militares. Salienta a forte presença dos militares nas questões políticas brasileiras desde o Império e na República da Espada, objetivando restabelecer a ordem durante crises e devolver a política do país para a sociedade civil, até a segunda metade do século XX, quando os objetivos passaram a ser seguir os preceitos da Doutrina de Segurança Nacional e significava deixar aos militares o comando do Estado, para livrar o país da ameaça comunista e “dar uma fachada de democracia e legitimidade”. Já Teixeira da Silva (2003, 243-282) apresenta um artigo panorâmico sobre a

ditadura e a abertura política, buscando interpretar a história da crise da ditadura e a redemocratização, com a sugestiva tese de que não houve apenas uma Abertura, mas sim Aberturas do regime, em vários campos da sociedade. Para sustentar sua tese, analisa o início das disputas de poder entre grupos militares com orientações ideológicas distintas – os “castelistas”, moderados, e os “linha-dura” -, no sentido de devolver o poder aos civis em duas ocasiões antes do programa de distensão do regime militar para o democrático, posta em prática por Geisel e Golbery, que ocorreram quando da sucessão presidencial de Castelo Branco (1967) e da de Médici (1973-74). Dá, em sua análise, grande ênfase ao papel da mídia, sobremaneira a imprensa, como propagadora dos “ventos da abertura” e ampla divulgadora da campanha das Diretas Já. Marcelo Ridenti (2003, p. 133-166), em seu texto sobre a cultura e a política dos anos 1960-70, analisa a criação de diversas instituições de incremento à cultura como representando o grande estímulo dado pelo governo à expansão dos meios de comunicação de massa, e a preocupação com os conteúdos por eles veiculados e a manutenção da ordem estatal. Ressalta ainda o grande estímulo do capital privado no desenvolvimento das empresas de comunicação, com destaque para as emissoras de TV, de espaço público e de direito privado.

Especificamente sobre o tema mídia e religião, Luís Mauro Sá Martino (2003) elabora um ensaio, embasado na teoria do poder simbólico de Pierre Bourdieu, apontando as relações entre os campos midiático e religioso – e as relações destes com os campos político e social -, a circulação de bens simbólicos advinda dessas relações, a expansão da mídia religiosa, o modo como as religiões se utilizam dos meios de comunicação, notadamente da TV, para diferenciadas tarefas no campo da evangelização, na chamada “guerra de audiência” e na interação com outros campos do mundo social. Para Martino, a escolha do campo midiático por parte das instituições religiosas para o estabelecimento de canais diretos de comunicação com o cidadão comum dá-se como um mecanismo de legitimação destas perante a sociedade contemporânea, tão marcada pelo desenvolvimento dos meios de comunicação social, além de se tornar um meio para a difusão doutrinal, e para a prática da violência simbólica. Os bens simbólicos veiculados por estes meios de comunicação confessionais, ou por programas específicos direcionados a determinadas comunidades religiosas, refletem no receptor, que cercado e atingido em seu cotidiano por um emblema religioso perpassado notadamente pela televisão - igualmente como pelas emissoras e programações laicas em luta pela audiência e pela preponderância de seus ideais sobre outros -, a força da luta travada pelas diferentes religiões, e a violência com que o capital simbólico de cada instituição é colocado como única

opção de apoio e obtenção de sucesso/salvação do leigo espectador.

Joana Teresinha Puntel (2005), elaborou um estudo buscando explorar o que chama de “interconexão entre mídia e cultura”, em que são analisados temas como os bens simbólicos religiosos representados e transmitidos pelos meios de comunicação, o papel de mediadores que estes ocupam quando utilizados pela Igreja Católica para a evangelização do homem comum, a recepção da doutrina cristã católica e as implicações diretas desta recepção na vida cotidiana dos indivíduos que tem acesso a estes produtos midiáticos/religiosos. Aborda alguns importantes teóricos da comunicação, estudando o desenvolvimento daqueles canais de interação social formados pelos agentes produtores e o público, ligados pelo amálgama teórico das proposições doutrinárias transmitidas pelos programas católicos. Ressalta, ainda com base nos direcionamentos teóricos escolhidos para o estudo, as proposições levantadas dentro da própria igreja sobre questões diversas do campo midiático e as relações destas com o campo religioso<sup>4</sup>, e os resultados das mesmas na vida social, refletida tanto dentro da instituição como no laicato. Analisa ainda o desenvolvimento da doutrina católica relacionada ao “reto uso”<sup>5</sup> dos meios de comunicação, presente em inúmeros documentos do Vaticano, da Igreja Latino-americana e da CNBB, que direcionaram – e até o presente servem de diretriz de trabalho - as atividades pastorais e justificam a utilização, precisamente do rádio e da TV, sem esquecer do peso que atualmente tem a internet na comunicação social, nos trabalhos de evangelização e de expansão do ideário católico.

José Carlos D’Angelo e Ivan Aparecido Manoel (1990) elaboraram um livro ocupado com a história da formação da Diocese de Assis, no qual investigaram o processo de formação institucional da igreja católica assisense, cuidando desde a criação das primeiras paróquias, passando pela construção de prédios do Seminário e o Bispado, apontando a participação da população assisense e da região, tanto no apoio financeiro quanto nos trabalhos concretos para a consolidação da igreja particular<sup>6</sup> de Assis. Relatam a trajetória de padres e bispos da Diocese, destacando as iniciativas dos religiosos voltadas para evangelização e a propagação da fé católica, entre estas a Campanha “Um Dia sem TV”. O livro de D’Angelo e Manoel

---

<sup>4</sup> Apontamento este feito em consonância com os elaborados por Martino (2003), já que em ambos os trabalhos é ressaltada a posição da Igreja de interessada em conhecer o campo da comunicação para inserir-se nele; entender a dinâmica dos processos comunicacionais, e as relações do campo midiático com outros campos, para inserir-se na rede relacional com maior êxito.

<sup>5</sup> O termo “reto uso” é encontrado na quase totalidade dos documentos eclesiais que tratam dos meios de comunicação social, e se refere principalmente à transmissão de ideais cristãos, ou aqueles aprovados pela Igreja, em detrimento daqueles que a Santa Sé consideraria degradantes e “portadores do mal”, como por exemplo, a ideologia marxista (Cf. PUNTEL, 2005).

<sup>6</sup> A denominação igreja particular é dada pela Santa Sé às Dioceses, por estarem mais perto do laicato católico em determinadas regiões, e por essa proximidade trazer maior contato e maior facilidade de execução dos trabalhos realizados pela Igreja Católica junto ao homem comum (Cf. PUNTEL, 2005).

representou, ao mesmo tempo, fonte e bibliografia, uma vez que, além de obra historiográfica que trouxe dados e análises sobre temas diretamente relacionados à pesquisa, se caracterizou como um documento produzido por agentes sociais que, de uma forma ou outra, se integravam à Igreja de Assis e acompanharam o desenvolvimento da campanha. Analisaram, ainda, os reflexos dos três grandes encontros pastorais em que a igreja católica assisense esteve presente, e as influências dos padres do Pontifício Instituto das Missões Exteriores - (PIME)<sup>7</sup> nas diretivas eclesiais para a cidade, indo desde assuntos eclesiais – burocráticos e doutrinários, discutidos entre o clero apenas -, até temas relacionados ao cotidiano social e cultural da cidade – o que era parte do cotidiano das atividades do PIME, e especificamente no caso assisense, uma atribuição direta do clero.

Quanto à história de Assis existem várias teses e dissertações que, em oposição aos trabalhos memorialísticos sobre a localidade, tratam de forma objetiva temas variados sobre a fundação e desenvolvimento do município e da região. Mais diretamente ligados a temas que são tratados na pesquisa de “Um Dia Sem TV”, destacam-se alguns trabalhos que retratam o desenvolvimento urbano da cidade, e que analisam alguns dos movimentos culturais vividos em Assis. Em sua tese, Silva (1996) considera o processo de urbanização pelo qual passou o município como resultante das relações sociais, das pressões do capital financeiro e do reflexo das lutas políticas nacionais e regionais no cotidiano da cidade. Trabalha com o desenvolvimento material de Assis, e o desenvolvimento social da cidade, representado pelo estabelecimento de instituições, que trouxeram prestígio ao município no cenário regional.

Tanno (2003) analisa a cultura e sociabilidade dos assisenses na primeira metade do século XX, atentando, em sua tese, para as interações entre diferentes grupos sociais observadas nas formas de lazer existentes na época. Evidencia a complexidade das relações entre poder social e político no município, e as pressões sociais sofridas e exercidas pelos grupos em choque nos espaços lúdicos locais, como os cinemas, o teatro, a rua, e em festividades como o carnaval, em bailes e festas de tradição regional, entre outros. Desvenda “a comunhão e as diferenças” entre os atores sociais em convivência na cidade, o fluxo das relações sociais, as formas de comportamento e os contatos feitos por cada indivíduo ou grupo a partir destes encontros, e o desenvolvimento do universo de lazer assisense resultante destas trocas culturais.

---

<sup>7</sup> O Pontifício Instituto das Missões Exteriores, fundado no séc. XIX pelo Pe. Ângelo Ramazzotti, acabou por tornar-se uma das entidades católicas que mais atuaram – trabalhando até hoje -, no sentido de dinamizar a obra evangelizadora da igreja, atuando em várias regiões do mundo, levando as mensagens católicas, interação e cultura geral a povos de diferentes origens e camadas sociais. Cf. <http://www.pime.org/pt/index.htm>

Dutra (2004) trata da história do teatro amador em Assis. Traça um perfil do ambiente cultural de Assis na segunda metade do século XX, destacando o envolvimento e a troca de experiências dos diferentes círculos sociais nas atividades teatrais, desde operários e membros leigos da comunidade até universitários e pessoas de grupos economicamente dominantes. Destaca, ainda, o importante papel da Igreja Católica na promoção e coordenação dos espetáculos teatrais exibidos na cidade, a tutela dos cinemas e dos eventos culturais ocorridos na cidade durante os anos de 1970.

As pesquisas de Tanno e Dutra serviram de base historiográfica para o entendimento da trajetória de Assis desde sua fundação até o período da campanha, no tocante as manifestações culturais e ao desenvolvimento da cidade de uma forma geral. Assim como a dissertação de Rodrigues (1996) traça um panorama do desenvolvimento da diocese de Assis, no tocante às estratégias de evangelização pensadas e empregadas por toda a zona eclesial – notadamente os planos de ação pastoral, que englobavam todas as secretarias e órgãos da Diocese -, na segunda metade do século XX, especialmente nos anos 1970, que seria também os anos de gestação da Campanha.

A pesquisa histórica sobre a Campanha “Um Dia Sem TV” pautou-se, como já dito nesta introdução, por direcionamentos teóricos bastante conhecidos e utilizados em trabalhos da historiografia e das ciências sociais, aplicados aqui no intuito de elucidar as relações entre a instituição Igreja Católica de Roma e a Igreja Particular de Assis, além das que envolvem a diocese e a sociedade assisense, e as relações existentes entre a igreja e o mundo midiático, assim como as propostas entre uma cidade do interior e uma metrópole, em termos de comunicação e cultura. Para tanto, foi essencial a contribuição das proposições de Pierre Bourdieu, formuladas conforme a escrita de suas obras relacionadas à sociologia da prática (1989; 1996), a proposta do historiador Roger Chartier (1990) a respeito do mundo da representação e da apropriação de bens culturais, e as contribuições sobre o “fazer com” dadas pelo historiador Michel de Certeau (1994), o qual, inclusive, assevera em relação ao tema TV que o telespectador não é passivo e disciplinado, tal como tendem a afirmar vários estudiosos, sobremaneira os que se valem do conceito de indústria cultural.

A partir de escritos teóricos de Michel de Certeau, os historiadores cada vez mais se abrem para a concepção de que o homem comum não apenas consome os produtos oferecidos na “rede da produção televisiva, urbanística e comercial”, mas, também, os utiliza de diferentes maneiras em sua particularidade e no convívio social, embora sempre suas “fabricações são tanto menos visíveis como as redes do enquadramento se fazem mais

apertadas, ágeis e totalitárias”. Daí a necessidade do pesquisador, segundo Certeau, não ficar preso à análise do conteúdo do que é oferecido pelas redes de produção e ao mapeamento de materiais sobre práticas visíveis de consumo, quase sempre obtidos por meio de estatísticas, as quais “se contentam em classificar, calcular e tabular” tais práticas mediante “categorias e segundo taxonomias conformes às da produção industrial ou administrativa”. Logo, as estatísticas apenas captam “o material utilizado para práticas de consumo – material que é evidentemente o que é a todos imposto pela produção - e não a formalidade própria dessas práticas, seu ‘movimento’ sub-reptício e astucioso, isto é, a atividade de fazer com.” (1994, p. 92)

Direcionamento teórico que é sintetizado da seguinte forma por Certeau ao se referir à produção televisiva:

Assim, uma vez analisadas as imagens distribuídas pela TV e os tempos que se passa assistindo aos programas televisivos, resta ainda perguntar o que é que o consumidor fabrica com essas imagens e durante essas horas”. Porém, no caso da busca de repostas a essa questão, o pesquisador deve, seguindo os pressupostos teóricos formulados pelo historiador, ter claro que enquanto a produção televisiva é produzida de maneira “racionalizada, expansionista, centralizada, espetacular e barulhenta”, a produção do telespectador em relação aqueles produtos “tem como característica suas astúcias, seu esfarelamento em conformidade com as ocasiões, suas ‘piratarías’, sua clandestinidade, seu murmúrio incansável, em suma, uma quase-invisibilidade, pois ela quase não se faz notar por produtos próprios (onde teria o seu lugar?) mas por uma arte de utilizar aqueles que lhe são impostos. (1994, p. 93-94)

A partir de sua inusitada proposta de apresentar uma análise “da TV na TV”, o sociólogo Pierre Bourdieu (1997), que figura como horizonte metodológico deste trabalho, publicou um pequeno e militante livro, no qual dissecou e desmonta os mecanismos da produção televisiva que, resultantes de relações do meio com o campo jornalístico, político e econômico, são aplicados na exibição de imagens e discursos pela TV. Ao cuidar mais detidamente da geração e difusão da informação na TV, caracteriza e analisa uma série de práticas investidas nos estúdios e bastidores da TV, como a “censura invisível”, o “ocultar mostrando”, a “circulação circular da informação”, o “fast thinking”, os “debates verdadeiramente falsos ou falsamente verdadeiros” e as “contradições e tensões”. Com base em conceitos centrais de sua teoria sociológica, trata da estrutura e dinâmica da produção da informação televisiva por meio do conceito de campo jornalístico, mostrando, a partir de elementos históricos, como a TV entrou nesse campo e quais efeitos gerou (banalização das idéias, concorrência pela audiência), assim como os efeitos gerados no interior do campo

artístico e científico, notadamente a atração e colaboração de agentes desses dois campos com a lógica e as práticas do mundo televisivo. Estrutura e práticas que representam, segundo Bourdieu, perigos para todas as esferas culturais e que ameaçam, também, a vida democrática, pois tendem sempre a apresentar mais do mesmo, restringir o debate e o questionamento das idéias, procurando converter o extraordinário instrumento democrático que a TV pode ser em um instrumento de opressão simbólica. Entretanto, por seu livro tratar de um trabalho de militância intelectual contra a massificação e padronização promovidas pela TV, ser resultado muito mais da aplicação da teoria sociológica de seu autor ao tema abordado e privado de pesquisas empíricas específicas, Bourdieu cuida apenas da esfera da produção das informações televisivas, deixando de lado questões da recepção e das relações entre telespectadores e TV. Apesar de não adentrar nesta esfera de discussão, questiona a televisão como “espelho de narciso” (1997, p.18), um lugar de exibição, que transmite a errônea idéia de que podem atingir a todos da mesma forma, sendo o discurso entendido por todos, e tendo o mesmo reflexo na prática. Contudo, o livro se constitui em uma fonte de elementos de reflexão ao pesquisador ocupado com a relação TV e organização social e política.

“Um Dia sem TV” pode ser considerado, pela ótica da sociologia de Bourdieu, um exemplo de interação entre campos sociais, tese que facilmente se encaixa em seus escritos. Para o sociólogo, o mundo social é determinado pela dialética dos campos – que pode ser definido por grupos de agentes sociais com afinidades e interesses em comum, o habitus social, por exemplo o econômico, o político, o religioso, o midiático, entre outros - que, com agentes sociais engajados na luta por sobrepor seu campo e sua lógica a outros, formam as relações que movimentam a rede social. Dentro de cada campo existem agentes com diferentes graus de influência – tanto interna quanto externa ao campo – e essa influência é nomeada de capital – em várias classes, como o financeiro, o político, o cultural, o social -, e o conjunto destes capitais é chamado capital simbólico, e proporciona ao seu detentor o poder de intervir em maior ou menor grau nas relações entre os campos e entre os indivíduos. Os agentes que detém maior capital simbólico em relação aos outros do campo, e perante os pertencentes a outros campos, possuem maior poder simbólico. Para Bourdieu, “o campo de produção simbólica é um microcosmos da luta simbólica entre as classes: é ao servirem seus interesses que os produtores servem aos interesses dos grupos exteriores ao campo de produção” (1989, p. 11). Daí, os agentes do campo religioso assisense, interagindo com a produção do campo midiático, notadamente a produção televisiva veiculada na cidade, interpretaram-na como sendo imprópria aos padrões cristãos e morais da sociedade assisense,

e por essa interpretação criaram a campanha e a desenvolveram durante cinco anos.

Já as proposições de Roger Chartier sobre os estudos culturais, seus conceitos de Apropriação e Representação, diante dos quais os indivíduos utilizam-se do que lhes é transmitido por meio dos veículos de comunicação social, apropriando-se das mensagens de modo particular, e dessa apropriação criando as representações de si para o mundo, e do mundo para si, encaixam-se na análise de “Um Dia sem TV” no tocante à análise da apropriação feita pelo clero assisense do conteúdo geral dos documentos produzidos pela Santa Sé, pela união dos bispos da América Latina e pela CNBB, as estratégias de atuação diante da população, as visões, as ideologias defendidas ou rechaçadas nas páginas dedicadas aos debates sobre o uso dos meios de comunicação social como ferramenta da Igreja para a evangelização, para a veiculação de seu arcabouço ideológico a um número incontável de indivíduos leigos, preparados para ataques às posturas consideradas fora dos padrões morais e cristãos, que se espalhavam com o avanço das tecnologias de comunicação.

A pesquisa empírica baseada nas proposições teóricas destes autores evidenciou as lutas internas entre agentes, individuais e coletivos, integrados ao mundo religioso assisense, e as relações estabelecidas entre TV e o campo midiático (composto, além da TV, pelas mídias impressa, radiofônica, cinematográfica, fonográfica na época) e das mantidas com os demais campos, como, por exemplo, o político, social e econômico. Nessa direção teórica, as ações da Igreja assisense na promoção da Campanha, puderam ser melhor entendidas e compreendidas como reflexo do pensamento de grande parte da sociedade local a respeito do tema TV, bem como permitiram caracterizar mais precisa e historicamente a hipótese levantada teoricamente de o meio televisivo influir e ser influenciado em relações sociais específicas, e afetando com sua influência os preceitos institucionais no campo religioso.

Assim, a pesquisa histórica sobre a Campanha “Um Dia Sem TV” foi realizada com base na busca de informações e dados encontrados na literatura específica sobre a TV brasileira (notadamente, as ocupadas com a sua história, a sua estrutura e dinâmica, seus agentes e sua programação), o regime militar (sobretudo sua relação com a TV, os movimentos e manifestações sociais, a chamada sociedade civil e a Igreja), a atuação da Igreja no pós-64 (sobretudo o conhecimento dos grupos católicos, as relações da instituição com o regime militar, os movimentos sociais e os meios de comunicação social, principalmente a TV) e o município de Assis (especialmente sua história, a situação social, econômica, política, cultural e religiosa do município no período abordado pela pesquisa).

As fontes primárias da pesquisa foram basicamente censos e anuários estatísticos

produzidos pelo IBGE e pelo SEADE, que deram dimensão numérica a informações relacionadas ao desenvolvimento humano, econômico e social de Assis, comparadas à região e à capital, juntamente com os documentos diversos relacionados à Campanha “Um Dia Sem TV”, tanto os produzidos pela Diocese de Assis (documentos de ordem interna, jornais paroquiais, correspondências) como material próprio da Campanha (textos, cartazes, fotografias); documentos que foram produzidos separadamente por organismos sociais ou políticos atuantes em Assis (como o Rotary Clube e o Lions Clube locais) para conceder apoio à Campanha; matérias de jornais locais, sendo tanto reportagens de cobertura da Campanha como editoriais revelando o posicionamento das empresas jornalísticas em relação ao movimento, e reportagens de jornais e revistas de circulação nacional, confeccionais ou não, que divulgaram e trataram pontualmente da Campanha. A pesquisa sobre “Um Dia sem TV” em Assis foi pensada em uma análise da Campanha sendo um capítulo da história da recepção televisiva da cidade, fruto das interações entre os agentes dos diversos campos envolvidos na produção televisiva, no mundo religioso e na vida cotidiana assisense.

Havia a intenção da realização de algumas entrevistas com personagens que de alguma forma atuaram para a realização de “Um Dia sem TV”. O emprego da história oral não foi contemplado pela impossibilidade de acesso pessoal aos agentes sociais promotores da iniciativa. A quantidade de documentos impressos encontrados, após analisados, explicaram satisfatoriamente a promoção da Campanha assisense.

Diante de todas estas considerações, a estrutura do texto oriundo da pesquisa sobre “Um Dia sem TV”, encontra-se subdividida em três capítulos, que podem ser ainda entendidos didaticamente como partes que, analisadas conjuntamente dão origem a um quadro único, que figura na própria campanha.

O primeiro capítulo apresenta um panorama do campo comunicacional brasileiro, de forma geral, e em comparação com o seu equivalente assisense. Ficaram evidenciadas as interações e influências nas relações entre os agentes deste campo, os progressos técnicos e a forma como estes eram encarados e empregados na metrópole e em uma cidade do interior; o desenvolvimento da vida cultural e dos meios de comunicação social paulistas – o teatro, o cinema, a imprensa, o rádio e mais detidamente, a televisão -, em comparação com a vida cultural de Assis, os pontos equivalentes e os que diferenciam o cotidiano cultural dos dois locais, separados geográfica e socialmente. Foi elaborada ainda uma análise dos principais programas que formavam a grade das emissoras de maior audiência do país nos anos imediatamente anteriores à primeira edição da campanha, que seriam tomados como base da

argumentação diocesana contra a telinha da televisão.

O segundo capítulo, escrito sob o mesmo formato que o anterior, apresenta uma análise dos movimentos expressos em documentos da igreja católica de Roma no tocante à comunicação social, passando pelos pensamentos elaborados pelo episcopado católico da América Latina, pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, e a apropriação feita destes pela igreja particular de Assis. Foi ainda evidenciada a relação prática da igreja com os meios de comunicação, a utilização institucional e social que fazia de jornais, rádio e televisão, e as estratégias de ação evangelizadora lançadas junto a estes veículos considerados potentes pelo nível de alcance que as mensagens ganhavam sendo veiculadas por eles.

Para o terceiro capítulo, foi elaborada a análise histórica dos anos em que foi promovida a iniciativa de se desligar a TV em Assis em nome do bom senso e da revalorização da moral cristã, baseando-se quase que em sua totalidade nos documentos encontrados pela pesquisa em periódicos locais, nos arquivos do centro diocesano de pastoral de Assis – atas de reuniões preparatórias, artigos que trouxeram a argumentação da campanha, cartas de apoio de católicos de diversas cidades paulistas, manifestando satisfação em ver a igreja assisense promovendo tal reflexão, e nas matérias publicadas fora do circuito local, como as encontradas na revista *Veja* e no jornal *Folha de S. Paulo*, que acabaram por dar ênfase e popularidade ao debate que relacionava os produtos televisivos e o cotidiano do homem comum.

## **I – Os meios de comunicação e cultura na metrópole e no interior: desenvolvimento e interação**

A trajetória dos meios de comunicação brasileiros, quando comparada historicamente com as experiências de outros países como europeus, pode ser considerada permeada de privilégios, e algumas diferenças cruciais de desenvolvimento, dado que alguns dos meios de comunicação social, notadamente a televisão, são decididamente vistos como serviço público e encontram em outros veículos considerável concorrência. A televisão brasileira demonstra, por exemplo, proximidades à ótima posição alcançada pela TV comercial norte-americana que, nos anos imediatamente após a Segunda Guerra Mundial, dominada pelo setor privado – o financiamento da expansão televisiva era assegurado pela publicidade –, passou a contar com seis estações de emissão reguladas pela *Federal Communication Commission (FCC)*, que já atuava no país desde a época do rádio. Porém o caso brasileiro diferencia-se da trajetória inglesa, com a pioneira emissora estatal *British Broadcasting Corporation (BBC)* que, iniciando suas transmissões em 1936, já produzia até 24 horas de emissões semanais – em 1937 a coroação do rei Jorge VI da Inglaterra foi transmitida por três câmeras eletrônicas a cerca de cinquenta mil telespectadores –, nos primeiros anos de existência alcançou grande desenvolvimento. Sendo a emissora administrada por um conselho de governadores que teriam a responsabilidade de garantir a imparcialidade da programação, a emissora londrina tornou-se por vezes, ao longo do século XX, palco e pivô de intensas crises e conflitos políticos internos. Ambos os casos estrangeiros, ao contrário do brasileiro, oferecem exemplos que constituem-se em firmes passos na tentativa de, mesmo parcialmente, emancipar politicamente e democratizar a TV, assim como protegê-la da influência exacerbada do poder econômico (Cf. JEANNENEY, 1996, p. 241-261; BRIGGS e BURKE, 2004, p. 238-247; BOURDIEU, 1997, p. 59-60).

Desde as primeiras emissões radiofônicas, e mais tarde televisivas, o Estado brasileiro demonstrou uma crescente preocupação com o controle do desenvolvimento da radiodifusão, fosse em períodos de políticas autoritárias, como o Estado Novo e o regime militar, fosse em tempos de vigência da democracia parlamentar representativa, como na fase política regida pela Constituição de 1946 e na redemocratização, a partir de 1985. O avanço da radiodifusão brasileira, e em especial da TV, deveu-se, ainda a interesses ligados a setores sociais dominantes ocupados com o desenvolvimento capitalista do país e algumas motivações específicas do campo político. A TV se transformaria, por seu alcance e sucesso diante da

população, e devido às mudanças políticas colocadas em prática após o golpe de 1964, no meio mais popular do universo da comunicação social nacional.

Na década de 1950, os brasileiros passariam a contar com as primeiras emissões regulares da televisão, ainda que de forma precária do ponto de vista tecnológico, quando comparada às experiências das tevês européias e norte-americanas. O espectro eletromagnético nacional era de propriedade do Estado. Porém, não havia ainda, uma legislação que sistematizasse o uso daquele espaço - tal sistematização ficaria por conta do Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT), criado no final dos anos de 1950. Para a sua efetivação foram integrados majoritariamente por, além de agentes vinculados aos governos de JK, Jânio e Goulart, representantes de setores sócio-políticos dominantes e dos militares, estes já motivados pelo ideário de segurança nacional que norteava suas ações políticas e sociais. Durante o regime militar, em 1967, o CBT fora alterado, tornando-se mais centralizado e autoritário (BUSETTO, 2008, p. 812-826).

Mesmo diante de dificuldades tecnológicas e da imprecisão na legislação referente a televisão, o pioneiro empresário da comunicação Assis Chateaubriand inaugurava, em setembro de 1950, a primeira emissora de televisão brasileira, a TV Tupi-canal 3, de São Paulo, sendo ela, também, a pioneira na América Latina. Em 1951, o empresário instalava a TV Tupi-canal 6, do Rio de Janeiro. Durante as décadas de 1950 e 1960, as iniciativas de implantação de emissoras de TV, a concorrência no setor e as inovações na programação televisiva se concentravam no eixo Rio - São Paulo, e as exceções ficavam por conta de Belo Horizonte, Porto Alegre e Brasília.

Assim, surgiam as seguintes emissoras: em São Paulo: TV Paulista - canal 5, instalada em 1952; TV Record - canal 7, em 1953; TV Excelsior - canal 9, em 1960; TV Cultura - canal 2, em 1960 e que inicialmente integrava às Emissoras e Diários Associados de Chateaubriand, sendo que em 1967 fora adquirida pelo governo paulista, tornando-se a primeira emissora pública do Brasil; TV Bandeirantes - canal 13, em 1967; TV Gazeta - canal 11, em 1970. No Rio de Janeiro passavam a funcionar: TV Rio - canal 13, em 1955; TV Continental - canal 9, em 1959; TV Excelsior - canal 2, em 1963; TV Globo - canal 6, em 1965, a qual adquiriria, em novembro desse ano, a TV Paulista. No território paulista, em 1958, entraria no ar a primeira emissora de televisão do interior do Brasil e da América Latina: a TV Bauru - canal 2 (BUSETTO, 2008, p. 818).

Tinha início na década de 1970 a massificação e a padronização nacional dos bens televisivos, acelerada, por investimentos oficiais nas áreas de transmissão nacional e

internacional de TV via satélite, ocorridos conjuntamente ao aprimoramento tecnológico da Empresa Brasileira de Telecomunicações – (EMBRATEL), órgão federal criado em 1965, e da tecnologia de microondas, bem como devido à criação de condições favoráveis à fabricação e popularização dos aparelhos receptores, sobretudo a partir do “milagre econômico”. Estas medidas que permitiram uma relativa integração nacional via TV, e possibilitaram a criação de verdadeiras redes de televisão no país, uma vez que a programação de emissoras podia ser exibida diretamente em várias partes do território nacional (BUSERO, 2008, p. 820).

Dessa forma, a TV brasileira se posicionava como um importante meio de obtenção de informações nacionais e internacionais e, quando não, a única fonte de entretenimento para a maioria dos grupos sociais econômica e culturalmente desfavorecidos. Essa posição alcançada pela TV no Brasil deveu-se, de um lado, aos interesses políticos do regime militar, geralmente pautados pela Doutrina de Segurança Nacional – (DSN), que tinha por objetivos principais a formação de uma elite civil, que acabaria por impor ao restante do país as bases de uma cultura capitalista, que situaria o país entre as grandes potências mundiais.

Os meios de comunicação eram vistos como “armas” fundamentais para a concretização do projeto nacional lançado com a Doutrina de Segurança Nacional, devendo servir para o aprimoramento dos valores pregados aos grupos sociais, e a opinião pública deveria ser motivada ou persuadida a aceitar e apoiar o governo. Desta forma, a cassação de emissoras que iam contra os preceitos do regime tornava-se legítima para o bem da política aplicada pelo regime militar, assim como a relativa “proteção” daquelas que se submetiam a uma postura pró-regime. A participação do governo ainda pôde ser vista nos consideráveis financiamentos na infra-estrutura do setor de radiodifusão, em particular ao da tevê - Embratel, – Departamento Nacional de Telecomunicações - (DENTEL), Radiobrás, entre outros órgãos, supervisionados pelo Ministério das Comunicações, estabelecido em 1967, agiram coordenadamente sob uma política nacional de comunicação -, e, de outro, em razão das necessidades de comunicação exigidas pelo desenvolvimento do capitalismo no Brasil e das intenções do mercado em relação ao meio, o qual cada vez atraía a maior parte das verbas publicitárias (BORGES, 2003, p. 245-279).

A natureza dos interesses e a origem dos investimentos dirigidos ao setor televisivo levaram a TV brasileira a se constituir num excelente meio da reprodução social e veículo de propaganda política oficial, tanto durante o regime militar como no período da redemocratização. Essa continuidade resultava do fato de a concessão para o funcionamento de uma emissora de TV ser de prerrogativa exclusiva do Executivo federal, o que levava os

proprietários de tevês solidarizar-se politicamente aos titulares do poder e dificultava, e às vezes inviabilizava, toda e qualquer tentativa voltada para democratizar a TV e promover a participação popular organizada em decisões de princípios e políticas sobre o uso e funcionamento do meio. Situação que muito parcialmente fora alterada a partir da Constituição de 1988 e, sobremaneira, com a regulamentação de leis relacionadas ao setor televisivo durante os anos de 1990 (BUSETTO, 2008, p. 821 – 824)

No regime militar e, mais ainda, durante o seu endurecimento, a partir do final de 1968 com a decretação do AI-5, os governos militares ampliaram arbitrariamente o papel do Estado como censor e “defensor dos valores familiares e da moral da gente brasileira”, assim como o de repressor contra todas as manifestações contrárias ao regime, inclusive com a ampliação e o aprimoramento do uso da tortura. Ainda durante as presidências de Costa e Silva e de Médici foram criados órgãos oficiais<sup>8</sup> que cuidavam de um ponto crucial para a manutenção do regime de exceção: a propaganda ideológica. Essa era veiculada em todos os meios de comunicação social, porém preferencialmente na TV, e objetivava ampliar e consolidar o apoio de segmentos e grupos sociais dominantes, tanto econômica como culturalmente favorecidos, e persuadir os amplos setores e grupos sociais populares a apoiarem o regime (FICO, 1997, p. 89-117).

Porém, mesmo dentro do processo de “distensão lenta, gradual e segura” do regime, promovida pelo governo de Geisel a partir de 1974 e continuado e ampliado pelo seu sucessor o presidente Figueiredo, os meios de comunicação social tiveram devolvido gradativamente sua liberdade de expressão. Chegava ao fim à censura prévia, entretanto entrava em ação a auto-censura, procedimento pelo qual as empresas de comunicação social procuravam antecipar-se à censura, muitas vezes, contratando censores aposentados para realizarem vistorias prévias na sua produção. Porém, diferentemente do que ocorria aos meios impressos, na TV, assim como no rádio, o abrandamento da censura se deu em ritmo mais lento e de forma bastante parcial, tendo ambos os meios que esperarem a promulgação da Constituição de 1988 para se liberar completamente da censura oficial (FICO, 2004, p. 87-109).

No Brasil da década de 1970, a interação entre os campos cultural e comunicacional, como hoje, era fértil, e os produtos de ambos os campos buscavam em sua essência figurar como responsáveis pela tomada de conhecimento das mudanças no contexto conservador da sociedade, como precursores da modernidade. Produções, teatrais, cinematográficas, radiofônicas e televisivas, apesar das intempéries dos anos de chumbo, e tais produções, notadamente as dos meios de comunicação social, figuravam como alternativa de

---

<sup>8</sup> Respectivamente, a Assessoria de Relações Públicas (ARP) e a Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP).

entretenimento e lazer nas cidades brasileiras, tanto em regiões muito populosas como no interior.

No município de Assis, que entre a década de 1970 e o início da década seguinte era referência em desenvolvimento regional, mas populacionalmente pequeno –comparado a cidades como Marília, Ourinhos, Bauru e Presidente Prudente que, apesar de não pertencerem todas à mesma região administrativa, formavam juntamente com Assis uma região de força econômica e política regional - pois em 1978 contava com 65.190 habitantes, chegaria a 1983 com 71.761 habitantes<sup>9</sup>, e apresentava razoável desenvolvimento urbano, apesar das desigualdades econômicas e sociais já facilmente visíveis entre a região central e periférica do seu centro urbano. No cenário regional do oeste paulista, era posicionado como pólo econômico, devido ao agro-negócio, mas não mais centrado na cafeicultura, pois já se confirmava o crescimento da cana-de-açúcar, soja, milho e pecuária. A elite agrária e política – fazendeiros, usineiros e demais empresários inseridos no campo político regional - dirigia a cidade, atuando na construção da vida social e no desenvolvimento do município de acordo com seus interesses de classe, e algumas instituições poderosas, como a Igreja Católica, exerciam grande influência sobre esta elite e sobre as demais camadas da população.

O posicionamento de Assis como liderança regional, deveu-se sobremaneira a sua condição de Sede de Comarca – declarada em 20 de março de 1918 (DANTAS, 1978) -, conseqüente eixo de operações do agro-negócio e diocese – criada por decreto papal em 30 de novembro de 1928 (D'ANGELO e MANOEL, 1990, p.24) -, ganhava cada vez mais força, e só fazia aumentar as ambições da elite, e os mecanismos que garantiriam o predomínio da ação católica nas regiões diocesanas, tais como seminários, colégios masculinos e femininos para a juventude leiga, ligas e associações de leigos engajados no auxílio a tarefas eclesiais, jornais diocesanos e paroquiais davam embasamento institucional a tal elite. Incrementar a infraestrutura da cidade com apoio das camadas menos abastadas da população, para passar a idéia de uma união comunitária em pró da modernidade era o grande trunfo das elites, que aplicavam verdadeiras políticas de recrutamento entre os moradores de Assis para o trabalho em obras que, segundo sua proposição, trariam status e elevariam o nome da cidade perante a região, como a construção de escolas e outros prédios do patrimônio municipal ou pertencentes a instituições, como associações de bairro e grupos religiosos.

Neste período, Assis foi palco de atividades artísticas e culturais, as quais não tão intensas como as realizadas na capital – uma grande ponte pela concentração de manifestações

---

<sup>9</sup> Fonte: ESTADO DE SÃO PAULO. .SEADE. Relatório da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados.

artísticas e culturais no eixo Rio – São Paulo -, mas que ganhavam significância para a sua população local e até para a regional, dada a sua posição na região. O teatro em Assis esteve, desde o início de suas apresentações, diretamente ligado administrativa e em sua prática, com a Igreja Católica. O primeiro teatro da cidade foi erguido com a madeira restante da demolição da Igreja antiga, em 1928. As produções realizadas tinham caráter beneficente e a renda obtida com os mesmos era revertida para a construção da nova Igreja Matriz, assim como para a manutenção da Santa Casa de Misericórdia de Assis (DUTRA, 2004, p. 49). Neste período, Dutra destaca a importante participação de professores na criação e coordenação de peças teatrais, estas tendo conteúdo religioso ou não – os trabalhos iam desde peças com inspiração em produções profissionais da capital, espetáculos singelos, como recitais e apresentações musicais muitas vezes interpretados por crianças e comédias de costumes, até peças voltadas para o enaltecimento da moral e dos bons costumes, e montagens específicas para homenagear o clero e congregações religiosas.<sup>10</sup> Dutra supõe que, diante da cobrança de ingressos, a camada da população assisense que teria acesso aos espetáculos seria a moradora do centro da cidade, conseqüentemente, a camada com maior capital financeiro e cultural. Destaca ainda a realização de espetáculos produzidos por amadores – como “Assis às Escuras”, que criticava a falta de energia elétrica em alguns bairros da cidade nos anos 1940 – e a presença de alguns grupos teatrais de grandes centros que em turnê apresentavam suas montagens na cidade, além de companhias musicais.

Nos anos 1940, foi criada a companhia de Amadores Paulo de Assis, com atores vinculados a Igreja Católica, que realizou vários espetáculos na cidade. A chegada dos padres do PIME, e a construção do Centro Católico – um local específico para o ensino e apresentações de arte diversas – deu mais fôlego à organização de produções culturais não só em teatro, mas também em música clássica e exibição de filmes pelos anos seguintes. A atuação do PIME na área cultural assisense será analisada mais adiante.

A situação econômica de Assis elevava o município à categoria de liderança regional, ao lado de cidades como Ourinhos e Presidente Prudente, pela produção cafeeira e, após a década de 1950, pela instalação da usina de açúcar e álcool Nova América.

---

<sup>10</sup> Duas professoras destacaram-se no desenvolvimento de tais atividades: Leopoldina Macambira Barbosa, nos anos 1920 e 1930, e nos anos 1930 a professora Alice Feitosa. Cf. DUTRA, 2004, pág. 50. Merece destaque ainda a colaboração da professora e musicista Maria Lopes de Campos, a Dona Pimpa, que atuou na cidade lecionando e trabalhando com arte durante grande parte do século XX, seja no conservatório – fundado por ela em conjunto com o Pe. Enzo Ticinelli, ou na rádio Difusora de Assis, no programa “Noites Brasileiras”. Hoje tem seu nome dado ao centro cultural e biblioteca municipal de Assis.

Fonte: <http://www.umdoistres.com.br/artigos/setembro2009/pimpa.htm>

Mais tarde, na década de 1970, mais precisamente entre os anos de 1974 a 1983, uma série de espetáculos teatrais sob a direção do PE. José Carlos D'Angelo, então reitor do Seminário São José foram exibidas. Mais uma vez Dutra aponta o direcionamento destas produções, realizadas na sede do seminário no centro da cidade, para as camadas média e alta da população assisense (DUTRA, 2004, p. 56) Assis firmava convênios com entidades da capital estadual, como o SESC e o SENAC, convênios estes que garantiriam o desenvolvimento de atividades culturais - como o *TAS*, Teatro Amador do SESC que, possuindo verba própria para as produções cênicas, excursionou por cidades da região apresentando suas montagens -, e profissionalizantes para a população, e o grupo de teatro amador do bairro Vila Operária, Teatro Amador da Vila Operária - *TAVO*, que chegou a realizar algumas apresentações em diversas cidades do estado. Em 1970, ainda surgiria mais um grupo teatral, desta vez ligado à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis - FAFIA. A faculdade representava um pólo de cultura e saber para a cidade e, de certo modo, a pulverização de valores culturais entre os diversos grupos sociais da cidade.

Entre as décadas de 1970 e 80, Assis contava com uma média de sete aparelhos telefônicos para cada cem habitantes<sup>11</sup>. Ao mesmo tempo, os sinais da desigualdade eram evidentes: as funções básicas de saneamento, moradia e conforto, para a grande maioria da população residente nos bairros, como a Vila Operária, eram mínimas. O saneamento básico – água tratada, tratamento de esgoto e energia elétrica – chegou àqueles bairros muito tardiamente, em comparação com áreas mais centrais da cidade. O desenvolvimento econômico, impulsionado pela movimentação dos trabalhadores da ferrovia, também acabou por ficar mais evidente nas regiões movimentadas do centro muito antes que nos bairros mais populares.

Como já dito anteriormente, Assis foi palco de intensas atividades culturais, e uma das apresentações artísticas comuns era a circense. Os circos que passavam por Assis atuavam como meio de transmissão cultural popular, e traziam números tradicionais circenses, bem como apresentações teatrais (Cf. DUTRA, 2004, p. 53).

A cidade chegou a ter em funcionamento desde as décadas de 1930 a 1970, três salas de cinema - em 1931, no grupo escolar Dr. João Mendes Júnior, foi criado o Cinema Educativo, coordenado pelo professor Carlos de Assis Veloso (DANTAS, 1978, p. 120), e o Cine – Teatro Avenida, o Cine Pedutti e o Cine São José eram bastante conhecidos e populares -, com exhibições semanais, algumas também supervisionadas pela Igreja Católica, outras mais

---

<sup>11</sup> Cf. relatórios SEADE.

independentes de credos, e exibindo desde clássicos até filmes comerciais mundialmente conhecidos, como *King Kong* (1976), *Carrie, a Estranha* (1976), *Grease, nos Tempos da Brilhantina* (1978) e *Os Embalos de Sábado à Noite* (1977), e filmes nacionais, como *Deus e o Diabo na Terra do Sol* (1964) e *Bye, Bye Brasil* (1979).<sup>12</sup> Estes dois filmes brasileiros servem para evidenciar questões relacionadas ao tipo de produção escolhida para exibição na cidade. No filme de Glauber Rocha, o sertanejo pobre descobre um alento para suas desventuras em um grupo religioso que lutava, além da salvação celeste, pela manutenção dos direitos dos pobres diante do coronelismo implacável imposto pelos latifundiários nordestinos (BRASIL, 2006). Já no longa dirigido por Cacá Diegues, as contradições econômicas são latentes, na narrativa da história do grupo mambembe que cruza o país levando seus espetáculos às únicas regiões onde ainda teriam prestígio de público – aquelas em que o show de imagens em movimento da televisão ainda não havia chegado (LINO, 2002). Mais um cinema da cidade, o Cine - Teatro São Vicente, também bastante popular entre a população assisense, foi alvo, na década de 1980, de intensos debates relacionados ao seu funcionamento e ao seu tombamento como patrimônio histórico e cultural local, pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico – CONDEPHAAT. A Igreja Católica local se manifestaria contrária ao tombamento do teatro, sob a alegação de que Assis possuiria outras edificações e espaços com maior valor histórico passíveis de tombamento (NASCIMENTO, 2009, p. 204 – 221).

As festividades culturais, como o carnaval, acabaram por tornar-se uma das festas mais tradicionais da Assis das primeiras décadas do século XX. O lazer desta época era pautado, entretanto, por bailes organizados no clube Recreativo, que se voltavam ao entretenimento das camadas abastadas da população, e os demais grupos sociais reuniam-se em torno de blocos carnavalescos e bailes populares, localizados geralmente no Clube Atlético Ferroviária (TANNO, 2003). Em sintonia com as transformações sofridas nas comemorações da festa pelo passar dos anos, os bailes como organizados anteriormente desapareceram, e em seu lugar surgiram na cidade algumas escolas de samba, que realizam desfiles até os dias de hoje. Casas noturnas também faziam sucesso entre a faixa etária jovem assisense, chegando a manter-se em funcionamento concomitante duas a três casas noturnas e danceterias, entre as décadas de 70 e 80.<sup>13</sup>

---

<sup>12</sup> Cf. *Voz da Terra e Gazeta de Assis*. A programação dos cinemas era frequentemente divulgada na página de variedades dos periódicos locais.

<sup>13</sup> A mais popular entre os jovens era *O Porão*, que tinha o slogan “*A Viagem pelo Som*”, e divulgava suas noites também em *Voz da Terra e Gazeta de Assis*.

O teatro brasileiro passava por um período de forte ação da censura, o que acarretou numa oscilação no número de peças ano a ano, por cancelamento de vários espetáculos. Em São Paulo<sup>14</sup>, uma das cidades brasileiras que, por motivos político-econômicos, acabava por representar, juntamente com a cidade do Rio de Janeiro, o grande celeiro artístico e cultural do país, não poderia ser diferente (RIDENTI, 2000). Autores, diretores, atores e trabalhadores do círculo teatral envolviam-se em casos de repúdio à repressão, escrevendo, organizando e atuando em peças pensadas especificamente para responder aos atos dos censores, como no caso de *Um grito parado no ar*, de Gianfrancesco Guarnieri, 1975, que foi encenada apenas por três noites no Teatro Municipal de São Paulo, antes de ser suspensa. Atores e atrizes posicionavam-se contrários às decisões do governo militar – como o caso da entrevista de Tônia Carrero e Fernanda Montenegro à Revista Veja, em 1976, onde declaravam, ao responderem perguntas sobre a censura nos palcos brasileiros, que as obras teatrais driblavam, como podiam, os mecanismos de censura, para transmitir mensagens ao público -, e com o passar dos anos 70, a censura aumentava veementemente, com interdições e cortes em roteiros.

Entre 1977 e 1978, passeatas de repúdio a atos de repressão e censura às artes e à classe artística, e a montagem de peças contando a realidade da arte no país eram inúmeras, assim como a interpretação de textos clássicos do teatro universal servia para falar pelos silenciados com comprovada aceitação do público e do governo – os censores acabavam por liberar a interpretação das peças. Vários estilos de programas televisivos surgiram, trazendo como tema o teatro em documentários, adaptação de roteiros para mini-séries e na organização de exposições entre outros, tanto em emissoras privadas quanto públicas – como os casos do programa *O Gesto, A Festa, A Mensagem: 200 Anos de Teatro*, escrito por Millor Fernandes e dirigido por Flávio Rangel, produzido pela Rede Tupi de Televisão, que também serviu para lançar a coleção *Teatro ao Vivo*, da Abril Cultural, em 1976<sup>15</sup>; da série de programas *O Teatro no Ocidente*, escrita e apresentada pela crítica teatral Bárbara Heliodora, na TV Cultura, em 1978; as *Séries Brasileiras*, iniciando as adaptações da obra de Nelson Rodrigues pela Globo, com *Vestido de Noiva*, dirigida por Paulo José, em 1979; a veiculação do programa *A Aventura do Teatro Paulista*, na TV Cultura/Fundação Pe. Anchieta, em colaboração com o

---

<sup>14</sup> Dados sobre a programação teatral da cidade de São Paulo, e sua projeção para o interior foram obtidos em: Centro Cultural São Paulo. Cronologia das artes em São Paulo: 1975 – 1995: artes cênicas – teatro/Divisão de Pesquisas. Equipe Técnica de Pesquisas de Artes Cênicas – Volume 3. São Paulo: Centro Cultural São Paulo, 1996.

<sup>15</sup> Fonte: Centro Cultural São Paulo. Cronologia das artes em São Paulo: 1975 – 1995: artes cênicas – teatro/Divisão de Pesquisas. Equipe Técnica de Pesquisas de Artes Cênicas – Volume 3. São Paulo: Centro Cultural São Paulo, 1996., pag. 28.

Departamento de Informação e Documentação Artística – Equipe Técnica de Pesquisas de Artes Cênicas e Arquivo Multimeios, no ano de 1981, e a elaboração da exposição O Cartaz no Teatro, por iniciativa da TV Cultura e do Instituto Nacional de Artes Cênicas – (INACEM), em associação com a RTC de São Paulo. Somente no fim de 1982 e início de 1983, incentivos concretos – verbas, diminuição de vetos a peças, festivais e promoções governamentais, barateando e padronizando o valor dos ingressos por associação com entidades como o INACEM e do Serviço Brasileiro de Teatro, trouxeram maior prestígio do público às obras.

O cinema brasileiro, a partir de 1975/1976 foi marcado pela conquista do grande público, até então afastado das telas, por meio da qualidade técnica, das inovações temáticas e da utilização também da narrativa clássica. Neste período, contava com alguns investimentos visando o financiamento e a distribuição dos filmes nacionais. O Estado interferia nos temas das produções, privilegiando temas nacionalistas, apregoados na década de 1960 – o homem, a identidade nacional e as diversidades brasileiras -, e publicava resoluções relacionadas às exibições de filmes brasileiros<sup>16</sup>, acompanhadas de um abrandamento da censura nos estúdios e aos roteiros. As produções, centralizadas no eixo Rio – São Paulo, por sua vez, passaram a ter melhores resultados técnicos, pela junção dos recursos já conhecidos do cinema aos da televisão, e grande maioria das obras utilizava-se da comédia e do erotismo<sup>17</sup>. Cineastas, devido à interferência do regime ditatorial na temática geral dos filmes, passaram a construir suas obras com recursos que permitiriam uma “dupla leitura” dos filmes pelos espectadores. Em 1977, a Embrafilme lançou um projeto que visava a criação de filmes históricos e adaptações literárias para televisão, e alguns diretores migram do cinema para a produção de seriados de TV, e a algumas interações entre os dois meios – neste mesmo ano, *Os Trapalhões*, programa de TV, passava às telas do cinema, apesar da grande atuação da censura na proibição da exibição de filmes como *Morte e Vida Severina* e *As Loucuras de um Sedutor*, que retratavam pontos da vida social que feriam o pensamento do regime ditatorial, a crítica às desigualdades econômicas e sociais vividas pela grande massa da população, e o cotidiano de um alpinista social recém chegado à cidade grande.

O ano de 1978 foi marcado pelo início de produções mais cinematográficas mais críticas em relação ao governo militar – temas como a questão operária e a política governamental vigente, como o filme *Eu Matei Lúcio Flávio*, de 1979, que trazia denúncia sobre as práticas do

---

<sup>16</sup> Resolução do INC nº 106, de junho de 1975, que amplia para 112 o número de dias por ano de exibição obrigatória de filmes brasileiros. Cf. Centro Cultural São Paulo.

<sup>17</sup> Fonte: Centro Cultural São Paulo. Cronologia das Artes em São Paulo: 1975 – 1995: cinema/Divisão de Pesquisas. Equipe Técnica de Pesquisas em Cinema – Volume 4. São Paulo: Centro Cultural São Paulo, 1996.

grupo paramilitar conhecido como Esquadrão da Morte -, tanto em obras de longa como curta metragem. Ao mesmo tempo, a produção de filmes eróticos ou com temática sexual ganhava amplo espaço na indústria cinematográfica paulista, principalmente na “Boca do Lixo”<sup>18</sup>. A produção de curtas do período vinculou-se fortemente a entidades sindicais, e a atuação da censura teve grande aumento, com o Ministério da Justiça exigindo a entrega dos rolos de 32 filmes censurados. Em março de 1979, a portaria interministerial nº308 tornou obrigatória a veiculação semanal de no mínimo um filme de curta metragem nacional pelas emissoras de TV e, em 1981, outro decreto obrigava as tevês a incluírem na sua programação de filmes estrangeiros, no mínimo um título com legenda em português.

Filmes biográficos, e com temáticas “tipicamente” brasileiras recebiam financiamentos governamentais, assim como adaptações literárias e dramas sociais – tratando da vida cotidiana do brasileiro comum. A empresa estatal decidiu também promover o cinema brasileiro no exterior, tornando-se ganhador de prêmios nos Estados Unidos e na Europa, circulando as produções em festivais e no mercado internacional. Nesse período, o processo de abertura política acabou por favorecer a exploração dos temas antes áridos, o que diversificou e ampliou o alcance das obras, além de ter permitido a implantação de uma infra-estrutura de produção de qualidade, e a formação de diretores e técnicos especializados, com perfil distinto dos grupos envolvidos com o cinema anteriormente. O fim da censura, porém, não manteve nos cinemas o sucesso dos temas sociais obtido anteriormente, mas serviu para alavancar novamente a indústria do cinema pornô ou de sexo explícito que, após uma baixa na produção durante os últimos anos da censura, teria público expressivo e uma fatia em torno de 60 a 70 % da produção cinematográfica nacional – o que acabou ainda por garantir a manutenção do mercado de trabalho para uma considerável parcela dos trabalhadores técnicos desse gênero.

A imprensa teve sua evolução em Assis muito parecida com a trajetória vivida em outras cidades do interior, deixando claras suas pretensões políticas e sociais ao surgirem como porta-vozes de grupos ou área de conflito de opiniões divergentes. O *Jornal de Assis*, que circulou ininterruptamente de 1918 até 1962, dava cobertura à política de centro - esquerda em Assis, que tinha como figuras atuantes Santilli Sobrinho<sup>19</sup>, Abílio Nogueira Duarte<sup>20</sup>, Tufi Jubran<sup>21</sup> e

---

<sup>18</sup> Boca do Lixo era o nome referência de um quadrilátero de ruas na região central de São Paulo, entre as estações da Luz e Sorocabana, conhecidas por ser instalação de diversas produtoras de filmes, a grande maioria deles eróticos, famosas por suas filmagens explícitas na cidade, e por ser um local de atividades ilícitas, prostituição e comércio popular. In: BARROS, Carlos Juliano; LOPES, Laura. “A Boca do Lixo ainda respira.” <http://www.reporterbrasil.com.br/exibe.php?id=41> – reportagem feita em junho de 2004.

<sup>19</sup> José Santilli Sobrinho foi um dos fundadores do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), exerceu dois mandatos como Prefeito de Assis, três mandatos como Deputado Estadual e quatro como Deputado Federal. Foi

Hélio Rosas<sup>22</sup>; a *Gazeta de Assis*, em 1955, dirigida por Nelson de Souza, seguindo a linha de direita e a favor de Adhemar de Barros, tinha publicado seu primeiro número. Na década seguinte, surgia mais um periódico, a *Voz da Terra*, dirigido e administrado por Egydio Coelho da Silva<sup>23</sup>, surgido de uma plataforma de cobertura à candidatura de Abílio Nogueira Duarte a prefeito de Assis, pelo Movimento Trabalhista Renovador – (MTR)<sup>24</sup>, e em oposição ao apoio dado pela *Gazeta* aos adhemaristas assisenses Clybas Pinto Ferraz e Rui Silva.

Os dois periódicos de circulação em Assis durante o período de 1975 a 1985, *Gazeta de Assis* e *Voz da Terra*, traziam ao público leitor informações diversas a respeito da economia, da política e do cotidiano do município, da região e do estado, inclusive por vezes publicando matérias já produzidas por jornais de grande circulação e buscavam informações nas agências de notícias da capital. Noticiavam também as atividades culturais desenvolvidas na cidade e na região – a exibição das salas de cinema e a programação televisiva, as festas programadas nas danceterias da cidade e os eventos sociais promovidos por entidades assisenses. Reservavam ainda espaço para a Igreja Católica local, que mantinha em ambos os jornais a *Coluna da Diocese – Secretariado dos Meios de Comunicação Social* onde, na maior parte das vezes a coluna não era assinada. Clérigos, religiosos e leigos engajados nas obras sociais e de evangelização idealizadas pela Diocese publicavam suas impressões sobre a vida cotidiana assisense, os costumes e as mudanças que os ares de progresso traziam a sociedade local.

A imprensa sempre teve participação direta no cotidiano da população, nos grandes centros e no interior. Jornais e revistas traziam as discussões e os debates dos campos político, social e econômico para dentro dos lares dos leitores das páginas impressas, fossem elas de esquerda ou de direita. O modelo corporativo, que dominou o mercado dos periódicos no Brasil, tornou-se uma teia bem trançada, com pontas que a prenderam junto aos outros meios de comunicação, e junto aos instrumentos de cultura e lazer mais ativos e férteis do país. Essa

---

fundador do PSDB do Município e era o Presidente de Honra do Diretório Municipal do PSDB de Assis quando de seu falecimento, em 2006. Cf. Jornal a Voz da Terra, Ed. De 19 de abril de 2006.

<sup>20</sup> Abílio Nogueira Duarte iniciou a vida política como vereador pelo PTB e na década de 1960 filiou-se ao MDB, sendo eleito primeiramente ao cargo de deputado estadual, logo após sendo prefeito de Assis entre os anos 31/01/1973 à 31/01/1977, também pelo MDB. Faleceu em outubro de 2006. In: [http://www.al.sp.gov.br/StaticFile/integra\\_sessao/143aSO061020.htm](http://www.al.sp.gov.br/StaticFile/integra_sessao/143aSO061020.htm).

<sup>21</sup> Dr. Tufi Jubran, prefeito entre os anos 01/02/1969 à 31/01/1973. In: <http://br.geocities.com/bibnina/cit/relpref.htm>, url da biblioteca municipal de Assis “Nina Silva”.

<sup>22</sup> Helio Cesar Rosas iniciou a vida política como vereador em Assis na segunda metade da década de 1950, pelo PTN, passando ao MDB em 1966, quando assumiu cadeira como deputado estadual. Nos anos 1980, foi deputado federal, permanecendo na bancada do PMDB.

Fonte: [http://www.camara.gov.br/internet/deputado/DepNovos\\_Detalhe.asp?id=101436&leg=50](http://www.camara.gov.br/internet/deputado/DepNovos_Detalhe.asp?id=101436&leg=50).

<sup>23</sup> Proprietário e diretor chefe de A Voz da Terra desde sua fundação até os dias atuais. Fonte: <http://www.jornalvozdatterra.com.br/>

<sup>24</sup> O MTR foi fundado por Fernando Ferrari e dissidentes do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) em 1959. Foi extinto pelo governo militar, pelo Ato Institucional nº 2, em 1965.

interação entre os meios de comunicação era vista nas páginas de periódicos, e nas programações de rádio e televisão – como a Editora Abril, que lançou em junho de 1976, a revista *TV Guia*, com informações sobre a programação das emissoras de TV de São Paulo e do Rio de Janeiro. Durante o quinquênio 1978 – 1983, o país teve um considerável aumento no número de periódicos em papel, indo de 3.164, no primeiro ano, a 5.204, ao final do quinto ano. Periódicos estes tratando de uma infinidade de temas e produzidos pelas mais diversas instituições e grupos sociais. No Estado de São Paulo, se encontravam 1.017 periódicos em 1978, e em 1983, 2.401. A maior parcela destes periódicos era local, jornais que serviam a grupos específicos, e a instituições distintas, como sindicatos diversos, e grupos religiosos em geral. A parte deste todo com maior circulação pertencia já aos grandes conglomerados jornalísticos formados durante a primeira metade do século XX, como o Grupo Folha, o Grupo Abril, e *O Estado de S. Paulo*. Os jornais *Folha de São Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, assim como a revista *Veja* traziam noticiário nacional, da esfera política, econômica e cultural, e serviam como base para a criação de artigos em periódicos do interior paulista. A censura estaria presente nas redações dos grandes jornais, atuando com veemência no cerceamento da liberdade de informação – até 1975 no jornal *O Estado de S. Paulo*, especificamente, e até 1978, sessenta dias antes do início das negociações para derrubada do Ato Institucional nº 5 (efetivada em janeiro de 1979, pela emenda constitucional nº11), nas redações dos demais periódicos em papel-, e cassaria inúmeros periódicos de grupos contrários as idéias ditatoriais – como em 1975, o desmantelamento do jornal comunista *A Voz Operária*, efeito da perseguição ao PCB em São Paulo. Denúncias contra os desmandos do governo militar eram, sempre que possível – já que o noticiário estava submetido às normas da censura, e por diversas vezes tentava driblá-las -, e sempre condizentes com a linha editorial de cada periódico, transmitidas aos leitores, como no caso da morte do jornalista Vladimir Herzog, da TV Cultura, no DOI-CODI de São Paulo. A participação política dos jornais paulistas na vida política nacional ainda poderia ser vista com grande força no noticiário sobre a abertura do regime ditatorial, e na cobertura de discussões relacionadas a questões como a anistia, e as eleições diretas para a presidência da república.

O rádio, em frequência AM, marcou fortemente o desenvolvimento dos meios de comunicação assisenses, estando presente até os dias atuais no cotidiano social dos moradores da cidade e da região em duas emissoras. A Rádio Difusora de Assis, fundada por Vicente Mercadante, Sebastião Leite do Canto, José Vieira da Cunha e Silva, Miguel Leuzi, Antônio Viana Silva e Dr. Licurgo de Castro Santos, considerada uma das mais antigas do interior de

São Paulo, entrou no ar no dia 23 de julho de 1941, quando chegou a Assis uma companhia circense que trazia uma novidade, um transmissor RCA VICTOR, que servia para anunciar a chegada do circo na cidade. A família Mercadante adquiriu o transmissor do circo, que se transformou na Rádio Difusora, funciona nos fundos da Casa Cunha, de secos e molhados, à Rua Floriano Peixoto, e já em 1942 foi transferida para o prédio onde funciona até hoje, na esquina da Av. Nove de Julho com a Rua Gonçalves Dias.

Os programas de auditório, e a transmissão de apresentações teatrais e musicais eram os motes de trabalho da rádio, até meados da década de 1950, quando se iniciaram as transmissões de rádio novelas, em parceria com a Rede Piratininga de rádio, e a produção de programas ganhou força. A transmissão de programas jornalísticos, de variedades, musicais e esportivos dividia-se durante as horas de funcionamento diário da emissora, com alguns destes programas estão no ar até os dias atuais, como os jornalísticos *Show de Notícias*, *Rotativa Sonora*, e *Décima Sétima Hora*.

Comunicadores e animadores comandavam programas de variedades durante manhã e tarde, e o espaço da igreja católica também ali era assegurado, com a transmissão do terço, missas, e o programa *Paulo Guazelli*, que trazia discussões sobre questões cotidianas das famílias, leituras bíblicas, aconselhamentos diversos relacionados à família, casamento, educação entre outros, além de dicas sobre segurança no lar, receitas e cultura. O programa permaneceu no horário do almoço da rádio difusora desde meados da década de 1980 até 2002<sup>10</sup>, quando outro clérigo, *Padre Vicente*, assume o controle do programa.

A Rádio Cultura AM, que surgiu no ano de 1962, apesar do nome, nunca esteve ligada a nenhuma fundação educativa. Foi fundada por José de Camargo, Antonio José de Camargo, atual diretor superintendente da empresa e Ari Ferreira da Costa e hoje também opera na frequência FM. Mais voltada às transmissões jornalísticas, várias horas de sua programação eram voltadas, no início de suas transmissões, a noticiários locais e regionais, *Giro da Manhã*, das 7h às 8h, *Jornal da Cultura*, das 11h30 às 12h30, e o *Notícias da Hora*, este último apresentado de hora em hora, entre os intervalos da programação.

Como na Rádio Difusora, o espaço à religião é reservado, aqui não só para a Igreja Católica, mas igualmente para outras religiões. Grande destaque era dado às transmissões esportivas, jogos do time de futebol local. Promove também, até os dias atuais, grande

---

<sup>10</sup> A mudança de apresentador do programa católico se deu pelo afastamento espontâneo de Guazelli das funções sacerdotais. Posteriormente Guazelli reiniciou suas atividades como locutor em uma emissora FM da vizinha cidade de Cândido Mota.

cobertura de eventos esportivos regionais, e com a inauguração de sua estação FM, passou a atingir outros níveis de público, como a população mais jovem.

Em meados da década de 1970, as grandes produções no campo da comunicação passaram para as emissoras de televisão, e o rádio, que viveu seu apogeu no Brasil nos anos 1950 – quando as vozes de apresentadores e atores radiofônicos vendiam produtos e encantavam mentes -, teve sua programação substituída, gradativamente, por um esquema essencialmente musical. A TV, e o sucesso das emissoras FM provocaram mudanças na linguagem utilizada em programas das emissoras AM, que passaram a direcionar a programação para públicos específicos<sup>25</sup>. As emissoras procuravam identificação com faixas específicas da população, baseando-se em estatísticas sócio-econômicos e culturais, inclusive empregando a linguagem que seu público alvo gostaria e estava acostumado a ouvir. Em 1975, o governo federal criou a Radiobrás – Lei nº 6301, de 15 de dezembro – que tinha como objetivos organizar e operar emissoras, explorar serviços de radiodifusão, produzir e difundir programação educativa e recreativa, sob os moldes governamentais. Nesse momento, a Rádio Nacional e a TV Nacional, de Brasília, são desvinculadas diretamente do patrimônio da União, e passaram a incorporar o acervo inicial da Radiobrás, como parte do Ministério das Comunicações. A censura, em São Paulo, lacrava estúdios de rádios e cassava concessões por questões políticas, haja vista que o rádio era tomado como grande ferramenta de propaganda política, partidária do governo ou não, e comercial. Considerado esse potencial, o Congresso Nacional aprovou, em 1976, o projeto de Lei nº 6.639, do executivo, limitando o conteúdo e o tempo de veiculação de propaganda político-partidária em rádio e TV, a chamada *Lei Falcão*. Em 1977, o governo regulamentou ainda o tempo de dez minutos de propaganda governamental gratuita diária a ser transmitida via rádio e televisão.

Enquanto as rádios FM tomavam o posto de preferidas de grande parte da população, por seu apelo musical, as rádios AM buscavam modernizar seus padrões, notadamente na área jornalística e na prestação de serviços. Na disputa pela audiência e pelos investimentos publicitários, as emissoras apostavam na contratação de profissionais conhecidos entre o público. O horário da madrugada contava com significativa audiência, e era disputado por diversos grupos independentes, como religiosos. Os líderes de audiência no AM em São Paulo eram, em termos gerais, as rádios Bandeirantes, Globo – Nacional, Tupi, Record e América, que se alternavam nos primeiros lugares de audiência. Em FM, a concorrência foi estabelecida

---

<sup>25</sup> Fonte: Centro Cultural São Paulo. Cronologia das Artes em São Paulo: 1975 – 1995: comunicação de massa – rádio e televisão/Divisão de Pesquisas. Equipe Técnica de Pesquisas em Comunicação de Massa – Volume 5. São Paulo: Centro Cultural São Paulo, 1996.

entre as emissoras Excelsior, Transamérica e Jovem Pan. Quando a censura passou a dar sinais de abrandamento, as emissoras tiveram maior liberdade para trazer programas com temas políticos - como em 14 de junho de 1978, as emissoras de rádio se uniram para transmitir, ao vivo, a convenção da Aliança Renovadora Nacional – ARENA (hoje Partido Progressista – PP) em São Paulo -, de entrevistas, debates e comentários, que eram até então censurados, ou autocensurados. Porém a abertura política era um processo em andamento, e a censura por vezes proibia a divulgação de notícias sobre temas que ferissem o regime, ou o processo de desmantelamento do mesmo – como quando da proibição da divulgação de notícias referentes ao I Congresso Nacional pela Anistia, em 1978.

Tendo em vista o predomínio da programação musical de origem internacional em ambas as frequências radiofônicas, DENTEL determinou que tanto emissoras AM quanto FM veiculassem 50% de música brasileira, sob pena de punição e multa. A programação radiofônica começou, depois de 1980, a apresentar mudanças significativas na grade de programação, com transmissões ao vivo de programas de variedades, como *Balancê*, da rádio Excelsior, e jornalísticos, como o *Fala Brasil*, da Rádio Capital – SP, que era anunciado como sendo o primeiro programa de rádio feito ao vivo, em rede nacional, com transmissões telefônicas diretamente de São Paulo, Brasília, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre e Curitiba. Iniciou ainda mudanças na especialização dos profissionais, com a atuação de mulheres como locutoras, disc jockeys e repórteres, como os casos de Neide Garcia na Rádio Piratininga, Maria Aparecida Alves, na Rádio América, e Neide Alexandre, na Jovem Pan.

Já por volta de 1982, o conteúdo médio da programação AM estava dividido em 55% de música, 14% programas voltados ao universo feminino, 11% de programas jornalísticos, 8% de programas esportivos, 5% de conteúdos relacionando música e informação, 3% de programação religiosa (esta dividida entre as diversas crenças), 15% de programação educativa, 1% de programas policiais, 0,6% de programas humorísticos, 0,5% da programação considerada edificante, e 0,4% de da programação das rádios paulistas era voltada para o público infantil. A SINAEEES – Sindicato da Indústria de aparelhos Elétricos e a ABINEE – Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica estimavam que, entre 1967 e 1977, foram vendidos cerca de 33,54 milhões de aparelhos de rádio no Brasil. <sup>26</sup>

---

<sup>26</sup> Dados coletados pela pesquisa Rádio AM – o radar da Cidade, elaborada por Elizabeth Carmona Leite e Vera Lúcia Rocha. Obs.: Gênero e porcentagem em horas. In: Centro Cultural São Paulo. Cronologia das Artes em São Paulo: 1975 – 1995: comunicação de massa – rádio e televisão/Divisão de Pesquisas. Equipe Técnica de Pesquisas em Comunicação de Massa – Volume 5. São Paulo: Centro Cultural São Paulo, 1996, pag. 67.

Mesmo após o processo de distensão de o regime ditatorial ter sido levado por anos, e a conseqüente diminuição da censura, as emissoras de rádio ainda tinham seus estúdios lacrados por transmitirem notícias que de alguma forma feriam os objetivos do governo. O DENTEL baixou, em 1984, uma proibição a emissoras de rádio e TV, de divulgarem notas relacionadas à votação da emenda Dante de Oliveira – o projeto que determinaria a realização das eleições diretas à Presidência da República, que foi rejeitado pela Câmara dos Deputados em abril daquele ano -, ficando a exceção apenas para notas sobre o resultado da votação. No auge das discussões a respeito da Campanha Diretas Já, emissoras de rádio, juntamente com outros meios de comunicação uniram-se em favor do movimento, e muitas personalidades radiofônicas trabalhavam na campanha para a eleição presidencial – como o locutor esportivo Osmar Santos, que se destacava como apresentador em vários comícios.

O número de emissoras oficialmente autorizadas a funcionar era grande – no Brasil, uma estimativa de 1985, sendo 1185 AM, e 469 FM. Durante o mandato do presidente Figueiredo, foram outorgadas até maio de 1984, 295 rádios na frequência AM, e 299 FMs, além de 40 emissoras de televisão. Porém, se de um lado, o número de concessões autorizadas é grande, de outro, aumenta consideravelmente o número de rádios – piratas. Só em São Paulo entraram no ar as rádios *Xiliki*, em 20 de julho, a *RTTT – Rede Totó-Ternura de Telecomunicações*, em 21 de agosto, e a rádio *Terezoca*, em 23 de outubro, esta formada por bancários e jornalistas, tendo como público alvo os ouvintes da parte central da cidade<sup>27</sup>. O envolvimento de diversas instituições com os meios de comunicação social era já muito ativo, e entre elas muitas igrejas destacavam-se em ações relacionadas à propaganda, programação e investimentos na criação de emissoras confessionais.

A televisão, no início de suas transmissões, era vista em Assis por meio de ajuste das antenas das residências que, segundo relatos publicados nos periódicos da cidade<sup>28</sup>, teriam que estar direcionadas a cidades vizinhas, como Marília e Ourinhos, no estado de São Paulo, e Londrina, no estado do Paraná, onde se encontraram as torres de transmissão das emissoras da capital. No ano de 1974, contatos entre a prefeitura e a Rede Globo de televisão, aliados a investimentos advindos da formação de um consórcio de municípios e doações populares tornaram possível a construção de uma torre retransmissora de sinais televisivos, que só foi efetivamente utilizada a partir do ano de 1977. Ainda em 1974, já era possível identificar a

---

<sup>27</sup> Fonte: Centro Cultural São Paulo. Cronologia das Artes em São Paulo: 1975 – 1995: comunicação de massa – rádio e televisão/Divisão de Pesquisas. Equipe Técnica de Pesquisas em Comunicação de Massa – Volume 5. São Paulo: Centro Cultural São Paulo, 1996, p. 87.

<sup>28</sup> *Voz da Terra*, 03 de outubro de 1974, p.04. Na Coluna do Brasinha, mensagem satírica referente ao ato de “virar a antena” para a direção das cidades onde havia instaladas torres retransmissoras do sinal televisivo.

postura que determinados colaboradores dos periódicos locais defendiam a respeito da televisão. Em matéria de *Voz da Terra*, referente a uma palestra proferida em 13 de outubro na Catedral de Assis por Neimar de Barros, então produtor do Programa Silvio Santos. O autor da matéria apontava que os programas televisivos não traziam nada de novo ao telespectador, “tornando-os obsessivos e desintegrando a comunidade.”<sup>29</sup> Três anos mais tarde, um artigo assinado por Silva Moura salientava que a televisão deturpava a mente de crianças, “causando transtornos psicológicos muitas vezes irreversíveis” para o desenvolvimento da vida adulta.<sup>30</sup> Matérias relacionadas a toda tipologia de programas televisivos eram encontradas nos periódicos, escritas por pessoas ligadas à igreja católica ou a demais setores da sociedade local. No ano de 1978, em que ocorreram eleições no Brasil para cargos do Senado, e para as Câmaras de Deputados Estaduais e Federais, e as discussões da para a instalação de torres retransmissoras do sinal televisivo eram frequentemente noticiadas pelos jornais locais, a Coluna do J. Garcia em *Voz da Terra* criticava o horário político na televisão, comparando os candidatos a artistas do meio.<sup>31</sup>

Durante os próximos dez anos, o legislativo municipal, comerciantes e demais lideranças da cidade formariam a Comissão de TV<sup>32</sup>, da qual fariam parte algumas figuras representantes de setores políticos e da sociedade assisense, como o comerciante Silmar Pereira, os políticos João Zanotti, Durvalino Binato, Henrique Belinotti e a Irmã Maria Heltzler - esta responsável por muitos artigos ligados aos dogmas católicos publicados na cidade -, para dar respaldo e adiantar as negociações relacionadas à vinda de torres retransmissoras de outras emissoras para a cidade. Os sinais da TV Tupi e da TV Cultura logo chegaram à população, e nos primeiros anos da década de 1980 os contatos para a repetição dos sinais da TV Tibagi<sup>33</sup>, do Paraná, retransmissora da TV Tupi (TV Tibagi canal 11 – Apucarana), hoje afiliada ao SBT, tiveram grandes dificuldades em ser fechados.

A virada da década de 1970 para os anos 1980 efervescia em Assis no que dizia respeito à utilização de recursos tecnológicos, e isso era buscado e esperado também para a recepção televisiva. Reportagens de *Gazeta de Assis* relatando as discussões da Comissão de TV na Câmara Municipal, e matérias noticiando os progressos da interiorização do sinal de televisão para o país, que consistia em uma série de experimentos de transmissão de eventos e programas

---

<sup>29</sup> *Voz da Terra*, 15 de outubro de 1974, p. 03.

<sup>30</sup> *Voz da Terra*, 01 de outubro de 1977, p. 04. “Televisão deforma psicologia infantil”.

<sup>31</sup> *Voz da Terra*, 23 de setembro de 1978, p. 02. “Os novos artistas da TV.”

<sup>32</sup> Primeira página em *A Voz da Terra*, 23 de setembro de 1978.

<sup>33</sup> Emissora com sede em Apucarana – PR, pertencente ao Grupo Paulo Pimentel de telecomunicações – GPP, inaugurada em 1969. Hoje é de propriedade do empresário de comunicação paranaense Carlos Massa, o Ratinho. Fonte: [www.abert.org.br](http://www.abert.org.br) e [http://www.redemassa.com.br/tv.php?id\\_canal=3](http://www.redemassa.com.br/tv.php?id_canal=3)

simultaneamente, como o caso dos 44º Jogos Abertos do Interior, transmitidos pela TV Cultura – canal 2. A “primeira bem sucedida experiência da interiorização da televisão em nosso estado”, ocorrida durante a gestão de Paulo Maluf no governo do Estado de São Paulo, em 1979, foi exibido por uma cadeia de emissoras de vários estados, como Minas Gerais, Paraná, Fortaleza, Goiânia, Rio de Janeiro e Bahia<sup>34</sup>.

A instalação da torre retransmissora da TV Bandeirantes obteve sucesso apenas após 1983, quando a contenda sobre a utilização da mesma torre por diversas emissoras de TV foi resolvida, com a instalação de equipamentos particulares daquela emissora. Na transição entre os anos 70 e 80, a cidade estaria integrada ao que era notícia, ao que era sucesso, moda e audiência nas grandes cidades. Os temas discutidos em novelas exibidas iam desde comportamento familiar ao social, envolvendo questões como dinheiro, moda, religião, relacionamentos familiares, amorosos entre outros.

Telejornais - programas como *Jornal Nacional* e *Fantástico*, da Rede Globo de televisão, já eram sucesso de audiência tanto na capital como no interior do estado -, produções cinematográficas nacionais e internacionais - notadamente norte-americanas -, seriados, programas infantis e educativos poderiam ser acompanhados pelos mais diversos grupos sociais, e os usos que os diferentes extratos sociais faziam com o que lhes era transmitido era acompanhado com atenção por instituições sociais, como a própria Igreja Católica. As telenovelas e seriados diversos – como *Dancin' Days* e *Malu Mulher*, ambas da Rede Globo -, muito próximos à realidade cotidiana dos brasileiros tanto da capital quanto de cidades do interior, faziam enorme sucesso entre as mais diversas camadas da população assisense e, de acordo com os meios de comunicação locais, influenciavam as atitudes e as decisões da população, com relação a variados temas, desde situações corriqueiras no âmbito familiar, até o modo de portarem-se em público.

Nos periódicos, propagandas de marcas de aparelhos televisivos, antenas, aparelhos para ajuste das imagens – popularmente conhecido como UHF -, e demais acessórios para a recepção das imagens televisivas eram freqüentes, assim como matérias sobre a recepção dos canais na cidade e sobre o conteúdo dos programas mais populares – particularmente as novelas - tinham grande espaço.

Reportagens e matérias publicadas em *Voz da Terra* e na *Gazeta* remetiam a comentários veiculados nas rádios da cidade sobre, reportagens e programas exibidos anteriormente e ainda por serem exibidos nos canais captados pelas antenas assisenses. Nos

---

<sup>34</sup> *Gazeta de Assis*, 20 out. 1979, p. 01.

dois jornais, o surgimento de colunas com notícias relacionadas à TV, sobremaneira relacionadas a produtos da Rede Globo, que já fixava-se como líder de audiência tanto nas capitais como nas cidades do interior, e ao rádio, assim como ao teatro, ao cinema e às demais atividades culturais promovidas na cidade era constante - porém a duração das colunas, e os próprios colunistas não tinham a mesma constância, mudando sempre os nomes das colunas, os responsáveis; e a maior parte delas era efêmera -, opiniões sobre programas, propagandas, notícias, remetendo aos mais diversos posicionamentos político-sociais eram publicadas nestas colunas, sob forma de artigos ou manifestos em prol ou contra atitudes de personalidades e personagens, e sobre o desenvolvimento das tramas fictícias ou reais que eram vistas na telinha. Não só relacionadas à televisão, por vezes os periódicos traziam artigos e matérias denunciando a falta de apoio à cultura - no tocante à manutenção dos cinemas e a inexistência de espaço físico para um teatro local - que se vinha aumentando na cidade.<sup>35</sup>

As colunas que merecem maior destaque são a Coluna do Brasinha, publicada em *Voz da Terra*, que trazia discussões relacionadas à recepção dos canais de TV, satirizando as orientações dadas à população para “virar a antena” para se conseguir uma imagem mais definida; o Teletipo, em *Voz da Terra*, não era assinada, com comentários sobre programas de TV, desde telejornais a novelas e aos seriados; a coluna *Alta Rotação*, dominical em *Voz da Terra*, assinada por “A.R.”, que trazia críticas a programação televisiva em geral, especificamente aos programas humorísticos, como *Chico City*, e a novelas; e a coluna Chutando Notícias, assinada por Paulo Fazano Guazelli, esta publicada em *Voz da Terra* e em *Gazeta de Assis*, que entre falas sobre acontecimentos locais não necessariamente ligados a cultura e a comunicação, tecia críticas e comentários relacionados ao conteúdo veiculado pela TV na cidade. Estes comentários, provavelmente excertos obtidos da leitura de outros meios de comunicação – revistas diversas e jornais de circulação nacional, ou muitas vezes possivelmente a própria TV – direcionavam-se a programas específicos, como o publicado em *Gazeta* trazia notícias dos bastidores da série *Carga Pesada*: “Antonio Fagundes deve mesmo deixar seu papel em ‘Carga Pesada’. Quem deve assumir seu lugar é nada mais nada menos que o singular Juca chaves!!!”<sup>36</sup>, ou a questões sobre o mundo comunicacional da cidade. O padre também noticiava o andamento das negociações para a instalação das torres das emissoras de TV da capital em Assis: “Retransmissor da TV Tropical (Band) deverá ser instalado em Assis até meados de dezembro.”<sup>37</sup>

---

<sup>35</sup> *Voz da Terra*, 27 de junho de 1978, p. 03. “Cinema poderá desaparecer em Assis.”

<sup>36</sup> *Gazeta de Assis*, 10 de novembro de 1979, p. 04.

<sup>37</sup> *Gazeta de Assis*, 25 de outubro de 1979, p. 05.

Uma das colunas que freqüentemente emitia opiniões a respeito da televisão, seu uso e sua programação, era justamente a coluna denominada Diocese de Assis - Secretariado dos Meios de Comunicação Social, publicada em *Voz da Terra* e na *Gazeta de Assis*, quase que ininterruptamente, desde que o avanço dos veículos chegou à cidade. Com grande rotatividade de autores, a coluna sempre trazia questões relacionadas à família e a religião, e dentro destes grandes eixos temáticos, baseando-se ainda em documentos eclesiásticos, apresentava sua argumentação crítica da televisão em expansão no país. A Coluna divulgou nota informando e apoiando a censura no seriado *Malu Mulher*, da Rede Globo<sup>38</sup>, assim como deu continuidade às publicações de artigos que criticavam o “ver televisão”, críticas a matérias exibidas pelo programa dominical *Fantástico*, e analisando dentro dos preceitos católicos o conteúdo de diversas novelas que eram líderes de audiência, como *Pai Herói*, *Nina* e *O Astro*<sup>39</sup>, no que dizia respeito às suas tramas, que traziam ao público práticas, comportamentos e valores diferenciados para a época, de acordo com a doutrina católica – triângulos amorosos, violência, temas ligados à liberação feminina e à política, além de questões ligadas à ambição financeira e a existência de fenômenos paranormais eram temas tratados nestas novelas. Nesta coluna publicou-se toda a argumentação e chamou-se a atenção da população para a participação nos trabalhos da Campanha "Um Dia Sem TV".

A segunda metade da década de 1970 foi significativamente produtiva para o campo televisivo brasileiro que, já estruturado como indústria tecnológica, encurtou distâncias e aumentou as fronteiras do público pela tela da TV. O aprimoramento técnico dos equipamentos, como a inserção da técnica do vídeo – taípe - tecnologia criada nos EUA, em 1956, fez com que se abrisse possibilidade para a criação no país de redes de tevê, como a Excelsior, Tupi, Emissoras Unidas (formada pela TV Record, TV Rio e TV Alvorada) e Globo. O VT permitia transmitir nacionalmente a programação antes enviada apenas aos grandes centros urbanos, em regiões e dias diferentes dos que costumeiramente eram transmitidos nos estúdios onde eram produzidos. A técnica do VT foi utilizada inclusive pelo presidente Juscelino Kubitschek, para a gravação e transmissão da cerimônia de inauguração da cidade de Brasília, a nova capital do país a partir de 1960. O surgimento da TV em cores, a utilização de satélites transmitindo a programação das redes para todo o país, a informatização tornaram a programação e a linguagem da televisão mais dinâmica, mais atraente e mais imediata junto aos acontecimentos, e os produtos televisivos passaram a influenciar de modo mais forte o comportamento dos

---

<sup>38</sup> *Voz da Terra*, 16 de junho de 1979.

<sup>39</sup> Esta última também noticiada na Coluna do J. Garcia, em *Voz da Terra*, 27 de junho de 1978, p. 02.

brasileiros, num momento em que a ação governamental vigiava com grande ênfase para tais produtos.

O carro chefe do horário nobre das emissoras eram as telenovelas, notadamente nas redes Tupi e Globo, que acabaram por especializar-se neste tipo de produção, adotando roteiros mais direcionados ao público brasileiro e a contratação de autores e atores consagrados, para darem vida todas às noites às histórias que levavam os telespectadores a uma identificação extremamente forte com personagens e emoções. Com o início do processo de abertura política, e o conseqüente início do abrandamento da censura, a televisão passou a investir em programas jornalísticos e na dramaturgia com maior crítica social, o que acabou por fazer com que as telenovelas perdessem alguma parcela de seu prestígio social, mas ainda continuando como produto de maior audiência da televisão brasileira.

A TV Tupi, emissora pioneira em transmissões para São Paulo, manteve-se durante as décadas de 50 e 60, como uma das líderes na preferência dos telespectadores, tanto por seus programas de auditório, jornalísticos e por suas novelas. A má administração, aliada a falta de recursos financeiros – que vinha muito antes da morte de seu fundador, Assis Chateaubriand, em 1968 –, acabou por ser o estopim da crise que levaria ao fechamento da emissora no futuro. Em 1972, após longas discussões sobre qual seria a “cabeça” da Rede Tupi, a emissora de São Paulo ou a emissora do Rio de Janeiro, uma decisão determinou que o centro produtor de teledramaturgia da rede seria em São Paulo, e outros programas seriam transmitidos do centro carioca. Uma rede com duas geradoras de programação.

No ano de 1975, o grande sucesso em dramaturgia da emissora foi *A Viagem*, de Ivani Ribeiro, contando a trajetória de Diná, uma mulher dividida entre o amor de um homem e a defesa judicial de seu irmão, que alcançou altos números por abordar temática paranormal e questões sempre polêmicas sobre a vida após a morte. Em 76, a novela *Xequê Mate*, assinada por Walter Negrão e Chico de Assis, trazendo romance e mistério para o horário das 20h00min, e alavancando os índices de audiência da emissora. No ano seguinte, a rede acertou novamente a receita de liderança de audiência, com *O Profeta*, de Ivani Ribeiro. Uma trama que envolvia romance e poderes paranormais do protagonista, contou com rápidas participações de D. Paulo Evaristo Arns e do médium espírita Chico Xavier em seus capítulos, fato inédito até então. Porém, em agosto, *Éramos Seis*, *Cinderela 77* e *Um Sol Maior* registravam os mais baixos índices de audiência da história do canal. No ano de 1978, a emissora continuou apostando nas criações de Ivani Ribeiro, que se aproximou dos temas sociais com *Aritana*, que tratava de questões relacionadas aos problemas dos índios Xingu. Planos de expansão de sua rede

retransmissora, com a construção de uma torre, que seria a maior torre televisiva da América Latina, foram abandonados diante da crise financeira, e das greves de funcionários dos mais diversos setores – inclusive atores, que fizeram com que a exibição de novelas fosse interrompida por atraso no pagamento dos salários. Em outubro um incêndio no prédio da emissora, em São Paulo, tirou a Tupi do ar por alguns minutos e destruiu os novos equipamentos adquiridos pela emissora no mesmo ano, e que nem chegaram a entrar em funcionamento.

O ano de 1979 marcou o início da derrocada administrativa da Rede Tupi, com o desligamento de suas emissoras associadas por todo o país. A produção de novelas se manteve, mas os investimentos em outros pontos da programação cessaram quase que por completo. No campo jornalístico, a Tupi produziu neste ano o programa *Abertura*, onde os jornalistas e as matérias defendem a total abertura política do Brasil. *Gaivotas*, de Jorge Andrade, foi o destaque da produção noveleira naquele ano, numa trama envolvendo suspense, ascensão social e vingança, sendo considerado o último grande sucesso da Tupi no gênero. Em 1980, o governo federal desativou as instalações da TV Tupi, em virtude da má administração e da enorme quantidade de dívidas contraídas pela direção da casa, deixando centenas de funcionários com salários e direitos trabalhistas por acertar.

O empresário e animador Silvio Santos, grande sucesso no rádio e na televisão, em 1975 obteve concessão de um canal de tevê no Rio de Janeiro, criando a TVS, que entraria em funcionamento em maio de 1976. Ele recebeu a concessão do canal 11 carioca graças à influência de alguns de seus companheiros junto ao governo federal da época, em especial o humorista Manuel da Nóbrega. A principal atração da nova emissora era o *Programa Silvio Santos*, exibido aos domingos aproximadamente das 11h às 20h (a extensão real do programa variou muito no período) simultaneamente com a TV Tupi. Em São Paulo, adquiriu os estúdios da antiga TV Excelsior, transformando-os nos Estúdios Silvio Santos e no mesmo ano, tornou-se sócio da TV Record São Paulo, comprando 48% das ações da empresa. Em 1980, com o fechamento da Rede Tupi, Silvio consegue a concessão de quatro canais, dos quais três pertenciam à Tupi: o canal 4 de São Paulo (ex-TV Tupi), o canal 5 de Porto Alegre (ex-TV Piratini) e o canal 5 de Belém (ex-TV Marajoara). Os estúdios SS e a TVS uniram-se sob o nome de SBT – Sistema Brasileiro de Televisão. A partir de agosto do mesmo ano, o SBT iniciou suas atividades artísticas como uma rede nacional, composta de cinco emissoras, produzindo e enviando programas para quase todo o território nacional.

O ano de 1982 foi marcado pela inovação no SBT, com a promoção do primeiro debate político transmitido pela TV, entre os concorrentes ao governo do estado de São Paulo. O carro-chefe da emissora, o Programa Silvio Santos, inicialmente exibido pela TV Paulista em horário alugado pelo empresário, com o passar dos anos se tornou um agrupamento de vários programas de auditório, dentre eles o *Show de Calouros*, *Domingo no Parque*, *Namoro na TV*, e *Qual é a Música?*. A emissora lançou ainda o apresentador de programas de auditório Augusto Liberato, o *Gugu*, com o programa *Viva a Noite*. Uma associação entre o SBT e algumas emissoras mexicanas, visando à importação de telenovelas produzidas fora do país, começando com *Os Ricos Também Choram*, em 1982, provocou inúmeros protestos da classe artística. Em 1983, em meio ao novo *boom* dos programas de auditório, Silvio Santos criou um modelo de programa popular, apresentado por ele próprio, que alcança grande sucesso. Ainda neste ano, a contratação de Sérgio Chapelin, um dos mais famosos apresentadores da Rede Globo, para o comando de um programa de variedades, acabou lograda, e o apresentador foi recontratado pela antiga casa. Em 1984 estrearam as séries mexicanas *Chaves* e *Chapolin*, que transformaram-se nos maiores sucessos de audiência da história do SBT. O seriado norte americano *Pássaros Feridos*, um romance adaptado a série pela emissora americana CBS, que tratava do dilema de amor entre um padre australiano e uma jovem a qual viu crescer, exibida em 1985.

A Rede Record de televisão, do empresário Paulo Machado de Carvalho, líder em audiência na década de 60, com a transmissão dos *Festivais de MPB* e alguns programas relacionados à música, como *O Fino da Bossa*, apresentado por Elis Regina entre 66 e 67, e outros programas envolvendo temáticas variadas, como a Grande Gincana Kibon – no ar por 16 anos desde 1955 -, e o seriado *A Família Trapo*, de 1967, com Jô Soares e Ronald Golias, ao entrar na metade da década de 1970, teve encerrado o consórcio de emissoras do qual era líder, a *REI – Rede de Emissoras Independentes*, e passou a investir em sua grade de programas de auditório, lançando o comunicador Abelardo Barbosa, o *Chacrinha*, com o programa *Buzina do Chacrinha*, que contava com a apresentação de calouros e lançamentos musicais. No ano de 1977, a Record inaugurou retransmissores no Guarujá, e com este passou a atingir uma área que ia de Parati (RJ) a Cananéia (SP), aumentando sua audiência em aproximadamente dois milhões de telespectadores. *O Espantalho*, de Ivani Ribeiro, que entrou para a história da telenovela brasileira como primeiro enredo a conter críticas contra a poluição e o desmatamento, foi o destaque na produção noveleira naquele ano.

Com o surgimento da prática de vendas de programas independentes, produzidos por emissoras desvinculadas das grandes empresas televisivas, a Record utilizou-se destas práticas

para preencher horários na grade, lucrando ainda com a venda de tais horários. A Record entrou nos anos 1980 operando quase que em conjunto com o SBT, mesmo assim mantendo alguns campeões de audiência, como o Jornal da Record – este desde 1972, quando substituiu o jornal da REI. Em meio ao turbilhão da eleição, doença e morte de Tancredo Neves – fato que foi imensamente coberto pela imprensa escrita e tema de programas especiais, como grande trunfo de audiência em todas as televisões -, a TV Record lançou, com o apresentador Fausto Silva, o programa *Perdidos na Noite*, em 1985.

Em junho de 1983, a Rede Manchete, concessão das Empresas Bloch, com parte dos transmissores arrematados da TV Tupi, foi inaugurada, com um grande show, *Mundo Mágico*, com a participação de diversos artistas, com emissão para todo o país, e cinco emissoras próprias, no Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Fortaleza. Após o término do show, a transmissão de um filme, *Contatos Imediatos do Terceiro Grau*, de Steven Spielberg, colocou a emissora na liderança em audiência, alcançando 27% contra 12% registrados pela Rede Globo na capital carioca. Iniciando sua programação, lançou *Bar Academia*, com Walmor Chagas, programa musical que trazia a história de grandes compositores brasileiros.

No ano seguinte, a emissora trabalhou na definição de sua programação, priorizando musicais, jornalísticos e mini-séries, alcançando grandes índices de audiência. Entre as mini-séries, uma das que recebeu maior destaque foi *Marquesa de Santos*, baseada na obra de Paulo Setubal, adaptada por Wilson Aguiar Filho. E nos jornalísticos, o *Conexão Internacional* trazia entrevistas com personalidades estrangeiras envolvidas nos campos social, político e cultural. No ano de 85, a Manchete investiu na regravação de novelas da TV Tupi, como Antonio Maria, de Geraldo Vietri, exibida na sua primeira versão na década de 60, mas acabou por não ter compensados seus investimentos em termos de audiência. A rede foi pioneira ainda, no campo da propaganda, com a exibição do primeiro comercial brasileiro que utilizava imagens de nu frontal feminino.

A segunda metade da década de 1970 marcou o início da expansão do Grupo Bandeirantes de Comunicação a outros estados brasileiros, formando uma rede de emissoras e repetidoras. O marco dessa expansão deu-se com a incorporação da TV Vila Rica, de Belo Horizonte – MG. No ano de 1977, foi criada no Rio de Janeiro a TV Guanabara, afiliada à Band, que experimentalmente irradiava sua programação, além do Rio, para Belo Horizonte e Recife. Já no ano seguinte, o número de afiliadas a Rede Bandeirantes de televisão era de 14, espalhadas pelo Brasil. O modelo de telejornalismo adotado pela Band no programa *Titulares da Notícia*, era o que utilizava o âncora, com a apresentação dos fatos, seguida de comentários

elaborados por diferentes profissionais, o que dinamizava a ação e particularizava o alcance do noticiário. Como contribuição para os debates sobre a recente proposta de abertura política do regime militar, em 1978 a rede produziu o programa *Chico Buarque Especial*, com musicais, entrevistas e opiniões sócio-políticas e culturais do compositor, que era um dos artistas mais perseguidos pela censura. Nos anos seguintes, a rede lançou-se no mercado das telenovelas, tentando uma competição com a líder no segmento, Globo. Para tanto, promoveu a contratação de Fernanda Montenegro, que estava afastada, na época, a uma década dos programas de tevê. *Cara a Cara*, de Vicente Sessa, foi uma novela que alcançou bom índice de audiência, tratando da derrocada de uma família milionária. Programas de debates foram a base do investimento jornalístico não só da rede Band no início do processo de abertura, por terem a liberdade de tratarem problemas sociais com maior profundidade. *Xênia e Você*, em 1979, trazia para o horário vespertino da emissora a discussão de problemas brasileiros, com enfoque para o público feminino, tornando-se um grande sucesso de audiência. Ivani Ribeiro, produzindo para a Bandeirantes, escreveu *Cavalo Amarelo*, em 1980, uma novela que acabou por se destacar pela atuação da humorista Dercy Gonçalves.

A década de 80 marcou o lançamento de um campeão de audiência pela Band, o programa *Canal Livre*, que trazia entrevistas com personalidades do mundo político, econômico e cultural de grande prestígio, tendo alcançado grande audiência por abordar temas áridos, muitas vezes proibidos pela censura. Inovou ainda com a contratação de Hebe Camargo (1981) e Flávio Cavalcanti (1983), para o comando de um programa de entrevistas e de auditório, e com o trabalho de Benedito Rui Barbosa, assinando a novela *Os Imigrantes*, de 1981, com excepcional qualidade de cenários e fundo histórico, recebendo ótimas críticas e sagrando-se um sucesso, ao receber vários prêmios, porém sem se tornar uma campeã de audiência. No ano seguinte, o primor no preparo das telenovelas da Band era notável, e a novela *Ninho de Serpentes* consagrou as boas escolhas de elenco, cenografia, direção e produção. Faltando cinco capítulos para o final da trama, faleceu a atriz Márcia de Windsor, uma das personagens principais da trama. Ainda em 1982, a rede Band foi pioneira em tecnologia, passando a transmitir sua programação via satélite, substituindo o antigo sistema de microondas. Em 1983 entrava no ar o *Show do Esporte*, que foi considerado o programa de TV mais longo do mundo, criado, apresentado e coordenado pelo locutor Luciano do Valle, além de Elia Jr., Juarez Soares, Elys Marina, Sílvia Vinhas, José Luíz Datena e outros. Com o sucesso do programa, a emissora se tornou o "Canal do esporte" nos anos 90. Ainda em 83, a rede vendeu o horário já consagrado de *Canal Livre*, domingos as 22h00min, para uma emissora independente veicular

programa de entrevistas com temas políticos e econômicos. *Canal Livre*, com dia e horário modificado, perdeu parte de sua audiência e repercussão cultural. Outros horários importantes da emissora são vendidos a programas independentes, como *Oito e Meia*, *Brasil Exportação* e *Sexta Feira*. A *Bandeirantes* teve enorme destaque na cobertura da campanha Diretas Já, assim como no noticiário das eleições de 1984.

A emissora comercial que alcançou maior prestígio neste período foi a Rede Globo, surgida em 1965 no Rio de Janeiro, em 1966 em São Paulo e em 68 em Belo Horizonte, coordenada por Roberto Marinho. Aliada ao governo militar, teve condições de aprimorar sua qualidade, sua técnica, e sua expansão por todo o país, e impôs-se como a melhor indústria televisiva nacional. Para o Estado Brasileiro, seria missão do veículo televisão – já popular em diversas regiões do país – estabelecer a “integração nacional” (SANTOS, 2005; COSTA, 2006), sendo a expressão dos pontos da Doutrina de Segurança Nacional e cuidando da unificação do imaginário nacional. Em 1967 Roberto Marinho assinou um contrato de colaboração entre a Globo e o grupo Time-Life, contrato este que acabou por estabelecer vantagens decisivas a formação de uma rede - seis milhões de dólares, enquanto que a melhor emissora do grupo Tupi tinha sido montada com trezentos mil dólares.

A década de 1970 foi o momento em que a Globo começou a construir o que seria chamado de "Padrão Globo de Qualidade", estabelecendo o modo de organização de programação, principalmente a do horário nobre, e o nível de qualidade de seus programas, fossem teledramaturgia, jornalísticos ou de outro filão qualquer. Segundo alguns autores, o “padrão” não era simplesmente uma escolha intencional dos gerentes, mas um padrão ideológico tornado possível pelo regime autoritário. A liderança da Globo era determinada não só pela qualidade de seus programas, mas sobretudo pelos pontos acordados entre a emissora e o regime militar. O Estado autoritário distribuía as concessões do espaço eletromagnético privilegiando certos grupos econômicos em detrimento de outros e inibindo a concorrência. A necessidade de dar uma cara unificada para o Brasil, integrada, parte grande da estratégia dos militares, ficou a cargo da Rede Globo. A criação da Embratel, em 1965, levando a possibilidade da transmissão simultânea da programação televisiva à grande parte do território nacional foi um dos grandes incentivos governamentais para auxiliar aquela que levaria mais eficazmente suas mensagens aos povos do país.

A censura logicamente atuava nos programas globais, contudo não da mesma forma feroz e definitiva com a qual abordava outros meios de comunicação. O que definiu o “padrão Globo de qualidade” foi a necessidade de

mostrar ao Brasil qual era a cara do Brasil. Um Brasil governista, de regionalismos de cartão-postal, de ufanismos futebolísticos e, por favor, sem negros nas novelas, sem evangélicos no horário nobre, sem excluídos desdentados no auditório. Um brasilzinho pra mulher de general ver e achar bonito. (BUCCI, 2000, p.01)

O “padrão Globo de qualidade” era a expressão do dito “bom gosto” da classe média, e não tinha concorrência nem limites diante dos demais meios de comunicação, por isso construiu a hegemonia da emissora nos 20 anos de regime ditatorial brasileiro. As imagens dos programas da Globo trabalhavam por construir um Brasil imaginário que se tornaria uma forma de perceber o país. A programação era pensada dentro do “padrão”, e os programas líderes em audiência da emissora traziam nas entrelinhas a moldura do que era pretendido pela rede e pelos militares. A idéia de um país em pleno desenvolvimento, unificado, quase sem desigualdades e sem grandes conflitos sociais era a imagem que tranquilizava as mentes daqueles que guiavam o país. Em 1970, enquanto o presidente Médici mantinha as prisões abarrotadas de presos políticos, submetendo-os a torturas e assassinatos em nome do bom andamento do regime, a Globo transmitia grande festa do tricampeonato para todo o país, embalada pelo hino “*90 milhões em ação*”.

Nesta época, alguns dos campeões de audiência da rede já estavam no ar, como *Jornal Nacional*, levado ao ar em 1969. No *JN*, o povo era retratado de modo homogêneo, unificado, e as desigualdades que possivelmente eram reveladas pelas reportagens, maquiadas por detrás de rostos limpos e aparências bem cuidadas: havia uma estética a preservar, um “padrão” a ser considerado em toda entrevista ou reportagem veiculada no jornal. Tal posicionamento da rede Globo manteve-se durante os movimentos para a abertura do regime militar, quando a “prudência” ao noticiar as passeatas e comícios pedindo eleições diretas para presidência da república fazia parte do cotidiano do jornalismo global.

Com sua produção centralizada no Rio de Janeiro, a Rede Globo passou a enviar sua programação a todo o país, por rede, via Embratel, a partir de junho de 1975. Os destaques da programação global para este ano foram *Escalada*, novela de Lauro César Muniz, que trazia tema da ascensão social de um empreiteiro na nascente Brasília, *Gabriela*, baseada na obra de Jorge Amado *Gabriela, Cravo e Canela*, adaptada para o gênero televisivo por Walter George

Durst (HAMBURGER: 1994, p.469), o jornalístico semanal *Fantástico*, considerado também um programa de variedades, o infantil *Vila Sésamo*, produzido conjuntamente com a TV Cultura de São Paulo, e o humorístico *Chico City*, onde Chico Anísio interpretava vários de seus personagens. Em uma decisão polêmica, a censura vetou a estréia da novela Roque Santeiro – em 27 de agosto -, de autoria de Dias Gomes. O divertido triângulo amoroso entre o coroinha erroneamente dado como morto *Roque*, sua viúva *Porcina* e o pecuarista *Sinhozinho Malta* só foi novamente encaixada na grade global no ano de 1985 (HAMBURGER: 1994, p. 477).

No ano seguinte, 1976, o designer Hans Donner criou o logotipo da Rede Globo, conhecido até a atualidade, utilizando-se de recursos norte americanos. *Pecado Capital*, de Janete Clair, trazia mais uma vez a saga social do personagem principal, Carlão, que enriquece por meio do uso de um montante de dinheiro que não lhe pertencia. As dicotomias bem e mal, sucesso e fracasso estiveram presentes em toda a trama, fazendo com que a crítica considerasse o texto o melhor já escrito pela autora, e *Saramandaia*, novela de Dias Gomes, uma experiência inovadora de roteiro, baseado totalmente no plano do fantasioso, surrealista, foram os destaques da dramaturgia (HAMBURGER: 1994, p. 469). O telejornalismo da casa, já considerado o de maior audiência no território nacional, recebe duras críticas da imprensa e da opinião pública, por sua decisão de não informar importantes fatos sócio-econômicos do país, por irem de encontro à política ditatorial.

A Rede Globo passou a exportar seus produtos para a América Latina, e após 1977, intensifica a exportação de telenovelas para Portugal, França e Itália – dois dos maiores sucessos de audiência da indústria noveleira global em Portugal e França foram, respectivamente, *A escrava Isaura* e *Gabriela*, ambas atingindo altos índices de audiência. Em território nacional, a novela *Espelho Mágico*, de Lauro César Muniz, considerada uma das mais criativas e controversas da história da TV, revelou ao público os bastidores da gravação de uma novela e o cotidiano humano de astros da televisão, não obteve o sucesso esperado para os padrões globais. *Nina*, de Walter George Durst, teve personagem título interpretada por Regina Duarte, recebendo muitas críticas positivas em relação ao seu trabalho como a protagonista líder de classe ambientada no início do século XX. O Roteiro de *Nina* trazia fortes críticas à situação de intolerância político-social, aludindo aos tempos de regime militar. Naquele ano ainda iniciaram-se as produções do seriado infantil *Sítio do Pica Pau Amarelo*, baseado na obra infanto-juvenil de Monteiro Lobato, adaptado para a TV por Benedito Rui Barbosa, e o humorístico *Planeta dos Homens*, que inovou em quadros e sátiras político-sociais, e aos

próprios meios de comunicação social. No ano seguinte, em associação com a TV Cultura de São Paulo, a Rede Globo passou a produzir o educativo *Telecurso 2º grau*, conseguindo auxiliando amplo índice de alunos a diplomarem-se, em todo o país. *O Astro*, trama de Janete Clair, iniciada no final de 77, consegue alcançar grande audiência com sua história envolvendo amor, crimes e charlatanismo paranormal. *Dancin' Days*, de Gilberto Braga, trazia enredo repleto de modismos de vocabulário e vestuário nos grandes centros urbanos do país. A novela acabou se tornando um manifesto às discotecas (PAIVA, 1999; 2004).

A partir de 1979, a Globo passou a produzir séries brasileiras, com episódios semanais, tais como *Malu Mulher*, que retratava a luta de uma mulher recém divorciada para manter-se e cuidar da filha adolescente - ganhadora de um prêmio especial de televisão na Espanha em 1980, por ter sido considerado o melhor programa do gênero produzido no ano anterior pelo conteúdo de seus temas -, *Carga Pesada* e *Plantão de Polícia*, também numa tentativa de driblar a participação maciça dos seriados estrangeiros em sua grade. A nova trama assinada por Janete Clair, *Pai Herói*, trazia a saga de um jovem em busca da verdade sobre o passado de seu pai, foi grande sucesso de audiência, alavancando a carreira de Gloria Menezes, interpretando *Ana Preta*, e marcando a estréia de Paulo Autran na televisão. Em março do mesmo ano, a televisão de Marinho recebeu o *Prêmio Salute*, entregue pela Academia de Arte e Técnica de TV dos EUA, em reconhecimento à qualidade de sua programação, e da contribuição significativa dada pela emissora para o desenvolvimento das tecnologias da televisão mundial.

De acordo com dados da ABINEE - Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica, existiam no país 106 emissoras comerciais de TV, e 2 estatais<sup>40</sup>, emitindo juntas cerca de 11.197,9 horas de programação semanal, sendo esta ao vivo, gravada, nacional, importada e via satélite. Deste todo, 10 emissoras comerciais, unidas a 1 estatal estavam localizadas em São Paulo, totalizando uma média de 1.511,0 horas de emissão de programação para o estado todo<sup>41</sup>. Com o soprar dos ventos da abertura política, a televisão voltou-se para o jornalismo como forma de expressão. Sem a pressão da censura, os telespectadores de todas as emissoras puderam acompanhar com maior liberdade programas de informação, onde eram discutidos temas antes calados pela repressão.

---

<sup>40</sup> Fonte: Cronologia das Artes em São Paulo: Rádio e Televisão. Vol. 5.

<sup>41</sup> Os dados relativos a emissão de horas de programação televisiva foram obtidos pela soma dos valores das transmissões de todas as emissoras declaradas, realizadas na primeira semana de dezembro de 1980. Fonte: Anuário Estatístico do Brasil – IBGE, ano 1980.

Mesmo os programas não necessariamente jornalísticos, como os voltados ao público feminino, passaram a enquadrar-se dentro da tendência de informar o máximo possível sobre os fatos ao telespectador. Essa nova experiência prolonga-se até aproximadamente 1983, quando o jornalismo acabou encontrando o modelo de transmissão das informações analisadas e esclarecidas em todos os seus aspectos. A telenovela continuou a ser produzida, não gerando o mesmo furor no público, mas ainda se mantendo como maior audiência da televisão. Ocorreu também a inovação dos roteiros, com a introdução de humor e sátiras, de forma caricata dos tipos e das situações sociais, ainda preservando o formato dos horários de exibição já consagrados na década anterior, ou seja, no horário das 18h00min, roteiros de romance romântico; as 19h00min, temas voltados para o humor/sátira e, a partir das 20h00min, as tramas discutiriam temas mais sérios, como os costumes e os problemas sócio-políticos brasileiros, junto a histórias de amor. O início da década de 80 também marcou a veiculação, por diversas emissoras de TV, de programas produzidos em empresas independentes, surgidas notadamente no eixo Rio – São Paulo. Estas produtoras vendiam seus programas, ou compravam horários nas emissoras para a veiculação de seus produtos. Em termos de audiência, a Rede Globo continuou líder entre os telespectadores, sendo ameaçada de tempos em tempos pela audiência do SBT, considerada a segunda rede em audiência no período, em determinados programas, como o seriado *Pássaros Feridos*.

Os anos 1980 iniciaram-se na TV Globo com o programa *TV Mulher*, que trazia entrevistas, musicais, informações médicas, orientação social e reportagens, entre outras atrações, destinadas ao esclarecimento e entretenimento da mulher brasileira. No campo dos humorísticos, foi lançado *Chico Anísio Show*, recebendo excelentes críticas sobre sua atuação. Em 1981, outro humorista ganharia seu próprio programa na grade global. Jô Soares comandava *Viva o Gordo*, com grande elenco e numerosos quadros, avivados por uma cenografia inovadora. O grande sucesso da teledramaturgia daquele ano foi *Brilhante*, de Gilberto Braga, que além dos altos índices de audiência, marcou uma nova estratégia de vendas dos produtos globais para o exterior: iniciava sua trama na Europa. O programa *Vinícius para Crianças*, recebeu o prêmio Emmy de Ouro, outorgado pela Academia de Artes e Ciências de TV, dos Estados Unidos<sup>42</sup>. No ano seguinte, a Globo trouxe para seus quadros Chacrinha, já campeão de audiência como animador de programas de auditório, para comandar nas tarde de sábado da emissora, o *Cassino do Chacrinha*. Janete Clair assinou a novela *Sétimo Sentido*,

---

<sup>42</sup> Cf. <http://memoriaglobo.globo.com/Memoriaglobo/0,27723,GYN0-5273-249934,00.html>

novela exibida as 20h00min, com trama de amor e intrigas financeiras, tendo excelente atuação de Regina Duarte. Os produtos da rede ganhavam prêmios no exterior, em reconhecimento à boa atuação de atores e atrizes, e ao trabalho de roteiro, direção e adaptação das obras.

A novela *Dancin' Days*, assinada por Gilberto Braga, grande sucesso da emissora inserido dentro do “padrão” - contava a história de *Júlia*, uma ex-presidiária interpretada por Sônia Braga, que após 11 anos longe da família, teria que se readaptar a vida livre, à filha, e as rotinas de mulher comum -, recebeu premio Asa de Ouro da crítica italiana (PAIVA, 2004), e o especial *Morte e Vida Severina*, adaptação da obra de João Cabral de Melo Neto, recebeu o Emmy de TV, em 1983. o sucesso das novelas globais continua com *Guerra dos Sexos*, de Sílvio de Abreu, que inaugurou a utilização de um novo tipo de humor nas produções de teledramaturgia do horário das 19h00min, com atuações incríveis de Fernanda Montenegro e Paulo Autran, como *Cumbuca e Bimbo* e *O Bem Amado*, um seriado assinado por Dias Gomes, ganhador do premio de melhor programa de teledramaturgia do ano pela APCA – Associação Paulista de Críticos de Arte. A Globo iniciou, a partir de janeiro de 83, suas transmissões via satélite, através do Intelsat.

O ano de 1984 começou com a exibição da mini-série *Anarquistas Graças a Deus*, da obra de Zélia Gattai, adaptada para tevê por Walter George Durst. *Vereda Tropical*, de Sílvio de Abreu e Carlos Lombardi, teve grande sucesso de audiência, com seu humor anárquico, na mesma linha seguida por *Guerra dos Sexos*, no horário das 19h00min. Com a derrocada do regime ditatorial, a novela *Roque Santeiro* foi levada ao ar, marcando-se como grande sucesso. Programas como *Festival dos Festivais*, de MPB, e a mini-série *Grande Sertão: Veredas*, baseada na obra de Guimarães Rosa, adaptada por Walter George Durst, foram sucesso de crítica e de audiência no ano de 1985.

A emissora estatal de São Paulo, a TV Cultura, surgida do projeto elaborado pelo diretor presidente da Fundação Padre Anchieta – Centro Paulista de Rádio e Televisão Educativas, criada pelo governo do estado em 1967, com dotação do estatal e autonomia administrativa, aliada a um orçamento de um milhão de cruzeiros -, o banqueiro José Bonifácio Coutinho. Como emissora educativa, o primeiro programa foi *Curso de Madureza Ginasial*, uma inovação da tevê, que reuniu grandes profissionais de televisão e contratou professores universitários de alto nível, que preparavam o conteúdo das aulas e, em seguida, eram transformadas em verdadeiros programas de televisão, apresentados por uma equipe de 18 atores. Também estavam na grade de programação da Cultura seriados como *Planeta Terra*.

Em outubro de 1975, a emissora sofre um duro golpe, com a prisão e morte, por torturas no DOI – CODI de São Paulo, do diretor de jornalismo da emissora, Vladimir Herzog - também professor da Escola de Comunicações e Artes da USP e, nessa época, atuou como dramaturgo, envolvido com intelectuais de teatro, além de ter atuado politicamente no movimento de resistência contra o regime ditatorial. Gerando uma onda de protestos de toda a imprensa mundial, mobilizando e iniciando um processo internacional em prol dos direitos humanos na América Latina, em especial no Brasil, a morte de Herzog impulsionou fortemente o movimento pelo fim da ditadura militar brasileira, e intelectuais, atores e a população empenhou-se ainda mais em atos de resistência contra a ditadura brasileira.

O destaque da programação para o ano de 1977 foi o programa *Vox Populi*, com entrevistas políticas e culturais. Após 78, o programa passou a desafiar a censura, trazendo a tona discussões sociais à mídia brasileira, e teve grande repercussão nacional, incentivando outras emissoras a exibirem programas do gênero. Em 78 ainda, confirmando sua veia de emissora educativa, a Cultura associou-se com a rede Globo na produção do *Telecurso 2º Grau*. No ano seguinte, o programa *Ensaio* trouxe a valorização da música popular brasileira para as telas da televisão, com apresentações de artistas brasileiros famosos, não só com seus produtos musicais, mas com história e opiniões diversas.

O programa de música caipira *Viola minha Viola*, inicialmente apresentado por Moraes Sarmiento e Nonô Basílio, em seguida comandado em parceria de Sarmiento com Inezita Barroso tornou-se um grande sucesso e, nestes últimos anos, após a morte do primeiro apenas por Inezita. Desde março de 1980, tornou-se um dos ícones da programação dominical da emissora. Para marcar os 30 anos de tevê no país, foi lançada em junho a série *TV Ano 30* trouxe uma detalhada análise sócio-histórica sobre a trajetória do meio no país. Marcando o início dos anos 1980, o jornal exibido pela TV Cultura, o *RTC Notícias*, em 83, foi considerado pela crítica como o melhor do ano. A partir de 1984, outras iniciativas, como a exibição do *Cine Brasil*, sessão semanal de grandes sucessos do cinema nacional. A produção de programas infantis de grande audiência – *Vila Sésamo*, que era uma versão brasileira de um programa infantil norte-americano, que tinha em seu roteiro transmitir noções educativas para crianças com uma boa dose de humor, em um cenário de uma vila onde bonecos conviviam com crianças e Bambalalão, ambientado em um cenário circense, era uma gincana entre alunos de pré-escolas e ensino fundamental, divididos em dois grupos (amarelo e vermelho), brincadeiras teatrinhos e narração de histórias que se tornaram, pelo bordão final utilizado pela apresentadora Gigi Anheli: “*Esta história entrou por uma porta e saiu pela outra. Quem*

*souber, que conte outra*", a marca registrada do programa<sup>43</sup> -, assim como a parceria com entidades como o SESI e a FIESP – com os programas profissionalizantes -, fizeram da TV Cultura, ao longo dos anos 80-90, uma das mais premiadas e reconhecidas nacional e internacionalmente por seus programas e sua contribuição para a história da TV.

---

<sup>43</sup> O programa é hoje reapresentado pelo canal de televisão por assinatura TV Rá Tim Bum.  
Cf.: <http://www.tvratimbum.com.br/secoes/programas/?id=5>

## II – Ação Evangelizadora da Igreja Católica nos meios de comunicação e sua aplicação pela Diocese de Assis

A igreja católica, desde muito cedo se preocupou com estratégias de evangelização dos povos cristãos de todo o mundo. Diante destas preocupações, sempre aplicou diretrizes que, por meio de documentos e ações concretas – estas últimas mais precisamente na esfera local -, acabavam por mantê-la sempre em consonância com os avanços tecnológicos em quaisquer áreas do conhecimento. Como instituição que sempre dependeu do ato do “comunicar-se” para seu estabelecimento, desde muito cedo apreendeu a importância da evolução do campo comunicacional, e da utilização dos meios de comunicação social em sua prática cotidiana<sup>44</sup>.

Todo o aparato discursivo elaborado pela igreja de Roma e pela CNBB, orientava a atuação evangelizadora nas igrejas particulares em geral, e na cidade de Assis não poderia ter ocorrido de forma diferente. Em Assis, desde a instauração da Diocese, no início do século XX, surgiam vários mecanismos que garantiriam o predomínio da ação católica na região, tais como seminários, colégios masculinos e femininos para a juventude leiga, ligas e associações de leigos engajados no auxílio a tarefas eclesiais, jornais diocesanos e paroquiais, entre outros.

A supervisão dos padres do PIME na forma como os trabalhos de evangelização ocorriam em Assis vem desde a década de 1940. Os missionários trouxeram, como era de seu objetivo, um avanço cultural sem precedentes na história do município. Sua estada na cidade deu-se até junho de 1987, quando foram designados a outra diocese (Cf. D'ANGELO e MANOEL, 1990, p. 133). Trouxeram grande prestígio às manifestações culturais da cidade, criando ainda mais um grupo de teatro amador, no bairro Vila Operária, que era habitado principalmente por trabalhadores da ferrovia. Teatro Amador da Vila Operária, obteve grande sucesso regional e estadual.

Os missionários ainda promoveram a criação do Centro Católico, ao lado da catedral,

---

<sup>44</sup> Os primeiros documentos da igreja relacionados aos MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL e sua expansão à humanidade surgiram no início do século XX, e se referiam especificamente ao cinema e ao rádio, e as mensagens veiculadas por estes dois meios aos povos. Cf. *Radiophonicum nuntium Qui arcano*, d. 12 Februarii, a. 1931: A.A.S., vol. XXIII, 1931; *Epístola Encíclica Vigilanti cura*, d. 29 Iunii, a. 1936: A.A.S., vol. XXVIII, 1936; *Sermoa d catholicos Hollandiae*, d. 19 Maii, a. 1950 *Habitus: Discorsi e Radiomessaggi* di S.S. Pio XII, vol. XII; *Sermoa d radiophonicae artis cultorum coetum*, d. 5 Maii, a. 1950; *Omnibus Nationibus Romae habitum: Discorsi e Radiomessaggi* di S.S. Pio XII, vol. XII, *Sermoa d cultores cinematographicae artis ex Itália Romae congregatos*, d 21 Iunii, a. 1955; A.A.S., vol. XLVII, 1955.

e davam aulas de música clássica no Conservatório Santa Cecília; os padres Enzo Ticinelli e Humberto Galbiani eram responsáveis pelas aulas, e fundaram o Coral da Catedral, a Banda Santa Cecília, e a Orquestra Mantovani. No Centro Católico realizavam-se concertos, operetas - entre as mais famosas encenações realizadas no Centro Católico estão *Wolendam*, *Flor de Lótus*, *Força do Destino* e *Barbeiro de Sevilha* (DUTRA, 2004, p. 55-56) -, festas, encontros paroquiais e peças de teatro e, mais tarde, o lugar seria alugado para a instalação do Cine Pedutti.

A criação do seminário São José trouxe mais prestígio à Diocese, sendo que muitos dos jovens que adentravam à vida religiosa vinham da região de Assis. A elaboração de pastorais diversas, a organização das paróquias, o oferecimento de cursos a leigos, religiosos e clérigos, e o contato entre os grupos sociais era intenso e promoveu resultados importantes para o desenvolvimento da cultura assisense, e o ideal de progresso e da manutenção da imagem de liderança regional que se estava criando vinculada ao nome da cidade – e da igreja católica - eram tidos por poucos como objetivo de toda a população, e as campanhas religiosas, sociais e culturais tinham sempre discurso apelativo, que visava o apoio das camadas mais pobres da cidade em pró da modernidade. Vários religiosos destacavam-se pelas iniciativas voltadas para evangelização e a propagação da fé católica, entre estas a Campanha “Um Dia sem TV” (D’ANGELO e MANOEL, 1990, p. 44).

Até meados da década de 1970 a Diocese de Assis não seguia a estrutura pastoral baseada em “linhas de ação” diocesana proposta pela CNBB, e na vida cotidiana das paróquias, além das atividades permanentes - missas, sacramentos, procissões, catequese infantil, entre outras -, destacavam-se as irmandades e movimentos leigos: *Conferências Vicentinas*, *Senhoras da Caridade*, *Luizinhas de Marilac*, atuando na assistência aos pobres; *Apostolado da Oração*, *Legião de Maria*, *Congregação Mariana*, *Irmandade de São José*, *Ordem Terceira Franciscana*, *Filhas de Maria* e *Irmandade do Santíssimo Sacramento*, com foco de atuação na espiritualidade. Eram fortes os apelos para a conversão de jovens, e vários movimentos religiosos, como o treinamento de *Liderança Cristã*, *Oásis* e *Topada*, eram bastante populares entre os católicos. Para adultos e famílias, os dos movimentos de conversão mais atuantes da época eram os *Cursinhos de Críandade*, a atuação das *Equipes de Nossa Senhora* e *Encontro de Casais com Cristo* (RODRIGUES, 1996).

A igreja havia publicado no documento das conclusões do último Sínodo, ocorrido em 1971<sup>45</sup>, a necessidade da implantação das modificações estruturais que a igreja romana propunha às igrejas particulares com urgência e ainda, em um apelo sobre a justiça, pregou que a ação justa e a participação transformadora no mundo formavam uma dimensão que constituía a missão da igreja para a redenção dos homens e a conseqüente libertação das situações de opressão. As lutas por justiça e paz seriam parte do compromisso social da igreja, que trabalhava historicamente por salvação religiosa, sócio-econômica e política. O terceiro bispo diocesano, D. Antonio de Souza<sup>46</sup>, a partir de 1974, teve a seu cargo a implantação das novas diretrizes, formulando estratégias para evangelizar a comunidade assisense, buscando formas de adequar as novas idéias do catolicismo, relacionadas às novas diretrizes de comunicação social da Igreja, como resposta aos questionamentos da sociedade assisense para a conduta política, cultural, econômica e espiritual.

Esta fase tinha como palavra de ordem a modernização, e a prioridade era uma nova estruturação pastoral, com incentivos à renovação das estruturas eclesiais diocesanas, paroquiais e de base, de forma orgânica e articulada, para que se tornassem mais atuantes na vida comunitária. Foi traçado um esboço de plano de pastoral com as diretrizes gerais, que definiam questões como o número de secretariados, seus agentes e suas linhas de ação próprias, além das atividades para o ano seguinte. Quatro aspectos principais definiam a estrutura pastoral da diocese assisense: a descentralização, que livrava das mãos da figura do pároco muitas responsabilidades que não competiam exatamente ao clero, e passada para mãos leigas atividades como a aplicação de cursos de formação religiosa – catequese, escola dominical, cursos de noivos, preparação de atividades litúrgicas diversas; o principio da comunhão, que buscava fundamentar as ações pastorais nos documentos produzidos pela Santa Sé, pela CNBB e pela diocese; a comunhão diocesana, que seria mantida por encontros de leigos, padres e religiosas, cursos de aprofundamento para leigos engajados, semanas missionárias envolvendo diversas pastorais, entre diversas atividades; e a preocupação com a missionariedade, com a organização de diversos encontros vocacionais, semanas missionárias e a organização das CEB's. Além destas quatro linhas de ação, cada secretariado teria autonomia para cuidar de seus planos de pastoral e definir seus métodos de ação.

---

<sup>45</sup> Sobre este documento, ver: PIERLI, Francesco. *APOSTOLADO SOCIAL: Acenos para uma praxe de transformação social*.

In: [http://www.comboni.org/administrator/allegati/contenuti/101955/199/02\\_Apostolado\\_social\\_II\\_FC\\_PT.doc](http://www.comboni.org/administrator/allegati/contenuti/101955/199/02_Apostolado_social_II_FC_PT.doc)

<sup>46</sup> Desde a sua criação, em 1928, três bispos dirigiram a diocese: D. Antonio José dos Santos - até 1956; seu auxiliar de 1949 a 1956, D. José Lázaro Neves assumiu a diocese até 1974; D. Antonio de Souza, coadjutor até 1977, ficou no comando da diocese até 2009, quando ocorreu a nomeação de Dom José Benedito Simão para o cargo. <http://www.cnbsull.org.br/index.php?link=show.php&id=316>

Com base neste esboço, a elaboração do Primeiro Plano de Pastoral, em 1976, teve como prioridade a família, de acordo com o pregado no documento de Medellín: "desenvolver a ação pastoral não só nos centros docentes, mas em todos os demais setores de influência educativa, como a família".<sup>47</sup> Vendo então a família como uma estrutura de caráter insubstituível, o documento considerava que a igreja deveria auxiliar as famílias a organizarem-se econômica e culturalmente de acordo com as suas necessidades físicas e espirituais, para que assumissem o papel representativo que teriam diante da sociedade mundial. Pregava ainda que a igreja deveria zelar pelos direitos das famílias diante dos governos, atuando junto a formação de uma legislação sadia e justa.

Para a formação do Plano, houve um trabalho em toda a diocese, que consultava padres e leigos sobre as necessidades pastorais que julgavam mais urgentes para execução na igreja particular de Assis. De posse da pesquisa, elaborou-se o plano, buscando democratizar a participação dos leigos, e a coordenação das pastorais. O objetivo geral do Plano de Ação Pastoral para o biênio 1976 - 77 era "Dar condições para que a família realize a sua missão de formadora de pessoas, educadora na fé e construtora da sociedade" (Cf. RODRIGUES, 1996, p. 76).

O plano de atividades apresentava ações que buscariam elevar as condições humanas das famílias diocesanas, visando o objetivo final da evangelização. Cada pastoral receberia uma equipe encarregada de aliar suas ações ao cotidiano das famílias, e destas para as comunidades. Para uma maior eficácia das ações pastorais, o sistema paroquial de divisão diocesana foi modificado, com subdivisões regionais, não estritamente geográficas, para evitar a separação das comunidades.

Nesta época chegaram à cidade as irmãs da congregação de Jesus Bom Pastor, especializadas neste tipo de assessoria. A Diocese, atentando para o avanço dos meios de comunicação no mundo e na cidade de Assis, já servida daqueles que eram considerados os mais populares da época, rádio e televisão, e buscando uma formação mais crítica dos católicos e não católicos da diocese diante das mensagens midiáticas, implementou o Setor dos Meios de Comunicação Social, e como primeira medida criou o *Boletim Diocesano*, informativo da diocese publicado e distribuído nas paróquias. Lançou também a coluna *Diocese de Assis – Secretariado dos Meios de Comunicação Social*, nos periódicos assisenses, e passou a dispor de horários nas emissoras de rádio locais para divulgar suas atividades, promover debates e pregações evangelizadoras. O espaço cedido nos periódicos e

---

<sup>47</sup> *Conclusões de Medellín*, p. 85

nas emissoras de rádio evidencia a estreita relação da Igreja Católica com os meios de comunicação locais, e a força institucional que representava a Diocese dentro do cotidiano da cidade.

A prioridade, a partir de 1979 para os anos seguintes, foram CEB's e Ministérios eclesiais, a família, a comunidade, as vocações sacerdotais e religiosas e a juventude, levando em consideração a mais recente renovação pastoral pregada em Puebla, na terceira Conferência Geral do episcopado Latino-Americano. A unidade seria prioridade a partir destes anos, entre os bispos diocesanos, sacerdotes e religiosos, e prioritariamente unidade com a população.

Neste período, diante da profusão dos meios de comunicação na cidade - em meio à consolidação da hegemonia da TV no campo midiático brasileiro, ao processo de abertura política do regime militar e à acentuação do debate nos círculos católicos sobre a questão "Igreja e comunicação social" -, de posse de toda a gama de documentos exigindo uma postura mais ativa da igreja ante tal avanço, foi lançada na cidade de Assis às vésperas das comemorações católicas da Semana da Família, no ano de 1978, por iniciativa do bispo Dom Antonio, a Campanha "Um Dia Sem TV". O discurso preparado para a campanha propunha resgatar o "diálogo familiar e alertar as pessoas sobre o consumismo propagado pela TV", assim como pregava a organização do movimento. As famílias participantes que melhor aproveitassem o seu tempo longe da TV eram brindadas com um pergaminho como "prêmio ao bom senso".

Em *Diocese de Assis*, publicada no dia 12 de setembro de 1978, foi descrita a reunião do clero assisense onde foi delineado o escopo da campanha de repúdio à programação televisiva, e ao uso abusivo daquele meio de comunicação que tendia a subverter ordem moral e a revirar os valores pregados pela igreja e pela família. A alegação primeira era a de que, para que os problemas resultantes do ato de ver TV fossem amenizados, era preciso conscientizar a população, as famílias, de que problemas em seu cotidiano poderiam ter raízes no que era transmitido pelos canais de televisão. Problemas com a rebeldia dos filhos, a infidelidade conjugal, o aumento do consumo de bebidas e do fumo, problemas educacionais, entre outros, eram elencados pela chamada à campanha como provável consequência do uso descontrolado da TV, que seria produzida sem o mínimo de cuidado nos quesitos referentes à moral cristã do povo brasileiro. A formulação da campanha seguiu-se então nas edições posteriores: o dia escolhido para a realização da campanha, o dia em que as famílias deixariam seus televisores desligados seria a primeira sexta-feira do mês de outubro, dia 06,

dia este que fechava as comemorações da semana da família na igreja católica.

De acordo com os preceitos da campanha, as famílias interessadas em participar de "Um Dia Sem TV" deveriam retirar um questionário em suas paróquias, até a véspera da data marcada para sua realização, ao qual deveriam responder sobre como ocuparam seu tempo longe das imagens televisivas naquele dia, o que foi feito, e como as horas em família ou em comunidade teriam sido aproveitadas. As orientações que antecederiam o questionário eram as de que o dia era dia de penitência, de partilha, e de caridade; propunha-se a visita a enfermos, reuniões em comunidade, orações, jejum, e debates em família sobre temas diversos, e sobre a televisão, sobre o que pensavam os diferentes componentes familiares a respeito dos programas que assistiam, e sobre o tempo desperdiçado em frente à TV, as mudanças de comportamento e visão de mundo que a telinha impunha com força às mentes dos receptores assisenses.

A adesão à campanha seria premiada com um pergaminho, vindo de Roma, com uma bênção papal, premiando a família sorteada pelo bom senso diante da invasão televisiva. A iniciativa da campanha, tributada ao Pe. Afonso Maurílio Marques, à época pároco da cidade de Ibirarema, atendia com uma interpretação particularizada os apelos da Santa Sé relacionados aos avanços dos meios de comunicação e da evangelização, expressos em vários documentos oficiais, que traziam os pensamentos da igreja sobre tais recursos, e sua interpretação particular relacionada ao uso que o homem – cristão – comum fazia dos mesmos em sua vida familiar e social.

Promovida a Campanha “Um Dia Sem TV” ganharia destaque, ainda que pontual, nas folhas da imprensa da capital paulista, como a *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*. Na imprensa católica, seria noticiada em jornais paroquiais da capital. E, de forma inusitada, viraria matéria da telinha. Em dezembro de 1981, a TV Bandeirantes levou seus equipamentos técnicos e repórteres para registrar e exibir o comportamento de telespectadores de Assis que ficaram um dia sem ver TV (Cf. XAVIER, 2000, p.147). De posse deste panorama sobre os campos cultural e religioso exposto até aqui, passamos a narrativa referente à elaboração da campanha, seu, andamento, articulações e repercussão, analisadas no capítulo seguinte.

Da utilização das tecnologias de comunicação, a igreja conseguiria levar sua mensagem a um sem número de fiéis em todas as partes do mundo, e estaria com plenas armas para combater ideologias que poderiam ameaçar a manutenção da obra de deus para os homens. A partir do “boom” da televisão, em meados do século XX, a igreja passou a

produzir diversos documentos relacionados aos meios de comunicação, as mensagens por eles transmitidas, e o impacto destas na vida cotidiana de cristãos de todo o mundo.

O rádio foi um dos meios mais utilizados pela igreja, numa fórmula voltada para a evangelização de maior alcance. A *Rádio Vaticano*<sup>48</sup>, fundada em 1931, foi o primeiro meio de comunicação de massa a ser utilizado para evangelização de diversos povos. O encarregado da instalação dos transmissores foi o próprio inventor da radiotransmissão, Guilherme Marconi. Iniciou as operações com um transmissor de ondas curtas de 25 kW, instalado na colina do Vaticano<sup>49</sup>, tendo como objetivo cumprir a agenda determinada pela Santa Sé, no buscando difundir a doutrina da Igreja Católica, informar sobre as atividades do Vaticano, refletir e divulgar a vida dos católicos em todo o mundo e, dar resposta aos muitos problemas do nosso tempo. As missões da rádio eram bem específicas: informar o público interessado no que a Igreja Católica tinha como ação e ensinamento, e o que os cristãos viviam, de alegria e sofrimento em todo o mundo. As mensagens eram destinadas prioritariamente aos católicos, mas eram direcionadas também não-católicos e não-cristãos, que simpatizavam com a doutrina do evangelho. Como meio de comunicação da Igreja, a *Rádio Vaticano* pregava a paz, baseando-se nos conceitos de justiça e respeito aos direitos humano, de todas as religiões e povos. Exemplo desta atuação humanitária, em pró da paz e da humanidade, Durante a Segunda Guerra Mundial, a *Rádio Vaticano* serviu como um dos principais veículos de notícias da Europa para o restante do mundo.

A importância do rádio, assim como a dos jornais e da televisão era muito grande, que levou a instituição a iniciar processos visando adquirir concessões de emissoras – e por todo o mundo, emissoras católicas surgiam para auxiliar o trabalho de evangelização. Os casos brasileiros da *Rádio Aparecida*<sup>50</sup>, em Aparecida do Norte-SP, emissora que encabeçou a criação da *Rede Católica de Rádio*<sup>51</sup>, cidade onde está localizado o santuário dedicado à padroeira do Brasil segundo a religião católica, e da *Rádio 9 de Julho*<sup>52</sup>, na capital paulista, de posse da arquidiocese de São Paulo são exemplos brasileiros da utilização do rádio pela Igreja.

A *Rádio 9 de Julho*, fez suas primeiras transmissões entre 1953 e 1954, com concessão temporária e efetiva para a preparação das comemorações do o 4º Centenário

---

<sup>48</sup> [www.radiovaticana.org/bra/diretta.asp](http://www.radiovaticana.org/bra/diretta.asp)

<sup>49</sup> Cf. Osserv. Rom. 14.02.1931.

<sup>50</sup> [www.radioaparecida.com.br](http://www.radioaparecida.com.br)

<sup>51</sup> A RCR é uma rede de emissoras de rádio associadas à arquidioceses e dioceses católicas, fundada em 10 de novembro de 1994, cujo principal objetivo é manter a união dos católicos das cinco regiões brasileiras pelas ondas sonoras, e evangelizar. <http://www.rcrunda.com.br/br/index.php>

<sup>52</sup> <http://www.radio9dejulho.com.br/>

cidade de São Paulo. Tinha a frequência de 540 kHz para Ondas Médias e 49 metros para Ondas Curtas, com a potência de 10 kilowatts, cobrindo todo o Estado de São Paulo, a maioria dos Estados do Brasil e muitos países latino-americanos. Quando terminaram os festejos do 4º Centenário, o presidente da República em exercício, Café Filho, ofereceu duas emissoras em OM e OC para a instituição. Para receber a concessão, a Arquidiocese fundou a *Sociedade Comercial Rádio 9 de Julho Ltda*, que foi composta pelo arcebispo, quatro bispos auxiliares e dois padres.

A concessão definitiva da *Rádio 9 de Julho* à Arquidiocese de São Paulo foi feita pelo Presidente Juscelino Kubitschek, por meio do Decreto nº 37.744 de 12 de agosto de 1955 e entrando efetivamente no ar em 02 de março de 56. A partir de 23 de maio de 1962 a sociedade comercial se transformou na *Fundação Metropolitana Paulista*, mantenedora da rádio e do jornal *O São Paulo*, este surgido em 25 de janeiro de 1956, em substituição ao *Legionário* de 1929, que foi pensado para ocupar o lugar do primeiro jornal da arquidiocese, *A Gazeta do Povo* de 1905. A Fundação definiu, para tornar-se um serviço de utilidade pública nas esferas municipal, estadual e federal, em 1968, que sua finalidade, além de promover a formação do povo pelos meios de comunicação, era também, manter serviços de assistência social para o povo em geral.

A rádio tinha grande repercussão e audiência não somente em sua programação religiosa, mas por sua atuação social e até política. Sobretudo durante o regime militar, atuou defendendo os direitos humanos, apoiando a resistência popular, clamando contra o silenciamento do Congresso, denunciando prisões arbitrárias, torturas e desaparecimentos. A rádio praticava autocensura prévia em sua programação – ao contrário de *O São Paulo*, que foi alvo dos censores entre 1968 e 78. Mesmo com esse cuidado, um decreto do presidente Médici de 30 de setembro de 1973 declarou extinta a rádio que foi lacrada pelo DENTEL em 05 de novembro de 1973. Apenas em 1985, a pedido do cardeal Dom Evaristo Arns, foi dada a entrada em um processo no Ministério das Comunicações, sob o nº 29000.004461/85, pedindo a devolução da *Rádio 9 de Julho* de São Paulo para a *Fundação Metropolitana Paulista*. O pedido foi negado, e o governo ofereceu uma pequena concessão na cidade de Cotia. O processo de lacração da rádio só foi resolvido em 1996<sup>53</sup>.

Além das emissoras confessionais, a igreja católica também trabalhava junto a rádios leigas conseguindo horários, muitas vezes doados pelas emissoras, para veicular programas

---

<sup>53</sup>O presidente Fernando Henrique Cardoso anulou o decreto de Médici e homologou a portaria do ministro Sérgio Motta devolvendo a *Rádio 9 de Julho* à Fundação Paulista na frequência de 1600 kHz com a potência de 10 kilowatts. Cf. <http://www.radio9dejulho.com.br>

em âmbito local, estes pensados, dirigidos e apresentados por padres ou leigos engajados, onde em sua maioria eram feitas orações, reza de terços, transmissão de missas e bênçãos aos ouvintes pelas ondas sonoras. Casos registrados sob investigação do Vaticano sobre milagres operados pelo rádio, como os citados de autoria do Padre Donizetti, que transmitia da cidade de Tambaú, interior paulista (AZEVEDO, 2001) - que se tornaram foco de inúmeras análises e discussões entre diversas ciências -, e acabavam, como até hoje ocorre, por impulsionar setores diversos da economia, explorados não só por leigos mas também pela igreja, como o comércio e o turismo religioso (TAVARES, 2007), haja visto a promoção de caravanas para visitação de santuários populares, o comércio de relíquias que fazem menção à vida e à obra milagrosa destes santos, o cumprimento de promessas entre outras práticas do mundo religioso.

Durante esse período, o catolicismo viu o progresso das religiões evangélicas perante seus fiéis, e a propagação de pequenas igrejas dentro das comunidades antes predominantemente católicas. O Pentecostalismo, na medida em que se expandia pelas camadas pobres, urbanas e operárias, incorporava a oralidade, a literalidade e a visualidade dos meios de comunicação de massa, utilizando-se principalmente do rádio, no horário da madrugada, para evangelizar aqueles ouvintes noturnos. O avanço foi de grande proporção, tanto que várias igrejas e congregações passaram a concorrer por horários nas grades de programação radiofônica – o que hoje facilmente podemos sentir por via televisiva, ou pela internet –, ou por concessões para o uso do espaço eletromagnético em nome da expansão evangélica.

Houve alguns sucessos comunicativos, por volta dos anos 1950, quando surgiu a Igreja Pentecostal “O Brasil para Cristo”, vinda do programa *A voz do Brasil para Cristo*<sup>54</sup>, dirigido por Manoel de Mello. Na década seguinte foi a vez da Igreja Pentecostal “Deus é Amor”, cuja programação, até hoje intitulada *A voz da libertação*, é dirigida pelo fundador David M. Miranda<sup>55</sup>. Também no início dos anos 1960, no Rio de Janeiro, foi fundada a Igreja Pentecostal de Nova Vida (1961), pelo canadense Walter Robert McAlister (1931-1993). A organização dessa nova Igreja se deu após o sucesso do programa *A voz da nova vida*<sup>56</sup> nas rádios *Copacabana*, *Mayrink Veiga* e *Guanabara*. Não por mero acaso tais programas se intitulavam “a voz” e não “a imagem” - em um país ainda não interligado pelas imagens

---

<sup>54</sup> <http://www.obpcmandaqui.com.br/radio/index.html>

<sup>55</sup> O programa é até hoje transmitido a partir da sede em São Paulo, por um grupo de emissoras para diversas regiões do Brasil. [http://www.ipda.com.br/nova/n\\_principal.asp?Portal=VL](http://www.ipda.com.br/nova/n_principal.asp?Portal=VL)

<sup>56</sup> <http://www.novavida.org.br/352/373.html>

televisivas, somente o rádio podia ligar a todos ao redor de um só emissor (CAMARGO, 1972).

A igreja de Roma, por seu turno, prosseguia criando estratégias para conter o avanço e a popularidade evangélica em meio à população católica. Desde o ano de 1954, foi criado por iniciativa do Papa Pio XII, o Conselho Pontifício para as Comunicações Sociais, para tratar dos assuntos acerca do cinema, do rádio e da televisão e sua relação com a moral e os preceitos católicos. A partir da criação deste órgão, uma série de documentos que modificavam a forma da igreja ver os meios de comunicação social, que antes do Concílio Vaticano II ainda podia ser remetida aos tempos remotos da invenção da prensa gráfica e da Reforma Protestante. O ecumenismo do concílio proporcionou o florescimento de posturas diferenciadas diante destes veículos de comunicação, e diante do uso que a Igreja fazia dos mesmos para si e para a transmissão da boa nova católica. O primeiro grande documento católico que tratou de questões sobre os meios de comunicação conjuntamente, numa grande exortação ao clero e aos leigos foi a Carta Encíclica *Miranda Prorsus*<sup>57</sup>, de 1957, assinada ainda pelo papa Pio XII.

O documento, elogioso ao progresso técnico na área da comunicação social, trazia com riqueza de detalhes a argumentação da necessidade da existência destes veículos para a vida do homem, para a difusão dos saberes, da arte e da cultura, do lazer e da fé. Conclamava o clero para que sempre se atualizasse diante do aprendizado da tarefa de evangelizar diferentes grupos sociais. Apontava a existência não só de grandes bens advindos dos “progressos técnicos”, mas além desses, “tremendos perigos” que chegavam aos homens de boa vontade pelo alcance de sua mão, perigos estes que muitas vezes não seriam claramente perceptíveis ao olhar e à consciência leiga do grande público.

A Igreja Católica teria o dever paternal de “ativar” o senso crítico da pessoa comum, lembrando-a de discernir entre o bem e o mal, entre ideologias pré-fabricadas e sem fundamentação cristã e os preceitos valorosos da paz e da boa conduta humana. A Igreja assumiria para si a tarefa de evangelizar o povo de Deus, difundindo de forma eficaz o caminho da salvação que lhe foi indicado por Deus, utilizando para tanto os meios de comunicação.

Reconhecia a liberdade que tinham os “*mass media*” de transmitirem uma programação diversificada, porém exortava os profissionais do campo a dedicarem atenção crítica ao conteúdo de noticiários, programas científicos e próprios de divertimento.

---

<sup>57</sup> *Carta Encíclica Miranda Prorsus*, di S.S. Pio XII, Vaticano, 1957.

Especificamente sobre a TV, alertava sobre a necessidade de se assistir a programação criticamente, selecionando aqueles que de fato trariam benefícios concretos à trajetória individual e em comunidade de cada espectador. A moderação do uso da televisão levaria à compreensão mais profunda das mensagens enviadas, e desta compreensão surgiriam atitudes sociais dignas e em prol do futuro cristão da humanidade.

Entre os anos de 1962 e 1965, ocorreram os trabalhos do Concílio Vaticano II, no qual o episcopado discutiu questões relacionadas a diversos temas, não apenas da doutrina católica, mas de cunho social e político (RODRIGUES, 1996). Os bispos tomaram para si a autoridade nas dioceses, tendo então toda a autoridade que lhes competia por investidura divina – e por força do cargo -, mudando a perspectiva jurídica que vigorava até então. Por esta reconfiguração hierárquica, mudou-se a nomenclatura das dioceses de igreja local para igreja particular, referindo-se sempre a igreja universal, de Roma.

Ao reconhecer mais fortemente o papel da hierarquia atuando de forma orgânica na igreja, as discussões também acabaram por reconhecer o papel do trabalho leigo na instituição, e a participação destes nos movimentos liderados pela igreja. O Concílio então sublinhou a secularização, que ignorava a oposição à Igreja Carismática – um daqueles grupos leigos católicos com algumas diferenciações no tocante a vivência do catolicismo – e ia contra idéias do marxismo ateu de provocar a violência e a rebelião sistemática e da utilização do ódio para alcançar à dialética das classes. Das reuniões resultou uma infinidade de documentos sob forma de decretos, tratando sobre cada um dos temas discutidos.

O Decreto *Inter Mirifica*<sup>58</sup>, assinado por Paulo VI, tratou do tema da comunicação social. O decreto tinha em seu primeiro tópico, a exemplo de *Miranda Prorsus*, a exaltação da importância dos meios de comunicação social na vida humana. Ressaltava os progressos da área, e o alcance vertiginoso que se iniciava dos programas exibidos a todos os continentes. Situava a Igreja Católica como meio de comunicação, dada a sua árdua tarefa de evangelização a todo o tempo, sob quaisquer modelos políticos e sociais, e refletidos em quaisquer canais de propagação da boa nova. E asseverava:

A mãe Igreja sabe que estes meios, rectamente utilizados, prestam ajuda valiosa ao género humano, enquanto contribuem eficazmente para recrear e cultivar os espíritos e para propagar e firmar o reino de Deus; sabe também que os homens podem utilizar tais meios contra o desígnio do Criador e convertê-los em meios da

---

<sup>58</sup> Decreto *INTER MIRIFICA sobre os Meios de Comunicação Social*. S.S. Paulo VI. Vaticano, d. 4 de dezembro, a. 1963.

sua própria ruína; mais ainda, sente uma maternal angústia pelos danos que, com o seu mau uso, se têm infligido, com demasiada frequência, à sociedade humana.<sup>59</sup>

O Decreto elencava normas para o “reto uso” dos “*mass media*”, a notação da peculiaridade de cada programa dentro dos valores cristãos, da moral e da paz, a tomada de consciência do mal que teria entrada livre nas mentes pouco maduras de jovens, e as implicações disto para a formação de caráter das gerações futuras. Reconhecia o direito da arte, de ser expressa por qualquer meio, a diversos grupos sociais, e conclamava a opinião pública, à qual estaria reservado também o direito de aceitar os termos de difusão determinados principalmente pelo rádio e pela TV, assim como as ideologias mundanas e sua aplicabilidade no mundo social. Defendia ainda a formação do clero nas disciplinas relacionadas à comunicação, e mais uma vez a utilização dos saberes e dos meios para a função primeira da Igreja Católica, a evangelização. A boa imprensa, o bom rádio e a boa televisão teriam lugar especial no mundo católico, enquanto mantivessem o compromisso de comunicar ao mundo dentro dos padrões deixados à humanidade por Jesus Cristo. E defendia:

À Igreja, pois, compete o direito nativo de usar e de possuir toda a espécie destes meios, enquanto são necessários ou úteis à educação cristã e a toda a sua obra de salvação das almas; compete, porém, aos sagrados pastores o dever de instruir e de dirigir os fiéis de modo que estes, servindo-se dos ditos meios, alcancem a sua própria salvação e perfeição, assim como a de todo o género humano. (...) É necessário, sobretudo, que todos os interessados na utilização destes meios de comunicação formem rectamente a consciência acerca de tal uso, em especial no que se refere a algumas questões acicamente debatidas nos nossos dias.<sup>60</sup>

Dois anos após a publicação do *Inter Mirifica*, o papa Paulo VI convocou a Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino Americano<sup>61</sup>, encontro com sede na cidade de Medellín, na Colômbia, ocorrido entre os dias 24 de agosto e 06 de setembro de 1968, e cujo intuito primeiro era o de aplicar os ensinamentos do Concílio Vaticano II às necessidades da Igreja na América Latina. A Conferência de Medellín trazia uma renovação da atuação tradicional da Igreja no continente americano, uma nova consciência eclesial, dentro do contexto atribulado de fins dos anos 60. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil –

---

<sup>59</sup> *INTER MIRIFICA*, op. cit. p. 01.

<sup>60</sup> *INTER MIRIFICA*, op. cit., p. 02-03.

<sup>61</sup> BISPOS DA AMÉRICA LATINA – *CONCLUSÕES DE MEDELLÍN*. Colômbia, CELAM (conselho do Episcopado Latino-Americano) a. 1968. 2ª edição.

CNBB, assumindo oficialmente que o crescimento do sentimento do viver em comunidade e da responsabilidade que a igreja tinha pelo bom andamento do mundo social influenciou de forma grande a aplicação da renovação pretendida pelo Vaticano II no Brasil, também elaborava desde o fim da década de 1960 documentos direcionados às dioceses do país refletindo e adaptando os preceitos de Roma e das discussões do Episcopado à realidade nacional.

O otimismo suscitado pelo Concílio, aliado ao clima de incertezas políticas e sociais em que se encontrava o continente americano, permeado de regimes autoritários e pela influência de filosofias diversas, resultou na apropriação diferenciada daqueles conceitos eclesiais pela Igreja Católica da periferia do mundo contemporâneo. Assumindo a análise das ciências sociais, e deixando de lado pensamentos criados a partir da modernidade vitoriosa do sistema capitalista, o documento de Medellín evidenciava contradições e injustiças relacionadas à grande maioria da população, a má distribuição de renda e a conseqüente miséria e os efeitos desta para a estagnação social, que objetivava uma ação de evangelização libertadora daquela que passava a ser chamada “injustiça institucionalizada”.

Os meios de comunicação social, mais uma vez, seriam parte integrante da estratégia eclesial que se propunha. O capítulo 16 do Documento de Medellín tratou sobre os meios e suas aplicações na sociedade latino-americana. Os primeiros tópicos condiziam com as exaltações de documentos anteriores, contudo a presença de críticas à “massificação do homem” era bastante forte. Os meios de comunicação foram tomados como agentes ativos no processo de transformação humana, e dentre todos a televisão seria a maior responsável por difundir falsos valores e “deseducar” para a vida pessoas mais jovens ou desprovidas de conhecimentos suficientes para discernir a boa da má comunicação<sup>62</sup>. E mais ainda:

Os Meios de Comunicação Social (MCS) abrangem a pessoa na sua totalidade. Plasmam o homem e a sociedade e tomam cada vez mais seu tempo livre. Forjam uma nova cultura, produto da civilização audiovisual que, se por um lado tende a massificar o homem, por outro favorece sua personalização. Esta nova cultura, pela primeira vez, se põe ao alcance de todos, alfabetizados ou não, fato que não acontecia com a cultura tradicional, que favorecia apenas uma minoria. (...) Na América Latina os meios de comunicação social representam um dos fatores que mais têm contribuído e contribuem para despertar a consciência das grandes massas sobre suas condições de vida, suscitando aspirações e exigências de transformações radicais. Ainda que de forma incipiente, vêm atuando, também, como agentes positivos de mudança através da educação de base, programas de formação e opinião pública etc. (...) A Igreja universal acolhe e incentiva os maravilhosos inventos da técnica, sobretudo os que se referem ao espírito humano, e têm aberto

---

<sup>62</sup> *MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL* (Cap. 16). In: BISPOS DA AMÉRICA LATINA, op. cit. 02; 60

novos caminhos à comunicação entre os homens, como a imprensa, o cinema, rádio, televisão, teatro, discos etc.<sup>63</sup>

Ressaltava a variedade cultural do continente e observava problemas na difusão de conhecimentos por meio dos “*mass media*”, expresso pela ausência de um trabalho conjunto envolvendo os campos político, social e religioso, no tocante à educação, subsistência e cultura. A Igreja da América Latina se propunha, ao final do documento, ao diálogo com canais políticos e do campo da comunicação, buscando produzir conjuntamente com os mesmos o ambiente propício para a boa e crítica recepção dos conteúdos, e ainda trabalhando pelos meios de comunicação a perspectiva da evangelização católica da multi - étnica América Latina.

Publicada também por exigência do concílio Vaticano II, a *Instrução Pastoral “Communio et Progressio”*<sup>64</sup>, de 1971, assinada por Paulo VI, classificava os meios de comunicação social como “dons de Deus”, e doutrinava e orientava clérigos sobre a atitude a ser tomada diante dos “*mass media*”. Cristo seria o modelo do “perfeito comunicador”, e a Santa Sé considerava os progressos técnicos alcançados em matéria de comunicação pelo homem moderno como dádiva divina que deveria ser utilizada para o bem e para o anúncio da boa nova pela Igreja de Jesus.

Ressaltava que toda comunicação devia basear-se nos princípios de verdade e honestidade, e que a decadência moral que se detectava em diversos grupos sociais era parcialmente de responsabilidade dos meios de comunicação social, por sua falta de pudor e senso crítico diante da difusão de toda sorte de anúncios, programas e ideologias. Situava a opinião pública como eixo de controle da boa comunicação e responsável, em certa medida, por convivência, pelas desventuras morais propagadas principalmente pela publicidade e determinados programas – as telenovelas, por exemplo -, emitidos notadamente pela TV.

Exortava a todo cristão católico, fosse comunicador, ouvinte ou espectador, buscar a instrução sobre o bom modo de se utilizar todos os recursos dos meios de comunicação social, na educação, no entretenimento e na transmissão de notícias locais e globais. Classificava o público jovem como sendo o mais vulnerável a ideologias sem moral e fé, por ainda não terem sua consciência completamente formada, e abordava a necessidade de a escola, a igreja e a família, conjuntamente, articularem-se a fim de delinear o caminho reto da vivência

---

<sup>63</sup> *MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL* (Cap. 16). In: BISPOS DA AMÉRICA LATINA, op. cit., p. 61.

<sup>64</sup> *Instrução Pastoral “Communio ET Progressio*. S.S. Paulo VI. Vaticano, 1971.

comunicacional dos indivíduos em formação. Via ainda o público como principal responsável pelo esfacelamento dos valores aceitos pela cristandade, promovido pelo mau uso da televisão e de outros meios de comunicação. Sugeria ao público união e participação mais efetiva, de forma organizada, para a manutenção de um diálogo proveitoso com as empresas de comunicação, as quais produziam o que era veiculado na sociedade.

Por considerar que os meios de comunicação contribuíam grandemente para o progresso de toda a sociedade, a Igreja Católica somente ficaria favorável à censura dos veículos em casos extremos, e propunha que se criassem disposições legislativas a respeito do perigo que determinados programas representavam ao espírito humano, muitas vezes “alienado de Deus”. Propunha-se, novamente, levar a cabo a missão de evangelizar todos os povos por meio da utilização dos “*mass media*”, perfeitos recursos para levar a mensagem católica a toda criatura, sob as mais diversas formas de cultura em convívio no mundo. Deliberava sobre a criação de secretariados dos meios de comunicação social em cada diocese, além de um em âmbito nacional, que teria a atribuição de zelar pela comunidade e definir estratégias de ação para contenção do mau uso dos meios e propagação de ideologias de consumo e revolução permanente, além de investigar os efeitos e as influências dos meios nas várias culturas e pessoas.

O papa Paulo VI, em dezembro de 1975, assinou ainda mais um documento relacionado ao tema dos meios de comunicação social. A *Exortação Apostólica Evangelii Nuntiandi*<sup>65</sup>, que tratava especificamente da proliferação dos “*mass media*” e da evangelização no mundo contemporâneo, chamando clérigos e leigos engajados a participarem com táticas mais atuais da transmissão da boa nova de Cristo a todas as camadas sociais, utilizando-se dos canais tradicionais – a Catequese, a Pregação, o Testemunho à comunidade, entre outros -, e dos canais alternativos - justamente sendo a televisão o principal deles. A missão de evangelizar pelos veículos de comunicação, especificamente pela televisão era, até certo ponto, mais fácil, devido ao alcance das mensagens por ela transmitidas; porém, o documento caracterizava tal prática como mais forte, já que os meios de comunicação social levariam por todo o mundo a mensagem de fé que lhes fosse transmitida.

No nosso século tão marcado pelos "mass media" ou meios de comunicação social, o primeiro anúncio, a catequese ou o aprofundamento ulterior da fé, não podem deixar de se servir destes meios conforme já tivemos ocasião de acentuar. Postos ao serviço do Evangelho, tais meios são susceptíveis de ampliar, quase até ao infinito, o campo para poder ser ouvida a Palavra de Deus e fazem com que a Boa Nova

---

<sup>65</sup> *Exortação Apostólica Evangelii Nuntiandi*. S.S. Paulo VI. Vaticano, 1975.

chegue a milhões de pessoas. A Igreja viria a sentir-se culpável diante do seu Senhor, se ela não lançasse mão destes meios potentes que a inteligência humana torna cada dia mais aperfeiçoados. É servindo-se deles que ela "proclama sobre os telhados",<sup>(72)</sup> a mensagem de que é depositária. Neles encontra uma versão moderna e eficaz do púlpito. Graças a eles consegue falar às multidões.<sup>66</sup>

Passados quatro anos da publicação das conclusões de Medellín, a Terceira Conferência Geral do Episcopado Latino Americano<sup>67</sup>, convocada com sede na cidade de Puebla de Los Angeles, no México, entre os dias 27 de janeiro e 13 de fevereiro de 1979, ocorria em um período político bastante delicado para muitos países americanos, pois regimes de tutela militar se findavam, dando lugar à democracia, e a liberdade era evocada como palavra de ordem social e política.

A Conferência trouxe referências de discurso e método da já conhecida e antes utilizada *Exortação Evangelii Nuntiandi* e apresentava as instruções para a aplicação dos preceitos do método "Ver, Julgar e Agir". Este modelo teológico-pastoral se desenvolvia em qualquer meio sob qualquer tema, segundo três premissas: Ver a realidade analiticamente, Julgar a realidade com critérios da fé e, por fim, Agir pastoralmente para transformar tal realidade na proporção desejada. Além da explanação do Método Ver – Julgar – Agir, a preocupação com a família teve grande força na Conferência<sup>68</sup>.

Em seus parágrafos introdutórios do documento, o episcopado latino americano deixava claro qual seria seu foco de discussão e ação:

A invasão da televisão e do rádio nos lares põe em risco as práticas piedosas no seio da família." (...) A evangelização, anúncio do Reino, é comunicação: portanto, a comunicação social deve ser levada em conta em todos os aspectos da transmissão da Boa Nova. (...)A comunicação social surge como dimensão ampla e profunda do relacionamento humano, mediante o qual o homem, individual e coletivamente, à medida que se inter-relaciona no mundo, expõe-se ao influxo da civilização audiovisual e à contaminação da 'poluição sonora'. (...) Reconhecemos que os meios de comunicação social são fatores de comunhão e contribuem para a integração latino-americana, bem como para a expansão e democratização da cultura; contribuem outrossim para o lazer, especialmente das pessoas que vivem fora dos centros urbanos; aumentam as capacidades perspectivas pelo estímulo visual auditivo, de penetração sensorial.

Não obstante os aspectos positivos assinalados, devemos denunciar o controle desses meios de comunicação social e a manipulação ideológica que exercem os poderes políticos e econômicos, que se empenham em manter o statu

---

<sup>66</sup> *Exortação Apostólica Evangelii Nuntiandi*, op. cit., p. 17.

<sup>67</sup> BISPOS DA AMÉRICA LATINA – *CONCLUSÕES DA III CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO* – Puebla de Los Angeles, México, CELAM, 1979.

<sup>68</sup> *EVANGELIZAÇÃO no presente e no futuro da América Latina*. In: BISPOS DA AMÉRICA LATINA, op. cit.

quo e até em criar uma ordem nova de dependência-dominância ou, pelo contrário, em subverter esta ordem para criar outra de sinal contrário. A exploração das paixões, dos sentimentos, da violência e do sexo, com objetivos consumistas, constituem uma flagrante violação dos direitos individuais. Igual violação aparece na indiscriminação das mensagens, repetitivas ou subliminares, com respeito à pessoa e principalmente à família.<sup>69</sup>

Com acusações fortes, o documento apontava os erros e os riscos eminentes da “invasão desenfreada da televisão e do rádio” na vida cotidiana das famílias latinas. Recordava a doutrina da Igreja Católica sobre o uso e a apropriação dos produtos da comunicação, e acusa os “mass media” de promoverem a desigualdade, a discriminação e a divulgação de mentiras ideológicas aos povos. Por tal alegação, se propõem a formar o clero e a população para o “reto uso” dos meios de comunicação social, a educar o público receptor para uma tomada de atitude crítica diante das mensagens recebidas, para neutralizar a negatividade e a promiscuidade difundidas principalmente pelo meio mais popular da época, a televisão.

Críticas à manipulação e ao monopólio de informações, à grande utilização de programas estrangeiros – principalmente os norte-americanos - nas grades das emissoras latinas, ao formato adotado pela publicidade, à visão dos meios de comunicação como veículos de propaganda do materialismo reinante, criador de falsas expectativas, necessidades fictícias frustrações e um doentio afã competitivo nos espectadores pintavam com cores fortes o panorama sócio-político-econômico da América Latina a ser trabalhado após as discussões.

Optando preferencialmente sempre pelos pobres e oprimidos sociais, e utilizando-se de preceitos como os da Teologia da Libertação, o episcopado focaria seu plano de ação em canais como as Comunidades Eclesiais de Base - CEB's, que eram a forma mais flexível de atuação da igreja entre os fiéis, formato concreto de articulação das bases comunitárias, reunidas em torno do evangelho e da palavra de Deus que quando em confronto com a realidade, ofereciam pistas e orientações para o agir transformador da ordem social vigente.

A igreja católica latino-americana propunha ainda, dentro do organograma das CEB's, a formação de agentes, clérigos ou não, em comunicação social, para que trabalhassem na obra da evangelização de todas as camadas da sociedade, ressaltando questões pertinentes sobre temas como os sistemas capitalista e socialista, sociedade de consumo, segurança nacional, justiça e paz, direitos humanos, em favor do respeito à liberdade de expressão

---

<sup>69</sup> BISPOS DA AMÉRICA LATINA – *CONCLUSÕES DA III CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO* – Puebla de Los Angeles, México, CELAM, 1979. p. 110 – 121.

seguindo os valores cristãos, intensificando o uso dos meios de comunicação social pela e para a igreja, lançando mão de linguagens diversas para educar os receptores para uma atitude crítica diante das mensagens, pregando acima de tudo o ecumenismo.

A igreja brasileira, pensando formas de maior alcance de suas mensagens, via a família com três funções distintas, porém complementares: era formadora de pessoas, dando subsídios aos cidadãos para a vida social e particular; era evangelizadora, no tocante à transmissão dos valores cristãos – em sua maioria católicos - e por fim, juntamente com outras instituições, construtora da sociedade. Defendia o matrimônio, sacramento e base da configuração familiar que começava a sofrer as mudanças da época, por ser focado como contrato, e pela visão liberal derivada dos campos político e econômico para o social. Na defesa da “instituição” família nos moldes cristãos, a igreja pregava a utilização dos meios de comunicação social, especialmente a televisão e o rádio, naquele período os de maior alcance diante do público.

Diante destes pensamentos, e enquanto discussões sobre o formato da ação católica e o impacto do desenvolvimento tecnológico geral poderiam ser apreendidos e utilizados nesta ação permeavam o pensamento do Vaticano e do episcopado latino-americano, a CNBB organizou, a partir da análise dos documentos produzidos sobre diversos temas importantes à apropriação de suas doutrinas pela Igreja Católica brasileira, dois documentos, entre os quadriênios 75 – 78<sup>70</sup> e 79 – 82<sup>71</sup>, que traziam as diretrizes gerais para a ação católica no país - o papel da CNBB na igreja católica brasileira era, como instância com o objetivo de subsidiar a conduta das dioceses o de discutir e orientar as estratégias ligadas às ‘questões do país’” (SEIDL, 2007, p. 150) nos diversos documentos que produzia. Seidl, em um artigo sobre a atuação da Conferência e da Igreja Católica no Brasil afirma ainda que:

Respaldados pela condição de líderes institucionais de uma religião dominante e com estruturas múltiplas por todo o Brasil, dotados de recursos culturais crescentemente legitimados pelo sistema escolar e treinados no uso da palavra escrita e falada, os bispos recorrem de modo regular à divulgação de uma visão de mundo da Igreja que se pretende “atualizada” e seja capaz de mobilizar públicos variados. (p. 151)

---

<sup>70</sup> *Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil – 1975 – 1978*. CNBB, 1974.

<sup>71</sup> *Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil – 1979 – 1982*. CNBB, 1979.

Nestes dois documentos, assim como nos produzidos pela Santa Sé, a variedade temática era grande e, ainda em confluência com o centro dos debates eclesiais das décadas anteriores, as discussões teóricas e práticas relacionadas aos meios de comunicação social estiveram presentes, prioritariamente junto ao tema da evangelização. A igreja tinha ciência do distanciamento entre ela e o campo da comunicação, e questões como o sincretismo/secularização (a análise da repercussão destes fenômenos no perfil cultural do brasileiro), a modernização (análise das atitudes/posturas das camadas jovens desvinculadas de referências à igreja católica) /alteração de costumes, relações, mentalidades, estilos de vida provocaram entre os pensadores católicos a criação de estratégias de combate a uma tecnocracia que acabava por reinar sobre a totalidade da população.

Os documentos chamavam a atenção de fiéis e clérigos para a formação de evangelizadores que não apenas soubessem utilizar os meios de comunicação, mas que também trabalhassem na linguagem dos meios, interpretando-os e colocando em evidência a expressão que determinados programas traziam sobre a fé, a moral e a cristandade. Orientavam ambos os textos, ao estímulo da organização de setores diocesanos especializados nos “*mass media*”, cientes da sua influência nos corações e mentes dos espectadores e de seu alcance em regiões distantes. Conclamavam os agentes desta ação pastoral a trabalharem junto a profissionais da comunicação com o intuito de que suas produções sempre ressaltassem os valores humanos e espirituais condizentes com a boa conduta moral.

O texto de 1975 trazia a preocupação com a elaboração de uma teologia pastoral mais adaptada à realidade nacional e regional, visando uma reorganização das paróquias, contando com a colaboração de missionários e agentes de pastoral de origem estrangeira – atividade esta marcada por uma vontade mais explícita e consciente de inserção na realidade pastoral brasileira e de autêntica integração na cultura e na igreja particular ou local, como a vista na atuação do Pontifício Instituto das Missões Exteriores em diversas dioceses, entre elas a de Assis – buscando atender a necessidade de uma maior “aculturação” do cristianismo por parte das camadas sociais.

O objetivo central da ação pastoral proposta pela Conferência seria levar os homens à plena comunhão com a igreja católica, sendo esta a mediadora entre os homens e Deus e, mais especificamente, unir o povo sob o signo católico por meio das ações de pregação, catequese, comunhão, testemunho da vida evangélica, cultos e celebrações da palavra, ecumenismo, que levaria a construção de “um mundo segundo os desígnios de Deus”<sup>72</sup>, que teria o homem

---

<sup>72</sup> Cf. CNBB. *Diretrizes... 1975- 1978*, op. cit., p.14.

como “fermento” do mundo. Para o alcance de tais objetivos, a igreja optou pela escolha da vida comunitária como concepção da unidade entre povos e da própria igreja, articulada na criação das formas desta vida dita comunitária, com o exercício da fraternidade e da responsabilidade pela edificação da obra de deus em evolução.

A ação pastoral da igreja católica no Brasil da década de 1970 focava na vivência social, sendo condicionada por uma infinidade questões sócio-culturais e políticas, que poucos percebiam com toda sua extensão e profundidade. O Brasil moderno era feito de contrastes que saltavam aos olhos daqueles que atentavam para a relação entre os benefícios desta modernização e os anseios da maior camada da população. A igreja brasileira então era chamada a abrir mão de certas atribuições sociais e educativas que outras instituições poderiam assumir, para trabalhar com maior vitalidade junto à missão de denúncia da injustiça e de promoção da solidariedade, colaborando com a realização mais plena das aspirações dos homens.

Entre as mudanças pelas quais a sociedade brasileira estava passando, a grande difusão dos diversos meios de comunicação mereceu especial atenção da CNBB. O episcopado salientava que ao mesmo tempo em que estes meios sofreram um processo de sofisticação técnica e de concentração nas mãos de poucos com fortes riscos de condicionamento de informação e de manipulação da opinião pública no Brasil, as conseqüências do impacto sofrido pela família, cuja existência e convivência já se encontravam bastante ameaçadas pelas fortes tensões econômicas e sociais, foram bastante graves, diante da veiculação dos valores “modernos” - uma concepção de modo de vida, da sexualidade e do lucro veiculada facilmente pro programas e pela propaganda comercial. Para conter o avanço destas ideologias no seio das famílias brasileiras, era necessário que se promovessem ações fortes utilizando os mesmos meios.

Dentre as formas pretendidas para a ação diocesana, estava prescrita a utilização concreta e incisiva dos meios de comunicação. A igreja passaria a assumir os veículos como instrumentos a serviço de toda a pastoral, se comprometeria a promover estudos e cursos, encontros, seminários sobre a importância, influência e uso adequados dos meios, estimularia a organização dos setores regionais e diocesanos dos mesmos, assim como se propunha a estudar com as escolas católicas de comunicação a problemática da formação cristã dos comunicadores, buscando estabelecer uma pastoral permanente, em nível nacional, regional e diocesano, com os profissionais da comunicação moldados entre seus preceitos e estabelecendo ações junto a trabalhadores de cinema e teatro, além de estimularem a

colaboração destes profissionais católicos na radiodifusão leiga, porém com princípios cristãos.

O texto do *Segundo Plano de Ação Pastoral*, de 1979, trazia além da retomada de grande parte dos questionamentos do documento anterior, um texto inicial relacionado à expansão do capitalismo e o conseqüente consumismo, que acabava por levar a imensa crise de valores entre a modernidade e a tradição cristã. A igreja via tendências a uma retomada da valorização humana e do uso responsável da liberdade, contra a violência e a exploração do homem, apesar de assumir a influência dos poderes político e econômico por meio do sistema educacional e de determinadas “regras” sociais.

Todas estas reflexões acerca dos rumos da evangelização, da sociedade e da atuação da fé católica dentro dela eram permeadas pelas pensadas por alguns clérigos como Leonardo Boff formulando a Teologia da Libertação (BOFF, L. e BOFF, C., 1985) que, desde os anos 50 – período de renovação na igreja católica geral e brasileira, no tocante à aproximação junto às camadas populares e a grupos empenhados em mudanças sociais, no contexto de Guerra Fria, regimes autoritários e alinhamentos políticos a ideologias tanto de direita como liberais – propunha uma nova forma de fazer teologia, articulando fé e transformação social: a realidade social passaria a ser interpretada à luz dos ensinamentos de Deus, tendo o cristianismo um papel importante a exercer na dimensão sociopolítica.

A exploração econômica e a miséria social, toda a opressão exercida sobre os pobres, que acabava por condenar toda a América Latina à dependência, seriam encaradas como pecado, e a libertação dos povos que desses males sofriam deveriam ser libertados. Assim, a igreja católica passou a se envolver em questões como a luta em defesa dos direitos humanos e sociais, indo defronte ao regime ditatorial instalado em 64 no Brasil, que desrespeitava tais direitos. Alguns apontamentos sobre o método empregado – “o método da Teologia da Libertação... é o método dialético.” (BOFF, L. e BOFF, C., 1985, p. 22) - em sua prática evangelizadora fizeram com que determinados setores dentro da igreja e fora dela sentissem as teorias da teologia da libertação como paralelas à ideologia marxista simplesmente. Segundo Leonardo Boff, a Teologia da Libertação “não é teologia dentro do marxismo, mas marxismo (materialismo histórico) dentro da teologia”<sup>73</sup>.

Desde a publicação de *Inter Mirifica*, ocorreu a escolha de uma data anual para a adoção da comemoração do Dia Internacional das Comunicações, geralmente um dia entre os meses de abril e maio de cada ano, ficando a fixação da data relacionada aos demais feriados

---

<sup>73</sup> Leonardo Boff, em entrevista ao *Jornal do Brasil*, 06 de abril de 1980. In: BOFF, Leonardo; BOFF, Clodovis. *Teologia da Libertação no Debate Atual*. Vozes: Petrópolis, 1985, p. 15.

e comemorações católicas. A Igreja falaria aos povos do mundo neste dia por meio de um discurso papal, trazendo sempre exortações relacionando o uso dos meios de comunicação social e questões como a família, o progresso social, a juventude, direitos humanos, a verdade das mensagens veiculadas por eles, entre outras. Durante o período de 1978 a 1983<sup>74</sup>, o primeiro discurso, datado de 23 de abril de 78 foi de autoria do Papa Paulo VI, e tinha como foco principal a recepção dos produtos exibidos pelos meios de comunicação, as expectativas desta, os direitos e os deveres dos meios para com os receptores, o respectivamente os pontos relacionados aos receptores cristãos para com os veículos de comunicação aos quais teriam acesso.

O discurso de 1979, publicado em 23 de maio, já de autoria do novo Papa João Paulo II, teve como tema central a família, a infância e o desenvolvimento da criança na particularidade do lar, e no convívio social. O primeiro discurso papal para o dia das comunicações da nova década, anunciado em 01 de maio de 80, manteve o tema central como a família, e as formas de utilização das mensagens transmitidas pelos meios de comunicação. No ano de 1981, uma proclamação voltada a conteúdos ideológicos: em 10 de maio, João Paulo II tratou da liberdade responsável dos homens diante do uso dos veículos de comunicação social. Exatamente um ano depois, na mesma data, dentro das discussões sobre questões familiares em geral, o foco central foi o preconceito contra idosos sugerido por diversos programas e aceito por grande parte dos espectadores. Por fim, no dia 25 de abril de 1983, questionamentos sobre o “reto uso” dos meios de comunicação social na família, na comunidade e no ensino traziam força ao discurso do papa em favor da paz entre os homens do mundo.

Nesta época, o público espectador dos meios, invadido cotidianamente por toda a emissão de mensagens televisivas, radiofônicas, jornalísticas, entre outras, e diante do discurso da igreja, que alegava serem todas aquelas prejudiciais à boa conduta e moral cristã, manifestava-se, em organizações que não necessariamente tinham pano de fundo religioso, e apoiados por alguns setores políticos conservadores, para questionar o que lhe era emitido, o q acabava por ser absorvido por jovens, crianças e adultos, toda a mudança de costumes – sociais, morais ou ideológicos -, que se acreditava estarem invadindo sem controle os lares e as mentes de toda uma parcela da população<sup>75</sup>.

---

<sup>74</sup> Os discursos papais foram analisados de DARIVA (2003).

<sup>75</sup> Entre tais movimentos com fundamentação moral-religiosa, pode-se destacar o Movimento de Arregimentação Feminina da Confederação das Famílias Cristãs, criado em 1964, e o Grupo de Mulheres do Alto de Santana, organizado no subúrbio paulistano de mesmo nome nos anos de 1970. In: XAVIER, R. *Almanaque da TV. 50 anos de memória e informação*. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2000, p.147-8.

### III – “Um Dia sem TV” em favor do “bom senso”

No ano de 1978, o Brasil vivia dias menos tensos, com maior liberdade e organização política, caminhando para o fim dos anos de repressão ditatorial que cerceavam inúmeros direitos que ainda seriam discutidos uma década mais tarde. Neste período de “distensão lenta, gradual e segura” iniciada pelo governo Geisel, o panorama político e cultural brasileiro tinha um espaço maior para exposição de idéias e conceitos, e isto pôde ser acompanhado nos meios de comunicação impressos, com temas antes censurados aparecendo com grande ocorrência e tratados de forma mais aberta. Mesmo que o meio ainda estivesse sob censura, o ato de ver televisão era incentivado como nunca antes na história do país, e a influência do que era emitido pelas ondas eletromagnéticas era forte em todas as regiões brasileiras.

Em Assis, como em parte das cidades do interior do Brasil, não poderia ser diferente. Os canais de televisão levavam à cidade pequena os modos de vida dos grandes centros, a música, o comportamento, e a tecnologia começavam a ocupar o cotidiano dos telespectadores locais, fazendo com que, em certa medida, Assis permanecesse conectada ao resto do país, e conseqüentemente ao mundo em mudança. A igreja católica assisense, naquele ano, a exemplo de anos anteriores, tinha em seu calendário diversas datas em que promoveria discussões a respeito dos rumos do modelo cristão de família, e das influências que os grupos familiares e sociais sofriam pela profusão de modernidade e tecnologia, pela mudança de valores que movimentava o mundo todo. Um dos veículos que levava aos cidadãos tais influências, impressas direta ou indiretamente nos produtos que veiculava era, inegavelmente, a televisão. A Diocese assisense, por meio do Secretariado dos Meios de Comunicação Social, era responsável pela criação de medidas que levassem a mensagem católica às famílias da cidade, evangelizando e educando nos padrões indicados e aceitos pela Santa Sé. Tais ações eram feitas nas diversas ocasiões religiosas em que padres, freiras e leigos engajados tinham a oportunidade de falar aos fiéis sobre os temas julgados importantes para a boa conduta cristã – fé, valores familiares, igualdade, fraternidade, influências políticas e ideológicas levadas ao cotidiano daqueles pela vivência social e pelos meios de comunicação em geral. Um dos espaços para evangelização mais utilizados pela equipe do secretariado dos Meios de Comunicação Social eram os cedidos à Diocese pelos periódicos locais, como os jornais *Voz da Terra* e *Gazeta de Assis*.

Na *Coluna da Diocese*, além de citações bíblicas e pequenos sermões redigidos por padres, religiosas e membros do secretariado, havia recorrentes discussões em torno do conteúdo que era apresentado pela programação televisiva, comentários relacionando cenas, atores e emissoras ao “mundo real”, bem como das especificidades exibidas em cada novela, filme, propaganda e outros produtos produzidos pela televisão.

No mês de maio de 1978, por ocasião das comemorações do Dia Mundial das Comunicações segundo o calendário católico, a Diocese iniciou um trabalho de evangelização com ênfase educativa. Para tanto, publicou textos orientando a ação de membros de pastoral, catequistas, pais e professores na utilização dos meios de comunicação na educação em geral, e na educação religiosa. No dia 04 de maio, um texto de autoria da irmã Maria Hetzler, intitulado “Crianças se assemelham a formigas”, trazia uma analogia relacionando o comportamento de crianças frente aos pais e grupos sociais ao comportamento de formigas, que trabalhariam seguindo o comportamento umas das outras, seguindo as influências das líderes das comunidades. Apelava aos responsáveis pela educação direta e indireta das crianças para que atentassem para a influência que poderiam passar a filhos e alunos com seu comportamento.

No final do texto, um lembrete sobre a comemoração do Dia das Comunicações, aludindo a Jesus Cristo como o “modelo máximo de comunicador, por ter estabelecido a comunicação entre homem e criador”. Após uma breve explicação sobre o significado da comemoração para a diocese e para a igreja católica – o Dia das Comunicações naquele ano seria celebrado próximo à data em que se comemora na doutrina católica a ascensão de Jesus Cristo ao céu. A religiosa terminou seu texto fazendo um apelo para que

Não nos esqueçamos que muito depende de nós o nível dos programas e das apresentações dos meios de comunicação social. Não compactuemos pois com aquilo que pode prejudicar tanto a nós como às gerações futuras, sejamos conscientes e aprendamos a usar bem estes meios que tanto podem nos ajudar a crescer como podem ser uma arma.<sup>76</sup>

Em 05 de maio, a Coluna da Diocese publicava um artigo não assinado intitulado “Ano Cinquentenário da Diocese de Assis – Dia das Comunicações Sociais”, apresentando um breve histórico da criação da diocese assisense, sempre enaltecendo a pessoa do bispo e suas ações para que a cidade alcançasse prestígio diante da Arquidiocese de São Paulo e da CNBB. A

---

<sup>76</sup> *Voz da Terra*, 04 mai. 1978, p. 05.

segunda parte do artigo, dirigida a professores e educadores – fossem catequistas ou leigos, apresentava um esboço de plano de aula sobre o tema “comunicação social”, e poderia ser utilizado por professores dos antigos primeiro e segundo graus, desde que guardadas as diferenças de público e de realidade social de cada escola. O remetente e objetivo do artigo já eram anunciados logo de início: “Estimado professor: Estamos no mês das comunicações. Por isso, desta vez lhe oferecemos algumas pistas para uma aula sobre a comunicação do homem consigo mesmo e com Deus. Tentamos fomentar também o espírito crítico frente aos meios de comunicação social.”<sup>77</sup>.

O objetivo do plano de aula era levar aos educandos a possibilidade de estabelecer um relacionamento com a natureza, consigo mesmos, com o outro e com Deus, buscando despertar a consciência crítica sobre o que era veiculado para crianças e adolescentes pelos canais de televisão. A crítica do texto apontava para o tempo que se passava fazendo uso de meios de comunicação, conseqüentemente permanecendo sem diálogo e partilha social, como pregava a boa conduta cristã. A orientação era a de elucidar estas questões aos alunos e promover diálogos sobre o significado do outro, da vida e da família. Atentava ainda para questões relacionadas ao universo da propaganda, tanto de produtos específicos exibidos nos intervalos dos programas de rádio e televisão, como as propagandas indiretas, de felicidade e bem-estar que determinados comportamentos poderiam trazer, impressos nos produtos criados pelas emissoras, e sugeria discussões a respeito do tema. Propunha, também, que o professor poderia “analisar com os alunos diversos slogans de propaganda. Tentar analisar criticamente uma propaganda para tornar-se mais imune frente a ela. Analisar com espírito crítico determinada novela considerando seus pontos positivos e negativos. Analisar os diálogos de Jesus citados (Jo. 3, 1 – 15; 4, 5 -30; Lc. 19, 1 – 10).”<sup>78</sup>

As parábolas bíblicas citadas – do evangelho de João, a “Conversa de Jesus com Nicodemos” e “A Samaritana”, e do evangelho de Lucas, “Zaqueu recebe Jesus”, apontam diálogos de Jesus no período em que viajava fazendo pregações sobre o Reino de Deus com diferentes personagens, e em três situações distintas – Nicodemos, um fariseu (líder religioso), a samaritana, habitante de uma região que vivia conflitos com judeus, e Zaqueu, um rico coletor de impostos. Além de evangelizar pelas palavras de Cristo, com os diálogos fazendo referência aos preceitos ditados por Jesus relacionados aos ensinamentos da igreja que este teria a missão de formar, as citações serviriam para situar-se como exemplos de boa comunicação, e vinham ainda confirmar a idéia de Jesus como o exemplo de comunicador a ser seguido.

---

<sup>77</sup> *Voz da Terra*, 05 mai. 1978, p. 04.

<sup>78</sup> *Voz da Terra*, 05 mai. 1978, p. 04.

Em artigo assinado por Luis Maciel, sob o título “Assis e os Meios de Comunicação Social”, publicado em *Voz da Terra* no dia 06 de maio, foi apresentada uma análise da chegada dos meios de comunicação à cidade baseada na teoria da “aldeia global” de McLuhan (1974; 1977) – publicada em um livro no ano de 1969, que basicamente dizia que o progresso tecnológico e econômico mundial levaria todas as regiões do globo a interligarem-se, formando uma rede de transmissão de informações, interdependência e de luta pelo avanço da humanidade -, afirmando que Assis faria parte desta chamada aldeia, estando ligada ao mundo pelos canais de comunicação. Afirmava que o ganho mais importante dos meios de comunicação foi a “derrubada de tabus e preconceitos tribais, pela própria divulgação do que acontece além dos limites territoriais do município, o que torna o mundo uma aldeia global, ou seja, uma sociedade que superou seus limites tribais.”

Sub-tópicos do artigo trataram da agressividade e das contradições exibidas pelos programas de televisão, rádio e matérias de periódicos, dos problemas do sistema de ensino assisense. Declarava que Assis tinha destaque diante de outras cidades da região pelo fato de ter um campus de uma universidade pública, e apontava para a necessidade de um ensino voltado para o uso consciente dos meios de comunicação, levantando ainda a hipótese da instalação de um curso de comunicação na cidade – o que traria mais prestígio a cidade e à região, política e intelectualmente, pois aqui se formariam os profissionais da área para a região, interligando ainda mais o município ao restante do mundo. Sugeria ainda que a coordenação deste curso ficasse a cargo do PIME – sugestão esta que pressupõe o apoio do autor às atividades desenvolvidas pelo instituto na cidade.

Tratando ainda do sentido espiritual, Maciel colocou em evidência o choque ideológico e comportamental que se formava claramente entre os programas exibidos e o cotidiano dos espectadores. Fazendo referência à teoria de um outro autor, Guy Debord, que escreveu uma teoria baseada em escritos de Marx sobre a sociedade capitalista e o espetáculo oferecido pelo avanço tecnológico, que contribuiria para a alienação. A teoria apresentada por Debord (1967), trabalha o aumento da “falsificação do mundo” através da mídia e a mudança de categoria das experiências dos homens – antes vividas particularmente – para a vivência de espectador, involuntariamente passivo diante das imagens (Cf. PATRIOTA, 2007). Salientando a importância dos meios de comunicação para a humanidade, e a propósito da teoria da sociedade do espetáculo, Maciel afirmava:

Os meios de comunicação se estruturam em função da realidade que refletem, e as atividades jornalísticas que compreendem se baseiam num valor paradoxal: a Realidade (R). Sua filiação ao valor nobre da verdade, se fortifica pela compreensão dos processos de mentira, na denúncia semântica e jurídica dos ‘fatos’. Os meios de comunicação finalizam a solidão humana e suas conseqüências danosas para o espírito e o corpo (angústias, depressão, fobias). Mostrando a violência do dia-a-dia, revelam o amargo retrato do homem aplicando a prática do ódio inconsciente (...).

Assim, compreende-se porque os meios de comunicação tem tanta importância. Satisfazem tendências interiores e além disso, mostram o retrato humano, com suas deformações históricas monstruosas. O sensacionalismo, fruto da repressão sexual do patriarcado, é a prova invertida de que os homens procuram compreender, ainda que façam uma investigação alienatória, os fatores constitutivos da realidade.

Se por fora os meios de comunicação satisfazem os apetites de uma sociedade de espetáculos, por dentro têm eles a potencialidade de se aprofundarem nos fenômenos, descobrindo motivos históricos na revelação dos fatos, bem como os limites da determinação humana dos acontecimentos.<sup>79</sup>

Publicado no “Espaço Opinião” de *Voz da Terra* no dia 19 de setembro de 1978, um artigo assinado por J. Garcia sobre anúncios e propagandas de televisão, intitulado “O outro lado da propaganda”, fazia críticas ao modo como as “reclames” eram transmitidos, principalmente os relacionados ao hábito de fumar, sem atentar para a violência que o uso contínuo do cigarro pudesse trazer ao corpo humano. Brincou com o trocadilho “nicotina – guilhotina”, fazendo alusão específica à propaganda dos cigarros da marca *FREE*, que mostrava um homem saltando de grandes montanhas, saudável, vivendo momentos de liberdade e felicidade. Criticou ainda as propagandas em geral, referindo-se a elas como “enganação”; seriam mentiras em nome do lucro. Terminou seu texto aludindo às idéias propostas para a Campanha: “O importante não é desligar a TV. O que é importante é saber impo-se a tudo isso, como prova de que o telespectador não é nenhum boboca que engole tudo.”<sup>80</sup> Aqui fica demonstrado que nem todos os atores sociais assisenses partilhavam da mesma opinião que a Diocese sobre o modo como a recepção dos produtos por ela veiculados deveria ser visto pelos espectadores.

Até o mês de setembro, as citações aos meios de comunicação social e seus produtos no material publicado na Coluna foram pontuais e menos recorrentes. Ela passou a publicar materiais relacionados, em grande parte, à evangelização, sempre atentando para as questões que a igreja de Roma e a CNBB levantavam periodicamente sobre o tema das comunicações, porém sem grande profundidade. Na edição de *Voz da Terra* de 20 de setembro de 1978, uma

---

<sup>79</sup> *Voz da Terra*, 06 mai. 1978, p. 06.

<sup>80</sup> *Voz da Terra*, 19 set. 1978, p. 03.

manchete “‘Televisão transmite idéias fabricadas’, denuncia D. Padin”<sup>81</sup> precedia uma matéria sobre uma palestra do bispo da Diocese de Bauru que, proferida em Assis, entre outros assuntos, analisou os avanços da televisão no Brasil. Em meio a uma fala sobre política mundial e nacional, direitos humanos, educação e religião, o bispo declarou suas opiniões sobre o sistema televisivo brasileiro, o qual qualificou de “anti-humano” - no sentido de não primar pelos valores cristãos enquanto veículos de produtos de entretenimento, educação e informação -, e enalteceu, assim como já vinha sendo feita pela Diocese de Assis, a necessidade do povo iniciar uma educação crítica, recusando determinados programas e conteúdos inapropriados para certas faixas etárias e desnecessários para uma boa conduta cristã. Afirmou que a população deveria receber uma educação mais completa, para “imunizar-se do mal da televisão, que é um verdadeiro bombardeio permanente que as consciências recebem de idéias fabricadas”.

Na edição de 26 de setembro de 1978, o primeiro texto diretamente relacionado à Campanha “Um Dia Sem TV” foi publicada na Coluna da Diocese:

Comunicado: Está sendo promovida a campanha Um Dia sem TV – quem aderir a essa campanha não vai ligar a televisão no dia 06 de outubro p. f., além disso vai preencher uma ficha que poderá ser adquirida domingo, na missa; ou poderá ser procurada, desde já, no centro diocesano pastoral, nas secretarias das paróquias. Farse-á um sorteio, cabendo ao premiado um lindo pergaminho, vindo de Roma, com a fotografia do papa João Paulo I e a primeira benção para uma família de Assis.<sup>82</sup>

Para ter direito ao bem simbólico – o pergaminho -, a igreja de Assis impunha a participação na Campanha, determinando a obediência aos preceitos, praticando um ato que pode ser tomado como de violência simbólica. A consciência crítica pedida pela Igreja, premiada com uma relíquia de alta categoria - um prêmio cedido àquela família ou pessoa que mais se dedicasse à proposta, não ligasse a televisão e se rebelasse contra o formato e o conteúdo dos programas televisivos, era extremamente atraente aos olhos dos fiéis, tida como bem simbólico a ser conquistado.

Na edição seguinte, a Coluna trouxe um texto assinado por Irmã Maria intitulado “Você é o ser mais indefeso que existe”, que tratava da Semana da Família, dando ênfase ao processo de desenvolvimento das crianças – da dependência de crianças que pouca idade têm da atenção

---

<sup>81</sup> *Voz da Terra*, 20 set. 1978, p. 02 e 05.

<sup>82</sup> *Voz da Terra*, 26 set. 1978, p. 04.

e do bom senso de pais, professores e responsáveis. No final do texto, a autora aliava suas observações com a proposta da Campanha Um Dia sem TV:

Trata-se de uma abstenção coletiva da TV na primeira sexta feira do mês de outubro, semana da família. Não ligar a TV neste dia não teria sentido em si. O sentido somos nós que damos. Ficar sem TV um dia significa questionar-se um pouco sobre os programas que livremente entram em nosso lar muitas vezes, prostituindo-o. Abster-se do vídeo por um dia significa empregar em algo de diferente este tempo: qual a preferência? Uma visita, uma conversa com os filhos, uma leitura, oração em família, um brinquedo com as crianças, etc... significa ainda a possibilidade de propor algo de concreto para o futuro como seja uma seleção de programas mas uma análise crítica, um diálogo orientador com os filhos, etc. Todos os participantes concorrerão ao sorteio de um pergaminho contendo a primeira benção do Papa João Paulo I, para uma família de Assis.<sup>83</sup>

O discurso da autora do texto pressupõe a atribuição de um poder quase mágico à televisão. Analisando o teor do texto a partir dos preceitos de Certeau (1994), ao acusar o veículo de “entrar livremente” nos lares católicos assisenses, a argumentação da Campanha acabava por depreciar os receptores e sua liberdade de escolha dos programas que assistiriam e, conseqüentemente, a produção particular e coletiva cotidiana resultante deste consumo. A Diocese assumia essa posição radical diante da TV e dos efeitos que sua programação provocava na população local, justamente em um período em que era defendida por diversas correntes de pensamento pertencentes às ciências sociais, a habilidade de os espectadores escolherem a programação que assistiriam e em que momentos a assistiriam. Ademais, ficava evidenciado diante de estudos do consumo de bens midiáticos, que o receptor não assumia posições passivas, e produzia resultados com aquilo que lhe era emitido por programas de televisão, música, teatro, cinema – entre outros meios – fosse individual ou socialmente.

Já durante as comemorações da Semana da Família, a Coluna publicou texto informativo sobre o andamento da Campanha, declarando que a distribuição de 15 mil cédulas tinha ocorrido durante a semana anterior. Promoveu os mesmos informes publicados em edições anteriores, evidenciando o fato de que o pergaminho que premiaria uma família de Assis seria agora assinado pelo novo Papa, que ainda seria escolhido, devido à morte de João Paulo I. Ao final do convite à participação na Campanha, a equipe do Secretariado dos Meios de Comunicação Social diocesano atentava para o objetivo da iniciativa, que seria “fazer as famílias pararem um pouco e pensarem sobre os bons e maus efeitos que o uso da TV vem

---

<sup>83</sup> *Voz da Terra*, 27 set. 1978, p. 06.

produzindo em seu lar.”<sup>84</sup> Na véspera do dia escolhido para a Campanha, a Coluna publicou apenas uma chamada curta, atentando para “as inúmeras descobertas que, a partir daí, poderão ser feitas em relação aos meios de comunicação em sua vida.”<sup>85</sup>

Uma semana após a primeira edição de “Um Dia sem TV”, a Irmã Maria Heltzer assinou a publicação de um texto na Coluna com o título “Você saberia dizer o que ficou?”, onde indagava aos leitores sobre as atividades que teriam desenvolvido no período em que a telinha deixou de ser vista. E ofereceu aos leitores uma série de sugestões de como ver televisão de uma forma mais crítica e reflexiva, evitando que a recepção dos programas se torne “uma arma mortífera dentro de nosso lar.”<sup>86</sup>

Propunha ainda discussões sobre conteúdos dos programas, de acordo com seus temas, em família ou em círculos como escola, associações de bairro, reuniões religiosas entre outros. Em 28 de outubro, uma das manchetes de *Voz da Terra* era “João Paulo II manda benção para Assis”. Na matéria fazia-se referência mais uma vez da iniciativa de “Um Dia sem TV”, do sorteio do pergaminho e do início do pontificado do recém eleito papa. Foi publicado também uma parcial sobre o alcance que a Campanha teria tido na população:

Pelo elevado número de cédulas que nos chegaram as mãos e pelos elogiosos comentários, a campanha surtiu excelente resultado. Examinando os folhetos constata-se que foram milhares as horas que, não tendo sido empregadas diante do vídeo, foram proveitosamente dedicadas às mais variadas obras assistenciais e ao entrosamento de famílias e amigos.<sup>87</sup>

No dia 31 de outubro, a *Coluna* noticiou o nome da ganhadora do pergaminho, sorteado a Orlanda Santos, moradora da Vila Operária.

Ainda no ano de 1978, um artigo não assinado e intitulado “O Poder da Igreja Local” tratou da ação da igreja católica no Brasil e na diocese, evidenciando a força política do Bispado de Assis nas eleições locais, devido a uma restrição feita a candidatos que se declararam favoráveis a aprovação da lei que tornava o divórcio legal. Ao final do artigo, uma declaração bastante inusitada: “O Bispado de Assis realmente orienta, influi e até certo ponto dirige, grandes forças sociais em suas várias correntes, em Assis e na sua província

---

<sup>84</sup> *Voz da Terra*, 03 out. 1978, p. 03.

<sup>85</sup> *Voz da Terra*, 05 out. 1978, p. 05.

<sup>86</sup> *Voz da Terra*, 12 out. 1978, p. 04.

<sup>87</sup> *Voz da Terra*, 28 out. 1978, p. 06.

eclesiástica.”<sup>88</sup> Este texto vinha apontar um aspecto da realidade social assisense: o fato de a igreja católica local ter e exercer grande influência política e social no município, envolvendo-se de forma crítica em questões diversas, julgando de sua alçada inclusive tópicos próprios do campo cultural, manifesto por exemplo no desejo de obter o controle, de alguma maneira, de produções culturais como a teatral – quando a maior parte das manifestações teatrais exibidas na cidade eram pensadas e oferecidas pela igreja, ou por leigos católicos -, a cinematográfica – atuando na administração dos cinemas e controlando as exibições, mesmo no sentido daqueles que teriam acesso às produções em cartaz nas salas assisenses – e até mesmo a programação televisiva exibida na cidade.

No ano de 1979, os textos publicados pelo Secretariado dos Meios de Comunicação Social em *Voz da Terra* relacionados à temática da campanha surgiram a partir de setembro. Na edição do dia 22 daquele mês, a Coluna da Diocese publicou um enunciado sobre as comemorações católicas do mês da bíblia, e um texto crítico sobre a televisão, sob o título “Viagens, vício, dependência: a TV dá tudo isso ao seu filho”. Sem assinatura, o texto tratava de forma incisiva a influência que a televisão poderia ter sobre a mente de crianças em fase de aprendizado, atentando para questões como a perda precoce da inocência, a ocorrência de crimes cometidos por crianças ou contra elas que supostamente teriam recebido influência de programas televisivos violentos exibidos e vistos de maneira indiscriminada. O autor afirmava:

A TV deveria ser proibida para crianças, como o fumo e o álcool (...). Ela (a criança) olha, mas compreende? Inúmeros estudos demonstram que sem um diálogo, uma interação coloquial, não há aprendizado. Os melhores aprendizados se fazem através do jogo, de atividades diversas, de intercâmbios. Na televisão, seja qual for o programa – quanto mais infantil pior – suprime-se a comunicação verbal. Durante horas a criança vê, ouve, mas não fala. (...) o hábito da tela pequena provoca nas crianças uma espécie de confusão dos valores e do real: os heróis das séries tornam-se pontos de referência, a ficção passa do aparelho para a vida diária. (...) os estímulos eletrônicos, rápidos demais, teriam o efeito de desestruturar os sentidos.<sup>89</sup>

Alguns programas televisivos voltados para o público infantil produzidos no Brasil no período – como aqueles produzidos pela TV Cultura - ganhariam prêmios de crítica nacionais e internacionais, justamente pela preocupação educativa que apresentavam, e por estarem de acordo com os ideais pedagógicos propostos para as faixas que se propunham atingir. É

---

<sup>88</sup> *Voz da Terra*, 18 nov. 1978, p. 08.

<sup>89</sup> *Voz da Terra*, 22 set. 1979, p. 06.

próprio do mundo infantil que os heróis de programas diversos, desenhos, filmes, livros, histórias em quadrinhos entre outros tornem-se referência para o cotidiano da criança, assim como a postura de pais, professores e demais aspectos da realidade de cada grupo, influenciem o comportamento das crianças. O cuidado que se deve tomar é exatamente com o tipo de influência que estes recebem; não apenas a televisão, nem mesmo a totalidade dos programas televisivos infantis seriam responsáveis absolutos por possíveis mudanças no comportamento infantil. Mais uma vez, é atribuída pelos organizadores da Campanha uma magia nefasta à televisão como um todo.

Os trabalhos para a Semana da Família de 1979 se iniciaram já no mês de setembro, e a divulgação da segunda edição de “Um Dia Sem TV” encontrou o mesmo destaque nas páginas de *Voz da Terra*. Na edição do dia 27 de setembro, a publicação referente à Campanha na *Coluna da Diocese*, iniciada com um texto divulgando o propósito da iniciativa, elencava algumas questões que poderiam ser respondidas dentro das conversas familiares e comunitárias propostas para o dia sem ver televisão: “Que programas são mais assistidos? Quem assiste o que? A família vê novelas? São influenciados por elas?”<sup>90</sup>

No dia 29 de setembro, o título da publicação da Coluna para a Campanha era: “Dia de penitência para todo bom católico”<sup>91</sup>, e fazia críticas à programação televisiva, no tocante à pornografia, aos crimes, à propagação de valores não cristãos, apologia ao divórcio, ao amor livre, à desonestidade, ao elogio ao vício de drogas, à infidelidade, a omissão de pais com filhos, à banalização do sexo e da gravidez na adolescência, entre outros temas. No dia 03 de outubro, um trocadilho com o nome da Campanha – “Um dia sem te vê, querida!” -, iniciava um texto assinado por D. Antonio de Sousa enaltecendo o progresso da TV no campo da cultura. Qualificava-a como positiva e negativa, alegando que apesar de todo o progresso no acesso à informações, e de todo o potencial educacional – religioso ou leigo - que a televisão levava aos seus espectadores, a programação em geral parecia ter chegado “às profundezas da pornografia, do consumo e dos fins interesseiros do governo.” Salientava a idéia de que a campanha teria um alto valor educativo, buscando promover uma mudança de comportamento dos telespectadores, propondo análises sobre os usos da TV e seus efeitos. Terminava seu discurso sobre a Campanha com um apelo: “Minha gente, é hora de despertarmos de nossa acomodação e da posição muito tranqüila frente ao uso da TV.”<sup>92</sup> Novamente neste texto, é retomada a questão de um dia sem ligar o televisor ser uma data de penitência e prostração,

---

<sup>90</sup> *Voz da Terra*, 27 set. 1979, p.05.

<sup>91</sup> *Voz da Terra*, 29 set. 1979, p.04.

<sup>92</sup> *Voz da Terra*, 03 out. 1979, p. 05.

purificação dos “pecados” cometidos ou influenciados pela programação televisiva. A afirmação do bispo relacionada à programação televisiva vinha criticar, entre outros pontos, a postura do governo militar diante da televisão, censurando alguns programas, mas deixando aberta a exibição de outros em nome de interesses políticos e econômicos, em nome do projeto de identidade nacional pensado pelos militares para unificar o país.

Em 04 de outubro, *Voz da Terra* trouxe na Coluna da Diocese “Não Gostamos”. Um texto com dados sobre a televisão no Brasil, com críticas à programação e à influência que a TV traria a crianças e adolescentes. Criava ainda um paralelo entre a chamada “ditadura da TV” com a ditadura militar, comparando as táticas do regime militar à utilização dos “recursos extraordinários do som, cor, imagem, gesto, ritmo e movimento aliciadores de sentimentalidades do indivíduo e das massas informes – escravizadora maravilhosa do que temos de mais íntimo que é a nossa consciência pessoal.” Novamente o discurso proposto pelos organizadores de “Um Dia Sem TV” qualificaria o telespectador assisense como passivo diante das imposições da “ditadora” telinha.

Mais a frente no texto, publicou trechos da carta de uma mãe falando sobre cenas eróticas exibidas pela novela *Pai Herói* (Rede Globo, 20h00, entre 29 de janeiro a 18 de agosto de 1979) e da novela *Gaivotas* (Rede Tupi, 21h00, entre 21 de maio a 30 de outubro de 1979). Ao final da carta, a “mãe aflita” questionava: “será que os pais não têm direito de educar seus filhos na pureza e na castidade? Será que a TV escraviza seus donos?” Este trecho apresenta a televisão, tomada por esta leitora de *Voz da Terra* - e da Coluna - como tirana de consciências e transmissora de mensagens responsáveis pela corrupção do ser humano.

No dia 05 de outubro, a Coluna divulgou a Campanha por meio do texto “Um dia de férias para seu televisor”, enaltecendo a criação de um ambiente mais favorável para o espírito crítico e seletivo frente aos meios de comunicação, com orientação para aqueles que não conseguiram retirar a cédula nas paróquias e mesmo assim ainda quisessem participar da iniciativa e concorrer ao pergaminho, para que escrevessem um pequeno texto sobre o que teriam realizado no dia da Campanha, e entregassem em paróquias, na catedral ou no Centro Diocesano de Pastoral até o dia 14 de outubro. Terminava o texto prevendo o resultado futuro da iniciativa, comparando-o a “uma semente lançada em solo fecundo que, mais cedo ou mais tarde, produzirá seus frutos”.<sup>93</sup>

No ano de 1980, os trabalhos de evangelização e de conscientização quanto ao uso e à recepção da programação televisiva continuaram de forma genérica, porém apenas uma

---

<sup>93</sup> *Voz da Terra*, 05 out. 1979, p. 04.

edição da Coluna da Diocese publicada em *Voz da Terra* fazia referência à Campanha “Um Dia Sem TV”. Na edição de 03 de outubro, dia determinado para a ação da Campanha, a diocese convidaria os leitores a substituírem os momentos de televisão por ações mais construtivas com a família, buscando maior segurança e conteúdo.

A partir de 1981, as chamadas da Campanha em *Voz da Terra* foram quase nulas, permanecendo apenas as citações de repúdio à programação televisiva em geral juntamente com textos catequéticos, como forma de evangelização. Apenas no dia 05 de outubro, a Coluna da Diocese trouxe um texto crítico à TV, com alguns questionamentos aos leitores, relacionados à inexistência ou parca existência de diálogo familiar, ao aumento da violência cotidiana e a apologia de vícios, identificados em cenas de diversos programas televisivos. As questões eram incisivas: “A TV impede o diálogo? Promove desentendimentos? Programas impedem a participação em coisas importantes? Promove atitudes agressivas, desnecessárias, vícios?”<sup>94</sup> No dia 17 do mesmo mês, um artigo fora da Coluna, intitulado “Fé e Política: ‘Povo de Deus e participação política’”<sup>95</sup>, tratava sobre questões da política local, estadual e nacional, exemplificando maneiras possíveis de os eleitores agirem de acordo com os preceitos do método Ver - Julgar - Agir<sup>96</sup>, utilizado pela Igreja Católica para a evangelização e para a vivência comunitária. O método de catequização era aqui tomado como uma ferramenta para os católicos, no sentido de que serviria para que os fiéis analisassem o sentido real – ou pressuposto – dos acontecimentos do campo político e social, e em todas as esferas às quais pertenciam.

Dentro do *Boletim Diocesano*, um informativo mensal publicado pela igreja assisense, as notícias sobre a criação da campanha e o andamento das atividades também foi visto de forma constante. Artigos sobre os meios de comunicação e seus efeitos na vida cotidiana de católicos do mundo todo eram recorrentes, e orientações de trabalho para padres, religiosas e leigos eram constantes. Além de dar parâmetros e subsídios para discussões em sermões e reuniões diversas, o *Boletim* trazia textos e documentos da igreja de Roma e da CNBB, que davam respaldo às ações católicas empreendidas na diocese.

Na edição do *Boletim* do mês de maio de 1978, foram publicados os resultados de uma reunião geral do clero diocesano, ocasião em que surgiu o embrião da Campanha “Um Dia Sem TV”, num debate sobre o relacionamento entre a igreja católica e os meios de comunicação

---

<sup>94</sup> *Voz da Terra*, 05 out. 1981, p. 04.

<sup>95</sup> *Voz da Terra*, 17 out. 1981, p. 02.

<sup>96</sup> Sobre o método Ver – Julgar – Agir e sua utilização durante o século XX, ver BORAN, 1977.

social. “Discutiu-se o que a igreja pode oferecer aos meios de comunicação e o que estes podem oferecer à igreja.”<sup>97</sup>

Entre os meses de junho e agosto, os trabalhos do Secretariado dos Meios de Comunicação Social da diocese junto aos meios de comunicação da cidade foi intenso, devido às comemorações do ano do cinquentenário da criação da diocese. A Rádio Difusora de Assis cedeu um horário semanal à igreja católica, para a realização de um programa sobre os movimentos jovens católicos, aos sábados. A partir de setembro, como ocorrido em *A Voz da Terra*, os informes e as diretrizes de ação relacionados à “Um Dia Sem TV” passaram a ser publicados pelo *Boletim*. Detalhes da preparação da Campanha, como nomes de responsáveis por setores leigos da igreja incumbidos da divulgação da mesma, e a divulgação de datas de reuniões preparatórias para a ação da campanha eram transmitidos aos leitores do informativo. No *Boletim Diocesano* de outubro, a notícia sobre a eleição do novo papa, juntamente com a entrega do pergaminho com uma bênção papal considerada um “prêmio ao bom senso” a uma família da cidade dava fôlego para a continuidade da Campanha. O sucesso de “Um Dia Sem TV” foi comemorado:

(...) levou-se a efeito, com grande aceitação das pessoas a campanha Um Dia sem TV, um convite sério à reflexão sobre a influência que exercem os meios de comunicação social, notadamente a TV, no seio da família. Fez-se a proposta para que as famílias ficassem o dia 06/10 sem assistir TV, com espírito de sacrifício, dedicando mais tempo ao diálogo em casa e a visitas da comunidade.<sup>98</sup>

No texto, o apelo inicial para a Campanha ficava patente no fato de os consumidores se absterem da televisão por um dia como um ato de penitência; o sacrifício de apenas um período em nome do “bom senso”; uma espécie de fuga da rotina diária, que após o prazo determinado, poderia sem maiores problemas voltar a funcionar como antes. Tal argumentação poderia trazer dubiedade de interpretações a respeito da iniciativa católica, além de prejuízos para o andamento e para o intuito primeiro da iniciativa, que seria a criação contínua do senso crítico nos consumidores de TV.

No *Boletim Diocesano*, os informes relacionados à Campanha vinham sempre acompanhados de imagens de famílias felizes e unidas. No editorial do *Boletim Diocesano* referente ao mês de setembro de 1979, assinado por D. Antonio de Sousa, referências à reunião

---

<sup>97</sup> *Boletim Diocesano*, mai. 1978, p.12 – 13.

<sup>98</sup> *Boletim Diocesano*, out. 1978, p. 07.

ocorrida na cidade de Itaiaci no mês de maio, quando tratou-se da elaboração do programa de atividades para a Semana da Família daquele ano, apresentam sintonia com textos de Puebla que pregavam ações “por uma família participante e libertadora”.<sup>99</sup> Na página 10 da mesma edição, foi publicada junto com o texto de promoção da Campanha a cédula que seria entregue aos participantes de “Um Dia Sem TV”:

---

**Para maior unidade da família,  
um dia sem TV**

Você que não ligou a TV no dia 6 de  
outubro, o que fez no lugar?

\* Dialogou mais com os filhos? .....

\* Dispôs de mais tempo para os seus? .....

\* Visitou outra família? .....

\* Rezou em família? .....

\* Visitou algum doente? .....

\* Passeou com a família? .....

\* Dedicou-se a uma boa leitura? .....

\* .....

**Observação:** Favor devolver este folheto  
devidamente preenchido até o dia 07 de outubro  
(domingo) na sua Paróquia, no Centro Diocesano  
de Pastoral (Stª Maria) ou a quem lhe entregou.  
Assim, você estará concorrendo ao sorteio de um  
lindo pergaminho contendo uma bênção especial do  
Papa João Paulo II, a primeira dada por ele, a uma  
família (pessoa) de Assis.

---

Imagem 1: Cédula da campanha Um Dia sem TV 1979

A cédula, que tinha cabeçalho chamando a atenção para um dos objetivos principais da iniciativa – a unidade familiar - trazia perguntas simples, apenas com um espaço para que as famílias assinalassem aquelas atividades que teriam feito em lugar de ver televisão.

Em *Boletim Diocesano* referente a dezembro de 1980, a página 16 continha um texto que traçava o histórico dos três anos de campanha, enaltecendo a progressão geográfica que a iniciativa alcançou, tendo sido iniciada apenas nas paróquias da cidade de Assis, e posteriormente propagada para as cidades vizinhas pertencentes à zona eclesiástica administrada por D. Antonio de Sousa, por meio de sermões e palestras sobre a Campanha e

---

<sup>99</sup> *Boletim Diocesano*, set. 1979, p. 02.

sobre a televisão em geral, pela divulgação das atividades de “Um Dia Sem TV” nas emissoras de rádio, e pelo próprio *Boletim*. Os resultados da Campanha poderiam ser medidos justamente a partir do aumento da participação popular. Ao final do texto, foi publicada a foto do casal contemplado naquele ano, moradores do bairro e paróquia Santa Cecília, em Assis.

No *Boletim Diocesano* de dezembro de 1981, foi publicada matéria de convidando os leitores para participarem de “Um Dia Sem TV”, além da cédula com perguntas relacionadas à forma de uso do tempo livre longe da telinha, que tinha o mesmo formato desde 1979.

No *Boletim Diocesano* de janeiro de 1982, uma grande matéria retratava todo o impacto que causou na imprensa a notícia da realização de “Um Dia sem TV”. Toda a repercussão nos meios de comunicação de circulação nacional foi analisada como publicidade para a causa diocesana, vindo de encontro com as comemorações pelo sucesso da mesma. O texto, sem assinatura, afirmava que aqueles que não aderiram à Campanha foram aqueles que se utilizavam dos meios de comunicação social para fins “inescrupulosos”. O texto terminaria com votos de que a publicidade lançada sobre “Um Dia sem TV” fizesse o sucesso da próxima edição da Campanha.

Em dezembro de 1982, a chamada para a adesão ao desligar a TV ficou apenas por conta do trabalho pastoral e da publicação em *Boletim Diocesano*. Um texto explicativo sobre a história da Campanha, sua repercussão e seus objetivos, as orientações aos grupos paroquiais além do modelo da cédula, modificada para este ano, estavam impressos no informativo pastoral diocesano.

**PARA MAIOR COMUNHÃO EM FAMÍLIA, UM DIA SEM TV.**

**1 – O que você e sua família fizeram neste dia sem TV? O que contribuiu para seu crescimento?**  
.....

**2 – Quais os valores que você encontra na TV?**  
.....

**3 – Quais os contra-valores da TV?**  
.....

**4 – Você acha que a Campanha de “Um Dia Sem TV” atingiu os seus objetivos? Por que?**  
.....

**Observação: Favor devolver este folheto devidamente preenchido até o dia 02/01/83; no Centro de Pastoral, ou a quem lhe entregou. Assim, você estará concorrendo ao sorteio de um lindo pergaminho contendo uma bênção especial do Papa João Paulo II**

**NOME** .....

**ENDEREÇO:** .....

---

Imagem 2: Cédula para campanha Um Dia sem TV, publicada em *Boletim Diocesano* de dezembro de 1982.

Diferentemente da cédula utilizada em anos anteriores, o questionário proposto para o ano de 1982 trazia perguntas a serem respondidas com as palavras dos participantes, e media não apenas a adesão à Campanha, mas a profundidade do entendimento da proposta por parte dos católicos aderentes. Questionando os telespectadores a respeito dos “valores” e “contra-valores” expressos pela TV, a igreja assisense passava à tentativa de medir por meio das fichas o grau de absorção de seu trabalho educativo/evangelizador relacionado aos meios de comunicação social.

Quando da realização da Campanha naquele ano, a proporção tomada pela iniciativa já era grande, e a proposta vinda da Diocese de desligar a TV em Assis tornava-se notícia na região e na capital paulista. Revistas confeccionais, e alguns periódicos de circulação nacional, como a revista *Veja* e o jornal *Folha de S. Paulo* publicaram matérias sobre “Um Dia Sem TV” em suas páginas. Entre os dias 17 e 30 de dezembro, a *Folha de S. Paulo* publicou oito matérias sobre o acontecimento assisense, trazendo questionamentos sobre as razões da iniciativa, buscando posicionamentos de outros profissionais, como sociólogos, para contribuir com o debate sobre a televisão e sua programação iniciado pela Diocese assisense. As matérias trouxeram entrevista com Paulo Guazelli, então pároco da Catedral de Assis, e um dos incentivadores da Campanha.

Na entrevista, Guazelli explicou todo o intuito da Campanha e as razões que levaram a igreja a tomar tal iniciativa. O padre em seu discurso teceu ácidas críticas ao sistema de

televisão brasileiro, a autores, produtores, atores, a questões como o consumismo propagado nos diversos programas e nas propagandas, a mudança e inversão de valores pessoais e familiares, afirmando que a programação de televisão no Brasil, “e, em especial a da Rede Globo, limita a capacidade de raciocínio das pessoas e prejudica a formação das crianças”. Guazelli afirmou ainda que “a Campanha já chegou ao campo e as pessoas estão dizendo que vão desligar a televisão para mostrar a força da igreja”. Não afirmou ser a iniciativa nenhuma demonstração de força política, e sim uma ação que provocaria o surgimento do senso crítico na população em geral. No mesmo dia, o jornal entrevistou o sociólogo Agenor José Figueiredo, que se declarou contrário à iniciativa de desligar a TV por apenas um dia, alegando que o questionamento estaria sendo feito de forma rasa. Afirmou: “a televisão brasileira é assim porque a sociedade está acompanhando e consumindo.”<sup>100</sup>. Defendeu que o questionamento deveria ser feito a todos os fatores de insatisfação, e não apenas sobre a TV e muito menos em um único dia.

A reportagem da *Folha de S. Paulo* publicou no dia 18, a notícia de que cidades da Diocese de Presidente Prudente estariam aderindo à Campanha, e que algumas lojas de eletrodomésticos teriam assumido o compromisso de não ligar seus aparelhos à venda no dia escolhido pela igreja assisense para a ação. O jornal paulistano buscou ainda contato com o presidente do Conselho de Pastores Evangélicos de Assis, Carlos Roberto Barbosa, que declarava apoio à “Um Dia sem TV”, alegando terem as igrejas evangélicas da cidade formulado debates semelhantes durante o ano todo, e terem colocado “a televisão no banco dos réus”.<sup>101</sup> Ainda no mesmo dia, na coluna do periódico dedicada à televisão, uma nota entre chamadas da programação televisiva do dia reportava-se aos acontecimentos em Assis:

E o padre de Assis continua dando o que falar: depois da ‘Palavra de Mulher’, ‘90 Minutos’, continua a sua matéria sobre o dia sem TV (que aliás, é hoje). Para os que não vão aderir à greve, o programa oferece uma saborosa cobertura da final do campeonato paulista de sinuca, além da reprise da reportagem sobre o ‘black sampa’, a moçada negra do Chic Show.<sup>102</sup>

Na edição da *Folha* de 19 de dezembro, na Coluna Opinião, expressão editorial de *Folha de S. Paulo*, foi publicado um texto crítico sobre a ação assisense de desligar-se da telinha por

---

<sup>100</sup> *Folha de S. Paulo*, 17 dez. 1981, *Interior* – “Em Assis, ‘Um dia sem TV’ provoca polêmica” -p. 30.

<sup>101</sup> *Folha de S. Paulo*, 18 dez. 1981, *Interior* – “Mais cidades participam de Um Dia sem TV” -p. 28.

<sup>102</sup> *Folha de S. Paulo*, 18 dez. 1981, *Ilustrada* -p. 42.

um dia. O posicionamento do jornal diante da questão ficaria claro no sentido de que julgava importante o contato e a crítica aos meios de comunicação social; porém a forma como essa crítica estava sendo promovida pela Diocese de Assis seria diferente das pensadas pelos editores da *Folha*, que declaravam que a iniciativa da Campanha valeria “certamente mais por seu significado do que pela eficácia”. Em contraponto às opiniões do pároco da Catedral, do bispo e do presidente da Associação dos Pastores Evangélicos de Assis, e valendo-se de uma associação feita por Paulo Guazelli comparando a luta simbólica contra a televisão ao combate bíblico entre Davi e Goliás, foi apresentada uma fala do presidente da ABERT – Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão, Paulo Machado de Carvalho, declarando que a campanha não poderia ser levada a sério, porque “(...) as programações das emissoras podem ter defeitos e qualidades (...) mas de qualquer forma são avaliadas pelo órgão público competente, que é a censura federal.”<sup>103</sup> A editoria do jornal declarou seu posicionamento diante da Campanha, declarando que “o controle dos meios, seja por parte do Estado ou de qualquer outro grupo que tente impor ao conjunto da população seus próprios valores, é tão ou mais pernicioso que a falta de qualquer norma”. Aqui a postura do presidente da ABERT, falando como porta-voz das emissoras de televisão, aponta aquele que seria o responsável direto exibição da programação como vinha sendo feita – e tanto incomodava setores sociais como a Diocese de Assis: ao final de toda produção, o aval dos órgãos de censura do regime militar era o único órgão efetivo que poderia estabelecer o controle pedido pela igreja assisense. Caberia então a cada espectador optar por consumir ou não aqueles pontos da programação que eram “liberados” pelos órgãos censores para veiculação.

Ainda no dia 19, outra reportagem trazia mais informações sobre a ocorrência de “Um Dia sem TV” em Assis. Comentários do padre Paulo Guazelli e de D. Antonio de Sousa relacionadas a estatísticas prévias sobre a adesão do público – o padre noticiaria a participação das cidades de Monte Alto, pertencente à Diocese de Jaboticabal e Presidente Prudente, sede de Diocese, na Campanha, e revelaria ainda sua estratégia para conhecer o sucesso e a receptividade da iniciativa: teria realizado uma série de telefonemas ao acaso na cidade, e questionado sobre “Um Dia sem TV”; o resultado destas ligações seria uma “proporção de um para um”, número que para a Diocese teria o significado de “êxito total”. Guazelli ainda promoveu questionamentos sobre a possível alienação dos espectadores diante das mensagens diretas e indiretas que os programas das diversas emissoras levavam as famílias todos os dias, ao desvirtuamento de valores provocado pelos modismos lançados pelo ato de ver televisão sem

---

<sup>103</sup> *Folha de S. Paulo*, 19 dez. 1981, *Opinião*-p. 02.

uma postura crítica e cristã foram elencadas no texto, assim como críticas específicas a determinados programas, como o Programa Silvio Santos, que ia ao ar aos domingos, alegando que “de pão amanhecido e circo alienante o povo já está farto”<sup>104</sup>. Situa ainda a Campanha como parte de um projeto maior, que tinha por proposta a formação de “uma consciência crítica, individual e coletiva, na população”. A reportagem termina com a notícia de um debate, programado entre o padre Guazelli e o bispo assisense e o diretor de produção da Rede Bandeirantes de Televisão, Walter Clark Bueno, a ser realizado na sede da emissora no dia 22 de dezembro, com a participação do jornalista Alberto Dines, e transmitido também para a cidade do Rio de Janeiro.

No caderno *Ilustrada* do dia 22 de dezembro de 1981, mais um texto crítico à *Um Dia sem TV* foi publicado em meio a um artigo maior sobre a reação dos telespectadores frente aos programas de TV. A crítica mais violenta à igreja de Assis, e à fala do padre Paulo Guazelli pautava-se na questão da hegemonia da igreja católica no campo cultural durante séculos: “O padre Guazelli diz que o objetivo da campanha é ‘criar consciência crítica, individual e coletiva na população.’ A opção pelos pobres, feita pela igreja, não teria necessariamente que passar por uma proposta de política cultural?”<sup>105</sup>

A crítica vinha questionar a atuação da Igreja Católica na área cultural, com relação ao entretenimento que a instituição poderia promover para seus fieis, especialmente os pertencentes às camadas com menos capital cultural e menos recursos financeiros. No caso da Diocese de Assis, que era em certa medida envolvida com a programação cultural da cidade, faltavam opções atraentes o suficiente para rebater o sucesso da televisão entre os habitantes locais. Atingiria, ainda que indiretamente, o desenvolvimento das políticas governamentais para a cultura nacional.

Uma semana mais tarde, na seção *Opinião*, na coluna *A Palavra do Leitor*, o professor *Ciro Marcondes Filho*, dos programas de pós-graduação das Escolas de Comunicação e Artes da PUC e da USP escreveu um texto sob o título “A propósito de *Um Dia sem TV*”<sup>106</sup>, relacionando todo o debate publicado nas edições anteriores de *Folha* sobre a campanha de Assis, e todas as manifestações buscadas pela equipe de reportagem do jornal. O professor apontou que a atitude de desligar a TV para refletir, e passar a senti-la com espírito mais crítico pode ser válida, como um ato de pioneirismo que buscaria tratar não apenas os meios de

---

<sup>104</sup> *Folha de S. Paulo*, 15 dez. 1981 – Interior, p. 15.

<sup>105</sup> *Folha de S. Paulo*, 22 dez. 1981, *Ilustrada* – Reação do telespectador inicia nova fase na TV: O protesto de Assis, entre pão e circo - p. 34.

<sup>106</sup> *Folha de S. Paulo*, 28 dez. 1981, *Opinião* – p. 03.

comunicação, mas a sociedade com maior seriedade. Alegava que haveria de se desenvolver iniciativas como esta para que se pudesse chegar “ao questionamento das funções prejudiciais da TV em nossas vidas. A proposta de ‘Um Dia sem TV’ é uma proposta para ser levada adiante em muitos outros níveis”. Após uma reflexão acerca das proposições utilizadas na Campanha de Assis, o professor terminou a carta com uma pergunta formulada para reflexão: “Por que não se desligar a TV e se sair ao encontro da sociabilidade perdida?”.

No dia 30 de dezembro, na seção Interior, foi publicada ainda uma última matéria<sup>107</sup>, fazendo o contraponto entre todas as primeiras e a carta recebida do professor Ciro Marcondes, com uma réplica do padre Guazelli, que alegava ter sido inteiramente compreendido e ter ficado satisfeito com o retorno vindo do professor, da comunidade assisense, e de cidadãos residentes em cidades fora da zona eclesial coordenada por Assis manifestando apoio e apresentando sua participação na iniciativa.

A edição 694 da revista *Veja*, datada de 23 de dezembro de 1981, publicou uma pequena reportagem sobre “Um Dia sem TV” em Assis. Tendo a equipe de reportagem conversado com diversos fiéis, favoráveis ou não a Campanha, publicou alguns relatos destes sobre como ocorreram as atividades no dia escolhido para que os aparelhos permanecessem desligados na cidade, e as opiniões foram divergentes. Alguns simplesmente não realizaram nada de diferente, outros apenas não cumpriram a orientação da igreja, por solidão e por falta de outro entretenimento, alguns outros aproveitaram para dialogar, como orientavam os padres e o bispo, enquanto outras famílias “não viram nada de diferente” durante o período longe da telinha. Uma das moradoras da cidade entrevistadas alegou inclusive que, sem a televisão ligada em sua casa, acabaram por ocorrer discussões e aborrecimentos entre os membros da família. Tais relatos são importantes para dar dimensão real do efeito que a “pregação” católica contra a televisão tinha sobre a população. De qualquer forma, as pessoas eram influenciadas pelo ato de desligar a televisão: fosse para cumprir a proposta diocesana, fosse por motivos pessoais, aqueles que desligaram a TV ou a mantiveram ligada, naquele dia tiveram tal atividade em evidência. Ao final da matéria, o bispo diocesano foi questionado, e fez sua declaração apelando à importância da iniciativa, defendendo o “bom senso” necessário diante da programação televisiva. Ao final, *Veja* publicou uma foto de D. Antonio de Sousa com o pergaminho, que seria sorteado entre as famílias participantes no início do mês de janeiro de 1982.

---

<sup>107</sup> *Folha de S. Paulo*, 30 dez. 1981, *Interior* – “Assis avalia Um Dia sem TV” – p. 21.

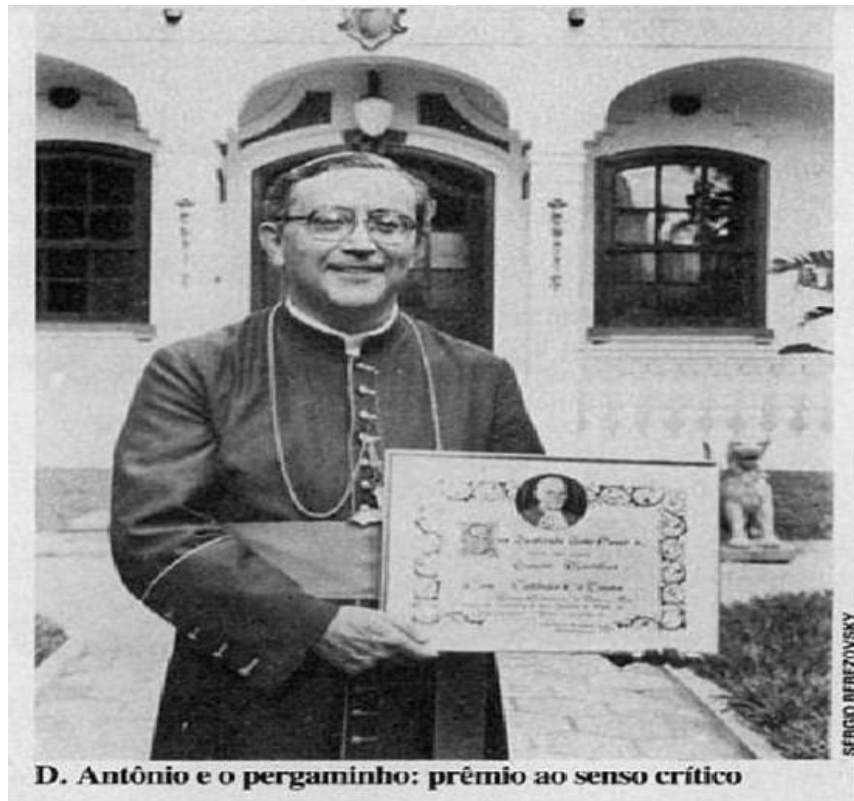


Imagem 3: Foto tirada para a Revista *Veja*, ed. 694, de 23 de dezembro de 1981.

Novamente em *Veja*, agora na edição 698, de janeiro de 1982, “Um Dia sem TV” era destacado em um veículo da imprensa de circulação nacional. Em sua coluna, Millôr Fernandes declarou apoio à iniciativa do padre Guazzelli:

Em nome da cultura, da educação, da própria salvação nacional tão ameaçada pelo primarismo agressivo – e extremamente eficiente – da televisão, o padre Guazzelli está sugerindo a hipótese altamente saudável de se fazer, por semana, um dia sem televisão. Daqui, desde já, apoio a iniciativa do padre Guazzelli, mas pergunto, por achá-la insuficiente: ‘porque não televisão apenas um dia por semana?’<sup>108</sup>

Entre as fontes que auxiliaram na medição da extensão e sucesso da Campanha, encontram-se algumas cartas de apoio à iniciativa, endereçadas ora ao bispo, ora ao padre Guazzelli, ou ainda ao Centro Diocesano de Pastoral, dariam maior dimensão da proporção do

---

<sup>108</sup> Coluna do Millôr. Revista *Veja*, ed. 698, 20 de janeiro de 1982, p. 14.

sucesso alcançado pela iniciativa pelas dioceses do estado. Uma carta escrita em 15 de dezembro de 1981 por F. Nepomuceno, de Peruíbe, endereçada ao bispo D. Antonio, manifestava apoio à Campanha e relatava suas impressões pessoais sobre o mundo moderno:

Sem dúvida a televisão tem prestado um desserviço à humanidade, quando sua vocação é notória no sentido de educá-la. Os povos em geral se empolgam com a propaganda que exhibe luxo, desperdício e coisas fáceis, além do vício, dos maus costumes e da violência. O mundo livre é, paradoxalmente, o imensamente escravo de todos esses males, porque a liberdade é usada para intensificação da defesa dos mais fortes (materialmente).

Espiritualmente, a humanidade se arrasta em pobreza extrema, operando nos limites do caos, confundindo facilidade com felicidade. Os dirigentes dos povos fecham os olhos a tudo isso, seja porque temem a reação daqueles que investem no vício e na violência, seja por simples questão de coerência.

(...)

A essa altura não preciso dizer-lhe que, há alguns anos, aboli do meu lar, por completo, a televisão. (...). Não sou católico e isso não me impede de admirar a sua nobre missão educativa e a sua fé cristã.

O autor da carta de apoio mostrava conhecimento sobre o que chamou de “vocação” da televisão: a educação dos povos. É fato que o sentido educacional que a programação televisiva pode tomar é notório, mas não se trata de um meio somente educador por princípio; a televisão é educativa, informativa, e de entretenimento. F. Nepomuceno ainda tratou de questões relacionadas à liberdade e a “escravidão” do consumo provocado por inúmeros aspectos da programação televisiva. Com tais argumentos, o autor tocou em pontos relevantes da reflexão sobre os meios de comunicação, e o que era veiculado por eles nas consciências daqueles que os consumiam.

Outra carta, escrita em 19 de dezembro de 1981 e endereçada ao padre Paulo Guazelli por Rubens Colonezi, de São Paulo, capital, trazia votos de felicitações pela iniciativa da Campanha, e uma gama de críticas à programação televisiva como um todo. Fez referências a questões como a vida familiar, a mudança comportamental da mulher dentro da família e na sociedade, e ao posicionamento do apresentador Ney Gonçalves Dias – o apresentador declarou-se contrário à Campanha em seu programa de televisão, alegando que “Um Dia sem TV”, como proposta pela Diocese, não traria resultados efetivos para a construção do senso crítico nos telespectadores, e fazendo críticas ásperas ao clero diocesano. O senhor Rubens Colonezi declarou sua opinião pessoal sobre a televisão:

Eu aprecio poucos programas de TV. A maioria dos programas são de péssima qualidade, bem como seus apresentadores. A TV só apresenta coisas péssimas e medíocres. Na sua maioria enlatados que nada tem a ver com o sistema de vida do povo brasileiro. (...) A TV está acabando com a família e com as amizades. Não se conversa mais sobre nós mesmos e tampouco sobre nosso próximo, no intuito de ajudá-lo. Só se discute novela, artista, noticiários, futebol e outras coisitas mais.

O discurso do remetente vai de encontro com a argumentação da Diocese sobre a televisão utilizada para a elaboração e divulgação da Campanha. Situou a TV como uma vilã destruidora de lares e do convívio social e, tal como a igreja assisense, classificou os telespectadores como portadores de certa “invalidez” diante dos programas assistidos, alegando que todos os assuntos de interesse daqueles estariam relacionados à telinha.

Em um texto não assinado encontrado entre a documentação do Centro Diocesano Pastoral, uma relação de vários artigos que foram publicados em diversas revistas confessionais durante o ano de 1982 tratando do tema televisão e da Campanha – direta ou indiretamente – foi elencada, buscando evidenciar a importância do tema, que estaria sendo discutido em várias localidades. A publicação destas matérias pode ser vista como reflexo da repercussão nacional que o movimento assisense ganhou no cenário da imprensa. A edição número 32 da revista *O Recado*, de abril, trouxe um artigo intitulado “Cruzada anti-alienação” onde, entre assuntos de ordem filosófica, tratava do histórico da campanha; na revista *Vida Pastoral* número 105, referente a julho e agosto, um artigo de autoria de Paulo Guazelli sobre a campanha e seus resultados; a revista *Rainha*, de Porto Alegre, número 712, de agosto, publicou uma entrevista de Olavo Cesca com Paulo Guazelli sobre a “cruzada” contra os malefícios vindos pelas ondas televisivas.

No dia 20 de novembro de 1982, uma reunião realizada no Seminário São José lançou as bases da ação para a edição de Um Dia sem TV daquele ano. Na ocasião foram discutidas novas estratégias para orientar a população para a vivência do dia, e para o cotidiano, com o objetivo de não condenar a televisão simplesmente, mas de apontar saídas críticas e cristãs para o bom uso da programação que chegava à cidade, promovendo análises de programas e propagandas, levantando questões junto à população em missas, encontros pastorais, de catequese e nos bairros, distribuindo as cédulas e resgatando-as logo após a data escolhida – 20 de dezembro.

Um ofício foi enviado às emissoras de rádio locais no dia 10 de dezembro em nome do Secretariado dos Meios de Comunicação Social, e assinado pela irmã Elizabéte Martins, solicitando espaços na programação das mesmas para a divulgação da campanha naquele ano,

e esclarecendo mais uma vez os objetivos educativos da ação. Apesar da falta de documento comprovando o retorno positivo por parte das rádios Difusora e Cultura, é possível concluir que o espaço foi cedido, devido a um documento onde a equipe designada para os trabalhos de divulgação da campanha criaram diálogos e chamadas para serem lidas pelos locutores daqueles veículos de comunicação locais, contendo questionamentos rápidos sobre a programação televisiva e seus efeitos na vida particular e comunitária dos cidadãos assisenses e o intuito da campanha em si – a criação de um senso crítico paralelo a retomada dos valores morais cristãos abandonados em nome da modernidade.

No dia 12 de dezembro, foi proferida uma palestra sobre o tema televisão e a Campanha “Um Dia sem TV” no salão de atos do Centro Diocesano Pastoral, pelo padre José Carlos D’Angelo, que fazia parte da comissão organizadora da ação para aquele ano.

As cartas de apoio à Campanha continuaram chegando ao conhecimento da equipe diocesana, de diversas cidades do estado. De São Paulo capital, endereçada ao bispo, José da Costa escreveu uma carta inflamada criticando a programação televisiva brasileira, no tocante à pornografia em filmes e programas diversos, comparando-os com a programação da TV norte-americana. Mostrou-se preocupado ainda com os rumos da democracia brasileira ainda em gestação:

Apoio essa campanha de limpeza do lixo que cobre os programas de TV no Brasil, sobretudo nos canais 4, 5 e 7, de propriedade de Roberto Marinho, Sílvio Santos e Paulo Machado de Carvalho, condescendentes com a corrupção da sociedade brasileira.

(...)

Como melhorar nossa abertura democrática com tevês e revistas pornográficas conspurcando nossa infância e nossa juventude?

Se a CNBB não imitar o que somente a diocese de Assis está fazendo para moralizar a sociedade, estamos roubados e liquidados como nação democrática e, assim, adeus opção pelos pobres e direitos humanos.

O escritor da manifestação de apoio à “Um Dia sem TV” fez críticas particulares aos proprietários das três emissoras de maior sucesso no sistema televisivo brasileiro da época, julgando-os corruptos e responsáveis pelas mudanças comportamentais vistas entre determinados grupos sociais. Questionou o posicionamento das emissoras diante do processo de Abertura Política, fazendo ainda referência aos próprios órgãos públicos que estariam ligados ao campo midiático. Sua última crítica foi direcionada a Igreja Católica nacional,

representada pela CNBB, com sua opção pelos pobres e defesa dos direitos humanos, vistos pelo remetente como ameaçadas pelo sucesso da televisão no país.

Escrita no dia 06 de dezembro por Manoel Lamas de Carvalho, de Campinas, mais uma fala em apoio à Campanha, desta vez vinda de um grupo de oração:

Somos um grupo ainda em formação, composto de pessoas de família, desgostosos com o silêncio ou pior ainda, com a permissão da censura federal, autorizando toda espécie de permissividade, degradando o visual de nossas cidades e dos meios de comunicação, outrora tão apreciado, pelo sentido promocional. Desejosos portanto de nos firmarmos num grupo devidamente constituído, tentaremos junto às autoridades constituídas a repressão aos abusos atentatórios à dignidade da família.

Nesta carta, o porta-voz de um grupo de oração refletiu sobre a questão da censura federal aos meios de comunicação, declarando o apoio dele e daqueles por quem assinou à prática censora, acreditando que somente com a manutenção de tais procedimentos a população estaria protegida da “vilã” televisão. Mais uma vez, os indivíduos eram tomados como inocentes e indefesos, sem consciência plena do que consumiam pelos meios de comunicação social.

Postada no dia 14 de dezembro, e endereçada ao Centro Diocesano Pastoral, a carta de José Benedicto Chiaradia trazia mais uma manifestação de apoio para a diocese de Assis:

Nesta imensa urbs, em que a imoralidade campeia acintosamente, pretendendo aniquilar a moral e a religião, conforta-me a notícia de que no Brasil ainda se tenta erguer trincheira nessa luta contra as hostes do mal. Oxalá somem-se a essa outras trincheiras por um Brasil cristão!

Aqui, o “Brasil cristão” era posto em guerra contra os efeitos da programação televisiva nacional. A crítica baseava-se na possibilidade de “aniquilação” da moral religiosa por meio da TV, quando na realidade não existiam projetos de “destruição” massiva de valores nos roteiros de programação televisiva.

Em 22 de dezembro de 1982, uma carta de Agostinho Medeiros Machado, da cidade de Amparo/SP, endereçada a D. Antonio, parabenizava-o pela iniciativa de promover a campanha Um Dia sem TV, manifestava-se favorável a ela e desejava pleno êxito para as

atividades daquele ano, declarando que “(...) somente através de gestos inteligentes como o vosso, é que teremos uma sociedade melhor adaptada em nosso meio, que ora sente-se confusa conseqüente à época”.

Todas as cartas de fiéis católicos e não católicos manifestando apoio à iniciativa de “Um Dia sem TV” surpreendem pelo conteúdo – afirmações e acusações à televisão bem próximas daquelas feitas pela organização da Campanha em Assis -, e pela veemência manifesta por aqueles que remetiam as cartas à Diocese em qualificar a televisão como meio que veicularia o “mal” para dentro dos lares e das mentes daqueles que a consumiriam. Tal consonância poderia significar que não apenas a igreja católica e alguns de seus fiéis mais engajados seriam contrários à expansão e a diversidade da programação televisiva. Uma parte da população, que consumia a TV em menor escala, ou simplesmente não a consumiam, por acreditarem que desta forma estariam mantendo males terríveis longe de suas vidas, acreditava que a Campanha deveria tornar-se permanente, no objetivo de conter os avanços temáticos – que trariam novos valores e novas práticas sociais ao conhecimento dos receptores. Este público favorável à iniciativa promovida pela igreja católica e, conseqüentemente favorável ao rígido controle dos meios de comunicação por parte de um órgão governamental, em nome da moral e dos bons costumes, acabava também por reafirmar o discurso diocesano que declarava a impotência dos receptores diante dos produtos da TV.

Para aquele que seria o último ano de atividade de Um Dia sem TV, a Diocese prepararia suas ações pautadas em reuniões onde seriam analisadas a trajetória da Campanha em seu conteúdo educativo e evangelizador, levando-se em conta desta vez discussões sobre problemas sociais que afligiam os cidadãos assisenses, como o desemprego. O alinhamento destes debates teria o objetivo de dar novo fôlego à Campanha, agora não somente uma manifestação de repúdio à programação da telinha, mas também atentando para temas áridos em proposta de discussão e debate para o dia da ação e para momentos posteriores. Artigos trabalhando os dois temas conjuntamente foram publicados no *Boletim Diocesano* ao longo de 1983, assinados por D. Antonio, pelo Secretariado dos Meios de Comunicação Social, e por leigos engajados nos trabalhos da campanha. Nestes textos, ora objetivamente críticos à política e à sociedade brasileira, ora dando maior ênfase à televisão, eram discutidas a forma como o desemprego era transmitido por programas televisivos de diferentes formatos, os problemas sociais causados e agravados pelo crescente desemprego no país.

Durante o mês de novembro, ofícios foram enviados a rádio Difusora pedindo liberação de horários na programação da emissora para a transmissão de debates sobre os

temas elencados para discussão naquele ano, assim como às entidades sociais Lions Clube e Rotary Clube de Assis, pedindo manifestações de apoio às ações propostas para o Dia sem TV edição 1983. A rádio Difusora cedeu uma hora de seu espaço no dia 03 de dezembro para que a equipe do Secretariado fizesse um programa divulgando suas ações, e de posse das respostas favoráveis das entidades sociais, a Diocese lançou uma carta às paróquias dando diretrizes de trabalho particulares para as comissões pastorais até a chegada da data escolhida.

Após as atividades do ano de 1983, a Campanha “Um Dia sem TV” subitamente não foi mais divulgada em nenhum dos órgãos de imprensa local ou nacional e deixou de ser aplicada. A partir deste súbito término da Campanha, os telespectadores assisenses voltaram à situação dos anos anteriores a 1978, tomando seus próprios critérios para a escolha e o consumo dos programas televisivos, de acordo com suas preferências pessoais ou de grupo – familiares ou comunitários. Os efeitos da prática de desligar a televisão um dia por ano não foram especificamente medidos, e o tão almejado senso crítico que a Diocese esperava suscitar nos telespectadores assisenses ficou incógnito, reservado à recepção que cada um faria dos produtos da TV dali por diante.

## Conclusão

A trajetória histórica da Campanha “Um Dia sem TV”, ao longo dos seis anos em que foi posta em prática, foi o resultado de uma conjunção de fatores confluentes das relações entre os campos social, político, comunicacional e religioso. Os campos da tecnologia e da comunicação, muito discutidos por “Um Dia sem TV” e pela sociedade, sempre foram e até hoje figuram como espaços estratégicos utilizados por diversas instâncias do campo religioso, que busca formas de mediar seu discurso e sua doutrina para os fiéis. Suas tradições, suas liturgias e seus dogmas são de certo modo revistos, modificados, adaptados à realidade da sociedade tecnológica (FIEGENBAUM, 2006).

O campo social assisense, delimitado pela ação dos grupos em interação no município, mantinha as negociações relativas à avanços técnicos diversos, trabalhando de acordo com os interesses particulares de cada grupo, e trazendo com isso benefícios que iriam desde os relacionados a saneamento básico, até a instalação de equipamentos tecnológicos em várias áreas. O peculiar do estudo destas interações em Assis situa-se na freqüente “junção de esforços” para alcançar diversos objetivos. Os agentes deixavam de lado, em nome de conquistas que seriam importantes para o município, suas opiniões políticas, sociais e culturais para organizarem-se mais eficazmente em busca de colocar a cidade em um patamar de desenvolvimento social, econômico e político que a fizesse ser percebida, conhecida e ouvida no cenário regional e nacional.

A atuação de agentes políticos para as negociações que buscavam colocar Assis entre as cidades equipadas com tecnologias diversas e, conseqüentemente, em uma posição de destaque frente a outras cidades do interior era quase que ininterrupta. A criação do posto da Estrada de Ferro em Assis, sinônimo de poder político e financeiro, que trazia o progresso para a região, a construção da Santa Casa de Misericórdia, a instalação da Sede da Comarca, a instalação da rede de energia elétrica e da estação de tratamento de água – ainda que não atendessem toda a cidade e causassem grandes contrastes entre os bairros centrais e periféricos -, além da própria escolha da cidade para Diocese, foram conseguidos por meio de diversas manobras políticas. O mesmo ocorreu com o início do avanço dos meios de comunicação social na cidade. Os periódicos e as rádios instaladas em Assis, ainda que pertencessem a grupos particulares, atendiam a grande maioria da população.

A expansão das emissoras de TV para o interior do país, por meio da instalação de repetidoras e pela concessão de espaço eletromagnético para afiliadas das redes das capitais

trouxe as imagens dos programas de televisão, veículo de massa líder de popularidade nas localidades onde se havia instalado, para a cidade de Assis. Os programas televisivos tornaram-se, muitas vezes, a exemplo do ocorrido nos grandes centros e nas cidades do interior, a única fonte de lazer de uma grande camada da população. Os fenômenos de audiência, e a efervescência cultural que causavam determinados programas no cotidiano da população tornaram-se empecilhos para a popularidade da prática religiosa. O conteúdo dos programas muitas vezes afetava os preceitos católicos, fazendo com que a população se inserisse cada vez mais no mundo apresentado pela TV – moderno e populoso, com preceitos morais, ideais de consumo e filosofias as mais diversas. Novelas, filmes, os produtos – roupas, alimentos, música entre outros - “vendidos” aos telespectadores todos os dias permeavam o imaginário dos receptores televisivos.

O campo religioso – católico – local esteve, desde o surgimento da Diocese ligado institucionalmente a setores políticos e às camadas com maior poder econômico da população, e atuava com força determinante nos debates sobre questões diversas do cotidiano do município. A opinião e a orientação da Igreja Católica era consultada e seguida por aqueles a quem atendia, visando manter-se no jogo do poder como instituição atuante na vida cotidiana assisense, e regional. Para tanto, foi visto que a igreja católica mantinha o controle de grande parte das manifestações culturais da cidade, e estava presente nos meios de comunicação social, com os espaços cedidos em *Voz da Terra* e *Gazeta de Assis*, utilizados para evangelização geral e para divulgação de ações como a Campanha, além dos espaços nas emissoras de rádio – fosse para a transmissão semanal de missas e orações diversas, ou como posteriormente, com horários para a realização de debates e pregações. Estes espaços abertos à igreja católica também eram cedidos para algumas igrejas evangélicas, nas mesmas proporções - em a *Voz da Terra*, a Coluna da Diocese chegou a ser impressa exatamente ao lado da Coluna dedicada à evangelização protestante.

Buscando seguir orientações de instâncias maiores da igreja católica - da Santa Sé, do Episcopado Latino Americano e da CNBB, a Diocese de Assis apropriou-se do discurso e criou releituras particulares a partir daqueles documentos, que resultaram na representação da realidade impressa na iniciativa de “Um Dia sem TV”. Uma Campanha com inspiração educativa e evangelizadora, promovida pela Diocese tentando modificar a forma como os espectadores assisenses utilizavam os conceitos e as informações que lhes eram passados pelos programas de televisão.

O que era produzido pelos consumidores da cidade, como resultante do processo de recepção televisiva, a utilização das informações, dos preceitos, e o significado que os telespectadores davam às mensagens recebidas era criticado pela Diocese, e o intento da Campanha era justamente o de modificar este “fazer com”. Por vezes nos textos relacionados à “Um Dia sem TV”, os telespectadores, em sua maioria também fiéis à doutrina católica, eram tomados por passivos, indefesos, e a justificativa para a adesão anual à Campanha passava por questões de apelo familiar – quando relacionados à programas infantis, ou mesmo a produtos que pudessem trazer alguma influência para a juventude local, e que trouxessem qualquer espécie de desconforto ao cotidiano familiar -, e atentava para a possível supressão dos valores cristãos tradicionais em nome da modernidade impressa na atitude e no modo de vida de personagens e grupos sociais apresentados nos produtos televisivos. A Diocese utilizou-se ainda, para angariar adesões de fiéis para a Campanha, de uma estratégia que se baseava na justificativa penitencial, tratando o ato de desligar a TV como forma de sacrifício pessoal e familiar, para expiar os pecados cometidos e permitidos pela audiência aos programas de televisão.

A sugestão de mudanças na prática social cotidiana, de certa forma imposta pela Igreja Católica local aos seus fiéis, além do tom utilizado para “convencer” os católicos a desligarem a televisão – visto muitas vezes como ameaçador, acusatório, tomando a televisão como vilã máxima da deturpação de valores e da mudança de padrões sociais, familiares, financeiros e até mesmo religiosos que marcava o final dos anos 1970 e o início da década de 1980 no Brasil e no mundo – como um ato de violência simbólica, que deveria ser obedecido por aqueles que, na posição de espectadores leigos em religião e nos conhecimentos relacionados às teorias da recepção televisiva, que naquela época já surgiam manifestando a não passividade dos receptores, deveriam aceitar a imposição da instituição que zelava pelo “bem estar” dos corpos e das mentes de seus seguidores. A Campanha ainda pode ser analisada ainda como uma ação social que representaria a luta simbólica entre os campos religioso e comunicacional, revelando a tensão pela imposição de valores e práticas junto aos atores sociais, sendo estes católicos ou não.

Como resultado final desta análise, concluímos que a Campanha chegou à sua última edição sem muito sucesso, e não conseguiu manter-se nos debates locais, regionais e nacionais a respeito dos meios de comunicação, seus produtos, seu consumo e os efeitos deste para a vida social dos espectadores, justamente porque a televisão, criada nos grandes centros, com um alcance impressionante – devido à tecnologia crescente empregada na criação e na

emissão das programações para todo o território nacional -, entre as mais diversas camadas da população, estava fora da área de influência da igreja assisense. Não havia a possibilidade de a Diocese manter-se atuante sobre um meio de comunicação de popularidade vasta, que no caso de Assis alimentava as “salas de TV” da população com programas produzidos fora da cidade, que consistiam em fonte de entretenimento, conhecimento e informação primordial para a maior parte dos telespectadores locais.

A influência da igreja de Assis – uma paróquia do interior do país que, mesmo pertencendo a um dos Estados brasileiros mais desenvolvidos e de onde surgia grande parte dos programas vistos em todo o país -, estando fora do eixo Rio - São Paulo era determinada, para efeito imediato – e para fora do feixe de relações pertinentes ao campo religioso -, pelos limites de sua zona eclesiástica. “Um Dia sem TV” figura ainda, por fim, como o reflexo das opiniões que uma parte não só da sociedade assisense (como pôde ser visto pelas cartas de apoio vindas de diversas cidades do estado) - regida por ideais religiosos e pelo interesse de manter-se como instituição influente diante da sociedade – tinha sobre a televisão, sua expansão e sua influência entre os telespectadores de uma cidade do interior, onde as esferas de poder eram bem definidas e os pólos de influência eram mantidos, cada qual com sua importância e atribuições delimitadas em torno de seu eixo político e social.

## Referências Bibliográficas

AZEVEDO, Dermi. “Desafios estratégicos da igreja católica.” *LUANOVA*, Nº 60 — 2003, p. 57- 79. In: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n60/a04n60.pdf>>

AZEVEDO, Dermi. “A Igreja Católica e seu papel político no Brasil.” *ESTUDOS AVANÇADOS*, 18 (52), 2004 p. 109-120.

In: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v18n52/a09v1852.pdf>>

AZEVEDO, José Wagner Cabral de. *Padre Donizetti de Tambaú*. 5ª edição. Aparecida/SP: Santuário, 2001.

BARACHO, Maria Luiza Gonçalves. “TELEVISÃO BRASILEIRA: UMA (RE)VISÃO.” *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*. Abril / Maio/ Junho de 2007 Vol. 4 Ano IV nº 2. In: <[www.revistafenix.pro.br](http://www.revistafenix.pro.br)>

BARROS, Carlos Juliano; LOPES, Laura. “A Boca do Lixo ainda respira.” 2004. In: <<http://www.reporterbrasil.com.br/exibe.php?id=41>>

BELLOTTI, Karina Kosicki. “Mídia, Religião e História Cultural.” *Revista de Estudos da Religião* Nº 4 / 2004 / pp. 96-115.

In: <[http://www.pucsp.br/rever/rv4\\_2004/p\\_bellotti.pdf](http://www.pucsp.br/rever/rv4_2004/p_bellotti.pdf)>

BOFF, Leonardo; BOFF, Clodovis. *Teologia da Libertação no debate atual*. Petrópolis: Vozes, 1985.

BORAN, Jorge. *O senso crítico e o método Ver – Julgar – Agir para pequenos grupos de base*. São Paulo, Edições Loyola, 1977. 9ª edição.

BORELLI, Silvia Helena Simões. “TELENOVELAS BRASILEIRAS - Balanços e Perspectivas.” *SÃO PAULO EM PERSPECTIVA*, 15(3) 2001.

In: <[www.scielo.br/pdf/spp/v15n3/a05v15n3.pdf](http://www.scielo.br/pdf/spp/v15n3/a05v15n3.pdf)>

BORGES, Nilson. “A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares.” IN: FERREIRA, Jorge e NEVES DELGADO, Lucilia de Almeida (orgs). *O Brasil republicano. O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

\_\_\_\_\_. “O riso dos bispos.” In: *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Trad. Mariza Corrêa. Campinas: Papirus, 1996. (p. 189-203).

\_\_\_\_\_. *As regras da arte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

\_\_\_\_\_. *Sobre a televisão* seguido de *A influência do jornalismo e Os jogos Olímpicos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. *Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

BUCCI, Eugênio (org). *A TV aos 50. Criticando a televisão brasileira em seu cinquentenário*. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

\_\_\_\_\_. "O mau gosto e o desgosto". Copyright Folha de S. Paulo, 5/5/02  
<<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/asp080520029.htm>>

BRITTOS, Valério Cruz. "As Organizações Globo e a reordenação das comunicações." *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*. Vol. XXIII, nº 1, janeiro/junho de 2000.  
In: <<http://revcom.portcom.intercom.org.br/index.php/rbcc/article/viewFile/794/577>>

BURITY, Joanildo A. "Religião, política e cultura." *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 20, n. 2. A. p. 83-113. In: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v20n2/05.pdf>>

BUSETTO, Áureo. "Em busca da caixa mágica: o Estado Novo e a televisão." *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, nº 54, 2007. p. 177-196.

\_\_\_\_\_. "TV DIGITAL RIMA COM DIREITO SOCIAL, MAS NÃO NA TELEVISÃO BRASILEIRA: TEMA PARA O ENSINO DE HISTÓRIA DO BRASIL CONTEMPORÂNEO". *Revista Núcleos de Ensino – UNESP*. Pró Reitoria de Graduação. PINHO, Sheila Zambello de; SAGLIETTI, José Roberto Corrêa (orgs). @ Cultura Acadêmica Editora, 2008. p. 812 – 826.  
In: <<http://www.unesp.br/prograd/PDFNE2006/artigos/capitulo6/tvdigital.pdf>>

CAMARGO, Candido Procópio Ferreira de. *Católicos, Protestantes, Espíritas*. Petrópolis. Editora Vozes, 1972.

CARVALHO, Elisabeth; KEHL, Maria Rita; RIBEIRO, Santuza Naves. *Anos 70: Televisão*. Rio de Janeiro, Europa Emp. Gráfica e Editora LTDA, 1979/80.

\_\_\_\_\_. "Telejornalismo: a década do jornal da tranquilidade. In: CARVALHO, Elisabeth; KEHL, Maria Rita; RIBEIRO, Santuza Naves. *Anos 70: Televisão*. Rio de Janeiro, Europa Emp. Gráfica e Editora LTDA, 1979/80.

CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano*. 1. artes de fazer. Trad. De Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. *A história cultural - entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

COIMBRA, Thyago Rodrigues. *REGULAÇÃO DO ESPECTRO DE RADIOFREQUÊNCIAS – UMA ANÁLISE TÉCNICA DO MODELO BRASILEIRO*. Dissertação de mestrado em Engenharia. UNB, 2006.

COSTA, Mannuela Ramos da. “Hegemonia e ambivalência: o aparecimento das vozes de minoria no discurso hegemônico da Rede Globo.” *UNIrevista* - Vol. 1, nº 3: julho 2006. In: <[http://www.unirevista.unisinos.br/pdf/UNIrev\\_Costa.PDF](http://www.unirevista.unisinos.br/pdf/UNIrev_Costa.PDF)>

COUTO, Ronaldo Costa. *História Indiscreta da ditadura e da abertura – Brasil: 1964 – 1985*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

D’ANGELO, José Carlos; MANOEL, Ivan A. *Diocese de Assis: notas históricas e pastorais*. Assis, 1990.

DANTAS, Arruda. *Memória do patrimônio do Assis (História)*. São Paulo: Editora Pannatz, 1978.

DARIVA, Noemi (org) *Comunicação Social na Igreja – documentos fundamentais – Inter Mirifica 40 anos: 1963 – 2003*. São Paulo: Paulinas, 2003.

DEBORB, GUY. *A sociedade do espetáculo. Comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1988.

DUTRA, Sandro de Cássio. *Teatro Amador em Assis (1971 – 1980)*. Marília, SP: Gráfica Nascimento, 2004.

FERREIRA, Jorge e NEVES DELGADO, Lucilia de Almeida (orgs). *O Brasil republicano. O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

\_\_\_\_\_. “Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão.” In: FERREIRA, Jorge e NEVES DELGADO, Lucilia de Almeida (orgs). *O Brasil republicano. O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_. *Além do golpe. Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FIEGENBAUM, Ricardo Zimmermann. “Midiatização do campo religioso: tensões e peculiaridades de uma relação de campos.” *UNIrevista* - Vol. 1, nº 3 : (julho 2006). In: <[http://www.unirevista.unisinos.br/pdf/UNIrev\\_Fiegenbaum.PDF](http://www.unirevista.unisinos.br/pdf/UNIrev_Fiegenbaum.PDF)>

FUNDAÇÃO ASSISENSE DE CULTURA. Dona Pimpa 100 anos. In: <<http://www.umdoistres.com.br/artigos/setembro2009/pimpa.htm>>

GINZBURG, Carlo. *Mitos emblemas, sinais: morfologia e história*. Tradução Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HAMBURGER, Esther. “Diluindo Fronteiras: A televisão e as novelas no cotidiano.” In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org). *História da vida privada no Brasil*. Vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 439-487.

\_\_\_\_\_. *O Brasil antenado: a sociedade da novela*. RJ: Jorge Zahar Editores, 2005.

\_\_\_\_\_. “Política e Novela.” In: BUCCI, Eugênio. (org). *A TV aos 50. criticando a televisão brasileira no seu cinquentenário*. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

JEANNENEY, Jean-Noël. *Uma história da comunicação social*. Lisboa: Terramar, 1996.

\_\_\_\_\_. “A mídia.” In: REMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

KEHL, Maria Rita. *Um país no ar: História da TV brasileira em três canais*. São Paulo/Rio de Janeiro: Brasiliense/FUNARTE, 1986.

\_\_\_\_\_. “Um só povo, uma só cabeça, uma só nação.” In: CARVALHO, Elisabeth; KEHL, Maria Rita; RIBEIRO, Santuza Naves. *Anos 70: Televisão*. Rio de Janeiro, Europa Emp. Gráfica e Editora LTDA, 1979/80.

\_\_\_\_\_. “As novelas, novelinhas, novelões”. In: CARVALHO, E.; Kehl, M.R. e RIBEIRO, S.N. *Anos 70: televisão*. Rio de Janeiro, Emp. Gráfica e Editora LTDA, 1979/80.

KNEIPP, Valquíria A Passos. “A primeira emissora de TV do interior da América Latina”. In: <<http://www.almanaquedacomunicacao.com.br/artigos/1203.html>>

KURTH, Estela. “Uma análise da história escrita das redes de televisão no Brasil: contribuições e limites.” <[www.redealcar.jornalismo.ufsc.br/cd3/audiovisual/estelakurth.doc](http://www.redealcar.jornalismo.ufsc.br/cd3/audiovisual/estelakurth.doc)>

LUCA, Tânia Regina de; MARTINS, Ana Luiza. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

MCLUHAN, Marshall. *Os meios de comunicação como extensões dos homens*. Tradução Décio Pignatari. 4ª edição São Paulo: Cultrix, 1974.

\_\_\_\_\_. *A galáxia de Gutenberg*. Tradução Leônidas Gontijo de Carvalho e Anísio Teixeira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2ª edição, 1977.

MARÇOLLA, Rosângela; OLIVEIRA, Roberto Reis de. “A mídia no contexto do desenvolvimento regional: a TV Tem.” In: <<http://www.bocc.uff.br/pag/marcolla-rosangela-oliveira-roberto-midia-desenvolvimento-regional.pdf>>

MARTINO, Luís Mauro Sá. *Mídia e poder simbólico. Um ensaio sobre comunicação e campo religioso*. São Paulo: Paulus, 2003.

MATTOS, Sérgio. *História da televisão brasileira: Uma visão econômica, social e política*. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

MONTERO, Paula. “Religião, Pluralismo e Esfera Pública no Brasil.” *NOVOS ESTUDOS*, 74, março de 2006, p. 47-65.

In: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n74/29639.pdf>>

NASCIMENTO, Rodrigo Modesto. A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EM ASSIS - SP: AS DISPUTAS DIVERSAS EM CENA (1984 - 1989). UNESP – FCLAs – Revista eletrônica do CEDAP, v. 5, n.2, p. 204-221- dez. 2009.

<[http://www.assis.unesp.br/cedap/patrimonio\\_e\\_memoria/patrimonio\\_e\\_memoria\\_v5.2/artigos/preservacao\\_patrimonio.pdf](http://www.assis.unesp.br/cedap/patrimonio_e_memoria/patrimonio_e_memoria_v5.2/artigos/preservacao_patrimonio.pdf)>

NOVAES, Adauto (org). *Rede Imaginária: televisão e democracia*. SP: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, 1991.

NUSDEO LOPES, Vera de Oliveira. “A lei da selva.” In: BUCCI, Eugênio (org). *A TV aos 50. Criticando a televisão brasileira em seu cinqüentenário*. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira – Cultura brasileira e indústria cultural*. 3ª edição. SP: Editora Brasiliense, 1991.

PAIVA, Claudio Cardoso de. *As aparições do deus Dionísio na idade média. Telenovela e ficção seriada no Brasil do século XX*. Paraíba: Universidade Federal da Paraíba, 1999.

<[www.bocc.ubi.pt/pag/cardoso-claudio-dionisio-idade-midia.pdf](http://www.bocc.ubi.pt/pag/cardoso-claudio-dionisio-idade-midia.pdf)>

\_\_\_\_\_. “Hollywood com filtro no país da abertura. Uma leitura da telenovela ‘Dancing Days’”. In: *As aparições do deus Dionísio na idade média. Telenovela e ficção seriada no Brasil do século XX*. Paraíba: Universidade Federal da Paraíba, 1999.

<<http://bocc.unisinos.br/pag/cardoso-claudio-hollywood-dancing-days.pdf>>

\_\_\_\_\_. “A parte do diabo na ficção de Gilberto Braga: um estudo de mídia e moralidades pós-modernas.” Paraíba, 2004. <[www.bocc.ubi.pt/pag/paiva-claudio-ficcao-gilberto-braga.pdf](http://www.bocc.ubi.pt/pag/paiva-claudio-ficcao-gilberto-braga.pdf)>

PATRIOTA, Karla Regina Macena Pereira. “Sociedade do Espetáculo, Mídia e Religião: Relação social mediatizada por imagens.” *Anais do XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Santos – 29 de agosto a 2 de setembro de 2007*. In:

<<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R0592-3.pdf>>

PIERANTI, Octavio Penna e MARTINS, Paulo Emílio Matos. “Políticas públicas para as comunicações no Brasil: adequação tecnológica e liberdade de expressão.” *Rev. Adm. Pública* [online]. 2008, vol.42, n.2, pp. 303-325.

In: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v42n2/05.pdf>>

PIERLI, Francesco. “APOSTOLADO SOCIAL: Acenos para uma praxe de transformação social.” In:

<[http://www.comboni.org/administrator/allegati/contenuti/101955/199/02\\_Apostolado\\_social\\_II\\_FC\\_PT.doc](http://www.comboni.org/administrator/allegati/contenuti/101955/199/02_Apostolado_social_II_FC_PT.doc)>

PROJETO MEMÓRIA GLOBO. *Jornal Nacional: a notícia faz história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

\_\_\_\_\_. *Jornal Nacional*.  
<<http://memoriaglobo.globo.com/Memoriaglobo/0,27723,GYN0-5273-239077,00.html>>

\_\_\_\_\_. *Fantástico*. In:  
<<http://memoriaglobo.globo.com/Memoriaglobo/0,27723,GYN0-5273-247251,00.html>>

PUNTEL, Joana Teresinha. *Cultura Midiática e Igreja – Uma nova ambiência*. São Paulo: Paulinas, 2005.

RAUS, Maria Ângela. “Minisséries históricas: as produções e os produtores.” *Anais do XVIII Encontro Regional de História – O historiador e seu tempo*. ANPUH/SP – UNESP/Assis, 24 a 28 de julho de 2006. Cd-rom.

REIS Jr., Antonio. “O percurso da televisão e do telejornalismo nos anos 70.” In:  
<<http://www.mnemocine.com.br/aruanda/tvtelejornalismo70s.htm> Publicado em ago/03.>

REMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

RIBEIRO, Santuza Naves. “A televisão e o poder autoritário.” In: CARVALHO, Elisabeth; KEHL, Maria Rita; RIBEIRO, Santuza Naves. *Anos 70: Televisão*. Rio de Janeiro, Europa Emp. Gráfica e Editora LTDA, 1979/80.

\_\_\_\_\_. “A televisão e a política de integração nacional.” In: CARVALHO, Elisabeth; KEHL, Maria Rita; RIBEIRO, Santuza Naves. *Anos 70: Televisão*. Rio de Janeiro, Europa Emp. Gráfica e Editora LTDA, 1979/80.

RIDENTI, Marcelo. “Cultura e Política: os anos 1960 1979 e sua herança.” In: FERREIRA, Jorge e NEVES DELGADO, Lucilia de Almeida (orgs). *O Brasil republicano. O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_. *Em busca do povo brasileiro: Artistas da revolução do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

RODRIGUES, Maurílio Aves. *Estratégias de ação da Igreja Católica no Médio Vale do Paranapanema: o Ministério da Visitação*. Dissertação de mestrado em História. UNESP: Assis, 1996.

RODRIGUES, Elisabete Alfeld. O mundo editado: considerações sobre a organização das mensagens midiáticas. Trabalho apresentado ao NP15 – Semiótica da Comunicação, do IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom.

In: <<http://hdl.handle.net/10229/81489>>

SÁ BARRETO, Virgínia. “Culturas televisivas e sociabilidades: configurações, pactos e sentidos de comunidades periféricas na TV.” In: *Culturas Midiáticas: Revista do Programa de Pós Graduação em Comunicação da Universidade Federal da Paraíba*, Vol. II, n. 1 – jan./jun./2009.

<[www.cchla.ufpb.br/culturasmidiaticas/.../artigo televisivo barreto.pdf](http://www.cchla.ufpb.br/culturasmidiaticas/.../artigo_televisivo_barreto.pdf)>

SANTOS, Maria de Lourdes dos. “Debatendo 40 anos de Rede Globo: história e perspectivas na política, mercado e cultura.” \* Trabalho baseado na obra: BRITTOS, Valério Cruz, BOLAÑO, César Ricardo Siqueira (Orgs.). *Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia*. São Paulo: Paulus, 2005. 376 p. *Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación*, Vol. VIII, n. 6, Sep. – Dic. 2005.< [www.eptic.com.br](http://www.eptic.com.br)>

SANTOS, Adriana. “TV Globo e a ‘integração nacional’”.  
<<http://www.fafich.ufmg.br/~espcom/revista/numero2/adriana.html#4>>

SEIDL, Ernesto. “Um discurso afinado: o episcopado católico frente à ‘política’ e ao ‘social’”. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 13, n. 27, jan./jun. 2007, p. 145-164. In: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v13n27/v13n27a07.pdf>>

SIEGA, Paula Regina. “A SEGUIR, CENAS DE UM REGIME MILITAR: POLÍTICA E PROPAGANDA NAS NOVELAS BRASILEIRAS DOS ANOS 1970.” *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*. Abril/ Maio/ Junho de 2007 Vol. 4 Ano IV nº 2 In: <[www.revistafenix.pro.br](http://www.revistafenix.pro.br)>

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. “Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974 – 1985.” In: FERREIRA, Jorge e NEVES DELGADO, Lucilia de Almeida (orgs). *O Brasil republicano. O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SILVA, Ricardo Siloto da. *Urdiduras e tessituras urbanas: Na história das cidades, a estruturação territorial de Assis. Tese de doutoramento em História*. UNESP: Assis, 1996.

SIMÕES, Inimá. *O imaginário da Boca*. São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, 1981.

\_\_\_\_\_. “Nunca fui santa.” In: BUCCI: Eugênio (org). *A TV aos 50. Criticando a televisão brasileira em seu cinquentenário*. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

SOARES, Gláucio Ary Dillon; D’ARAÚJO, Maria Celina (orgs). *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1994.

SOUSA, Helena. “Time-life/Globo/SIC: um caso de reexportação do modelo americano de televisão?” *Anais da Conferência Científica da International Association for Mass Communication Research*, Glasgow, 25-30 de Julho de 1998. In: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-helena-time-life-sopcom.pdf>>

STEIL, Carlos Alberto. “Pluralismo, modernidade e tradição: transformações do campo religioso.” *Ciencias Sociales y Religión/ Ciências Sociais e Religião*, Porto Alegre, año 3, n. 3, oct. 2001, p. 115-129. In: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/CienciasSociaiseReligiao/article/viewFile/2172/892>>

TANNO, Janete Leiko. *Dimensões da sociabilidade e da cultura: espaço urbano, formas de convívio e lazer na cidade de Assis: 1920 – 1945*. Tese de doutoramento em História. UNESP: Assis, 2003.

TAVARES, Evandro Carlos. *Tambaú: memórias e turismo religioso*. Dissertação de mestrado em Arquitetura e Urbanismo. PUC – Campinas, 2007.

TEMER, Ana Carolina Pessoa. “Orgulho e vergonha: Repensando a trajetória da Rede Globo dentro dos 50 Anos da TV brasileira.” Publicado em 15 de outubro de 2000  
<[http://www2.metodista.br/unesco/midi@forum/midi@forum\\_2000/midiaf2-5.htm](http://www2.metodista.br/unesco/midi@forum/midi@forum_2000/midiaf2-5.htm)>

VILAÇA, Helena. “Eixos para um modelo de análise do pluralismo religioso.” *Actas dos ateliers do V Congresso da Associação Portuguesa de Sociologia Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção. Teorias e Metodologias de Investigação*. p. 16-18. In: <[http://www.aps.pt/cms/docs\\_prv/docs/DPR4628fde916036\\_1.pdf](http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR4628fde916036_1.pdf)>

XAVIER, R. Almanaque da TV. 50 anos de memória e informação. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2000.

WAINMAN, Solange. “MODERNIZAÇÃO E VISUALIDADE NA NOVELA DANCING DAYS (1978).” In: *Intexto*, Porto Alegre: UFRGS, v. 1, n. 10, p. 1-16, janeiro/junho 2004. <[www.seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/.../3641/4442](http://www.seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/.../3641/4442)>

\_\_\_\_\_; MARINHO, “Maria Gabriela SMC. Visualidade, consumo e materialidade: uma análise em perspectiva histórica da telenovela Dancin’Days (1978)”. In: *Contemporanea* - Vol.4, nº1 p.137-154, Junho 2006. <[www.contemporanea.poscom.ufba.br/.../Wajnman-visualidade-v4n1.pdf](http://www.contemporanea.poscom.ufba.br/.../Wajnman-visualidade-v4n1.pdf)>

\_\_\_\_\_. “Cultura visual e consumo na telenovela Dancin’Days (1978): registros locais de uma transição global.” In: *Anais do XV Encontro da Compós na Unesp*, Bauru, SP, junho de 2006. <[www.eca.usp.br/caligrama/n\\_5/Solange\\_MGabriela.pdf](http://www.eca.usp.br/caligrama/n_5/Solange_MGabriela.pdf)>

WOLTON, Dominique. *Elogio do grande público – uma teoria crítica da televisão*. São Paulo: Editora Ática, 1996.

\* páginas da internet acessadas entre junho de 2008 e julho de 2009.

## Fontes

### Documentos da Igreja Católica

Radiophonicum nuntium Qui arcano, d. 12 Februarii, a.1931: A.A.S., vol. XXIII, 1931; Epistola Encíclica Vigilanti cura, d. 29 Iunii, a.1936: A.A.S., vol XXVIII, 1936; Sermo d catholicos Hollandiae, d. 19 Maii, a. 1950 habitus: Discorsi e Radiomessaggi di S.S. Pio XII, vol. XII; Sermo d radoiphonicae artis cultorum coetum, d. 5 Maii, a. 1950 ex omnibus Nationibus Romae habitum: Discorsi e Radiomessaggi di S.S. Pio XII, vol XII; sermo d cultores cinematographicae artis ex Itália Romae congregatos, d. 21 Iunii, a 1955: A.A.S., vol. XLVII, 1955. In: Carta Encíclica do Santíssimo Senhor Nosso por Divina Providência Pio XII Papa aos Veneráveis Irmãos Patriarcas, Primazes, Arcebispos e Bispos e outros Ordinários do Lugar, em Paz e Comunhão com a Sé Apostólica sobre a Cinematografia, a Rádio e a Televisão *MIRANDA PRORSUS*. S.S. Pio XII, d. 8 de Setembro, a. 1957.

Carta Encíclica do Santíssimo Senhor Nosso por Divina Providência Pio XII Papa aos Veneráveis Irmãos Patriarcas, Primazes, Arcebispos e Bispos e outros Ordinários do Lugar, em Paz e Comunhão com a Sé Apostólica sobre a Cinematografia, a Rádio e a Televisão *MIRANDA PRORSUS*. S.S. Pio XII, d. 8 de Setembro, a. 1957.

Decreto *INTER MIRIFICA* sobre os Meios de Comunicação Social.S.S.Paulo VI. Vaticano, d. 4 de Dezembro, a. 1966.

*MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL* (Cap. 16). In: BISPOS DA AMÉRICA LATINA - CONCLUSÕES DE MEDELLÍN. Colômbia, CELAM (Conselho do Episcopado Latino-Americano) a. 1968. 2ª edição.

INSTRUÇÃO PASTORAL “*COMMUNIO ET PROGRESSIO*” SOBRE OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL PUBLICADA POR MANDATO DO CONCÍLIO ECUMENICO II DO VATICANO. S. S. Paulo VI, Vaticano, d. 23 de Maio, a. 1971.

Exortação Apostólica *EVANGELII NUNTIANDI* do Papa Paulo VI ao Episcopado, ao Clero, aos Fiéis de toda a Igreja sobre a Evangelização no Mundo Contemporâneo. Vaticano, dezembro de 1975.

*Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil – 1975 – 1978*. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, dezembro de 1974.

*Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil – 1979 – 1982*. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, 1979.

*EVANGELIZAÇÃO no presente e no futuro da América Latina - CONCLUSÕES DA III CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO – Puebla de Los Angeles, México, CELAM (Conselho do Episcopado Latino-Americano), 27-1 a 13-2 de 1979.*

*O RECEPTOR DA COMUNICAÇÃO SOCIAL: EXPECTATIVAS, DIREITOS E DEVERES.* Discurso do Papa Paulo VI sobre o Dia das Comunicações. Vaticano, 23 de Abril de 1978.

*AS COMUNICAÇÕES SOCIAIS PARA A DEFESA E O DESENVOLVIMENTO DA INFANCIA NA FAMÍLIA E NA SOCIEDADE.* Discurso do Papa João Paulo II sobre o Dia das Comunicações. Vaticano, 23 de maio de 1979.

*PAPEL DAS COMUNICAÇÕES SOCIAIS E DEVERES DA FAMÍLIA.* Discurso do Papa João Paulo II sobre o Dia das Comunicações. Vaticano, 01 de maio de 1980.

*AS COMUNICAÇÕES SOCIAIS A SERVIÇO DA LIBERDADE RESPONSÁVEL DO HOMEM.* Discurso do Papa João Paulo II sobre o Dia das Comunicações. Vaticano, 10 de maio de 1981.

*AS COMUNICAÇÕES SOCIAIS E OS PROBLEMAS DOS IDOSOS.* Discurso do Papa João Paulo II sobre o Dia das Comunicações. Vaticano, 10 de maio de 1982.

*COMUNICAÇÕES SOCIAIS E PROMOÇÃO DA PAZ.* Discurso do Papa João Paulo II sobre o Dia das Comunicações. Vaticano, 25 de março de 1983.

### **Fontes Relativas à Campanha “Um Dia Sem TV”**

Jornal *A Voz da Terra* – de 1978 a 1983 – publicação diária.

Jornal a *Gazeta de Assis* – 1978 a 1983 – publicação diária.

*Boletim Diocesano* –1978 a 1983 - publicação da Diocese de Assis, mensal.

Arquivos do Centro Diocesano de Pastoral (Ofícios, atas, resumos, originais de artigos, cartas de apoio, produzidos entre os anos de 1978 a 1983).

Jornal *Folha de S. Paulo* – dezembro de 1981 – matérias a respeito da Campanha.

Revista *Veja* – dezembro de 1981 – matérias a respeito da Campanha.

### **Fontes Relativas à História dos Meios de Comunicação Social e à História de Assis**

Centro Cultural São Paulo – CCSP. Cronologia das Artes em São Paulo: 1975 – 1985: artes cênicas – teatro/Divisão de pesquisas. Equipe Técnica de Pesquisas de Artes Cênicas. Vol. 3. São Paulo: CCSP, 1996.

Centro Cultural São Paulo – CCSP. Cronologia das Artes em São Paulo: 1975 – 1985: cinema/Divisão de Pesquisas em Cinema. Vol. 4. São Paulo: CCSP, 1996.

Centro Cultural São Paulo – CCSP. Cronologia das Artes em São Paulo: 1975 – 1985: comunicação de massa – rádio e televisão/Divisão de Pesquisas sobre Rádio e Televisão. Vol. 5. São Paulo: CCSP, 1996

Anuário Estatístico do Brasil – IBGE, anos 1979, 1980, 1981, 1982, 1983, 1984.

Censos IBGE – 1980 e 1990.

Estado de São Paulo – SEADE. Relatório da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados sobre o município de Assis.

## Fontes Relativas à dados da internet

<http://www.metodistavilaisabel.org.br/artigosepublicacoes/descricao4colunas.asp?Numero=907>

<http://www.midiaindependente.org/pt/red/2004/10/292455.shtml>

<http://lua.weblog.com.pt/arquivo/170255.html>

[http://jn.sapo.pt/paginainicial/interior.aspx?content\\_id=670573](http://jn.sapo.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=670573)

<http://www.pime.org/pt/index.htm>

<http://www.seade.gov.br/>

[http://www.al.sp.gov.br/StaticFile/integra\\_sessao/143aSO061020.htm](http://www.al.sp.gov.br/StaticFile/integra_sessao/143aSO061020.htm).

<http://br.geocities.com/bibnina/cit/relpref.htm>

[http://www.camara.gov.br/internet/deputado/DepNovos\\_Detalhe.asp?id=101436&leg=50](http://www.camara.gov.br/internet/deputado/DepNovos_Detalhe.asp?id=101436&leg=50)

<http://www.jornalvozdaterra.com.br>

[www.abert.org.br](http://www.abert.org.br)

[http://www.redemassa.com.br/tv.php?id\\_canal=3](http://www.redemassa.com.br/tv.php?id_canal=3)

[www.difusoraassis.com.br](http://www.difusoraassis.com.br)

[www.culturadeassis.com.br/](http://www.culturadeassis.com.br/)

<http://memoriaglobo.globo.com/>

<http://www.tvratibum.com.br/secoes/programas/?id=5>

<http://www.cnbbsul1.org.br/>

[www.radiovaticana.org/bra/diretta.asp](http://www.radiovaticana.org/bra/diretta.asp)

<http://www.rcrunda.com.br/br/index.php>

<http://www.radio9dejulho.com.br/>

<http://www.obpcmandaqui.com.br/radio/index.html>

[http://www.ipda.com.br/nova/n\\_principal.asp?Portal=VL](http://www.ipda.com.br/nova/n_principal.asp?Portal=VL)

<http://www.novavida.org.br/352/373.html>